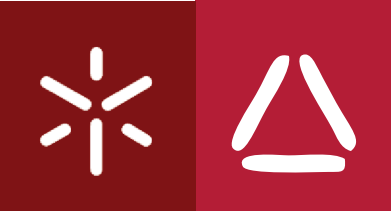


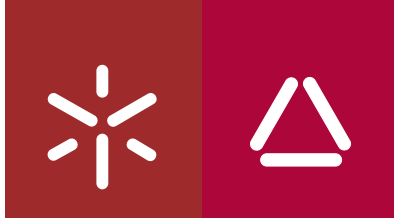


Cláudia Sofia Bastos Carvalho Novais

Manifestações festivas na Misericórdia de Braga (século XVIII)

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Cláudia Sofia Bastos Carvalho Novais

Manifestações festivas na Misericórdia de Braga (século XVIII)

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo

outubro de 2017

Declaração

Nome: Cláudia Sofia Bastos Carvalho Novais

Endereço eletrónico: claudianovais93@gmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 14364796

Título da Dissertação de Mestrado: Manifestações festivas na Misericórdia de Braga
(século XVIII)

Orientadora: Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo

Ano de conclusão: 2017

Mestrado: História

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Foram várias as pessoas que se cruzaram comigo ao longo destes últimos dois anos e que me apoiaram, incentivaram e ajudaram durante a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, quero agradecer à professora Maria Marta Lobo de Araújo, minha orientadora e professora, a quem estou profundamente grata pelos conselhos, pelos ensinamentos, pela paciência, e por toda a disponibilidade e incentivo que me deu ao longo da elaboração deste trabalho. Obrigada por me ter encaminhado, e por ter sempre acreditado em mim.

Aos meus pais, pelo apoio, compreensão e incentivo, e por acreditarem em mim. À minha avó, que me dedicou sempre uma palavra de carinho. A toda a minha família, que não deixou de me apoiar ao longo desta caminhada.

À coordenadora do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga, Manuela Machado por ceder algumas das fotos utilizadas nesta dissertação. Assim como, pela disponibilidade que sempre demonstrou.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Distrital de Braga e das bibliotecas consultadas, pela solicitude e atenção com que sempre me receberam.

E por último, aos meus amigos, pela confiança e paciência com que sempre me acompanharam nesta caminhada e pelo apoio incondicional demonstrado.

Resumo

As manifestações festivas nas Misericórdias remontam desde os primórdios da sua fundação, com a Misericórdia de Lisboa, em 1498, e promoveram-se com a instituição desta confraria em território nacional e no seu vasto império, ao longo dos séculos. Estas celebrações, estipuladas no Compromisso de 1516, eram o dia da confraria, a 2 de julho, que ficaria conhecido como o dia de Santa Isabel; o dia de Todos os Santos, com um ritual em cortejo, ir buscar as ossadas à força e, ainda a procissão de Endoenças na quinta-feira Santa. Porém, rapidamente outras se lhes foram associando, patrocinadas pelas próprias Misericórdias e também por particulares.

A par das suas congéneres, a irmandade da Misericórdia de Braga, fundada provavelmente em 1513, foi uma das principais dinamizadoras das festas e devoções da cidade. Apesar de remontar à centúria de quinhentos, o nosso objetivo de estudo situa-se no século XVIII, período demarcado pela exuberância do barroco nas diversas manifestações públicas.

Abordaremos e recriaremos os cenários e vivências das festas religiosas, demarcadas pelos sermões, procissões, o vasto património e a mão-de-obra, que contribuiu para todo este aparato. Estas manifestações festivas eram patrocinadas pela Santa Casa bracarense em ambas as igrejas; a da Misericórdia, e a de S. Marcos, esta última situada no hospital com o mesmo nome. Associadas a estes momentos encontram-se igualmente as práticas caritativas. A confraria combinava caridade com festa, não só nas festividades mencionadas, mas igualmente, nos novos cultos por si desenvolvidos.

Palavras-Chave: Festas, Misericórdia de Braga, aparato festivo, caridade.

Abstract

The festive manifestations in the *Misericórdias* date from the beginnings of its foundation, with the *Misericórdia* of Lisbon, in 1498, and were promoted with the institution of this confraternity in national territory and in its vast empire, throughout the centuries. These celebrations, stipulated in the Commitment of 1516, were the day of the confraternity, the 2 of July, that would be known like the day of *Santa Isabel*, All Saints' Day, with a ritual in procession, to fetch the bones from the gallows, and the procession of *Endoenças* on Maundy Thursday. However, others quickly joined them, sponsored by the *Misericórdias* themselves and also by individuals.

Along with its fellows, the *Misericórdia* brotherhood of Braga, probably founded in 1513, was one of the main dynamizers of the city's celebrations and devotions. Despite going back to the five hundredth century, our objective of study is in the eighteenth century, a period marked by the exuberance of baroque in the various public manifestations.

We will approach and recreate the scenes and experiences of the religious festivals, demarcated by the sermons, processions, the vast patrimony and the manpower, that contributed to all this apparatus. These festive manifestations were sponsored by the *Santa Casa* of Braga in both churches; the one of *Misericórdia*, and that of *S. Marcos*, the latter located in the hospital with the same name. Associated with these moments are also charitable practices. The confraternity combined charity with celebration, not only in the festivities mentioned, but also in the new services developed by them.

Keywords: Festivities, *Misericórdia* of Braga, festive apparatus, charity.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice de ilustrações	xii
Índice de gráficos	xiii
Índice de tabelas	xiv
Abreviaturas	xvi
Introdução	1
Capítulo I- A festa no tempo e no espaço	5
1. O homem e a festa	5
2. O uso da festa na construção da religiosidade popular	7
3. O tempo e o espaço da festa	10
3.1. A igreja como centro dinamizador	10
3.2. As ruas	12
3.3. A apoteose do barroco	13
3.4. O papel das confrarias em momentos festivos	15
4. As principais manifestações festivas e devoções do Portugal Moderno	17
5. As Misericórdias	20
5.1. A ação das Misericórdias nos atos festivos	20
Capítulo II- A Misericórdia de Braga	24
1. Os espaços em que se desenvolveram as festividades	24
1.1. A igreja da Misericórdia de Braga	24
1.2. A igreja de São Marcos	28

1.2.1. A capela de S. Bento	33
1.2.2. A instituição da capela do Espírito Santo	34
2. As festas	35
2.1. Santa Isabel	35
2.1.1. Nossa Senhora da Misericórdia	39
2.2. Todos os Santos e Fiéis Defuntos	41
2.2.1. Aniversário dos defuntos	44
2.3. Natal	45
2.4. Quaresma	46
2.4.1. Lausperene	48
2.4.2. Quinta-feira de Endoenças	53
2.5. S. Pedro Mártir	67
2.6. São João Marcos	69
2.7. São João de Deus	78
3. As procissões pelo tempo	80
4. As relações da Misericórdia com as outras instituições religiosas bracarenses na prática do culto e nas celebrações festivas	87
Capítulo III- As práticas e objetos de culto nas festividades da Misericórdia de Braga	90
1. As esmolas	90
2. Os sermões	101
3. Os paramentos	106
4. A limpeza das igrejas e dos seus objetos de culto	111
5. As armações da igreja	113
6. A música	116
Conclusão	120

Fontes	123
Fontes manuscritas	123
Fontes impressas	125
Sites consultados	146

Índice de ilustrações

Capítulo II

Figura 1 - Fachada da igreja da Misericórdia de Braga	25
Figura 2 - Interior da igreja da Misericórdia	27
Figura 3 - Interior da igreja de S. João Marcos	31
Figura 4 - Igreja do hospital de S. Marcos (século XIX)	32
Figura 5 - Capela de S. Bento	32
Figura 6 - <i>Ecce Homo</i>	54
Figura 7 - Itinerário da procissão de Endoenças	56
Figura 8 - Bandeira processional com a representação do Senhor da Cana Verde (século XVIII)	58
Figura 9 - Lanterna processional utilizada na procissão de Endoenças (século XIX)	58
Figura 10 - Andor do <i>Ecce Homo</i> na Misericórdia de Braga, no dia de quinta-feira de Endoenças	61
Figura 11 - Farricoco com o "ruge-ruge" (início do século XX)	63
Figura 12 – S. Pedro Mártir de Verona (século XVIII)	68
Figura 13 – Santo Lenho com relicário (século XVIII)	83
Figura 14 - Imagem de Santa Maria Madalena	86

Capítulo III

Figura 1 - Dalmática (século XVIII), em fio de seda e lâmina metálica prateada e dourada	110
Figura 2 - Casula (século XVII-XVIII), em veludo, fio de seda e lâmina de pele (ouro chinês)	110
Figura 3 - Estola (século XVII-XVIII), em veludo, fio de seda e lâmina de pele (ouro chinês)	110
Figura 4 - Manipulo (século XVII-XVIII), em veludo, fio de seda e lâmina de pele (ouro chinês)	110
Figura 5 - Pluvial (século XVIII), em fio de seda, lâmina metálica prateada e dourada	111

Índice de gráficos

Capítulo II

Gráfico 1 - Despesas totais da Misericórdia de Braga com a festa de Santa Isabel (1700-1740)	39
Gráfico 2 - Despesas com o Lausperene (1710-1745)	50
Gráfico 3 - Milagres de S. João Marcos descritos na <i>Noticia da Trasladaçam</i>	74

Capítulo III

Gráfico 1 - Esmolas "gerais e particulares" na festa de Santa Isabel (1750-1774)	92
Gráfico 2 - Esmolas em dinheiro concedidas nos dias de Todos os Santos e Fiéis Defuntos (1721-1800)	94
Gráfico 3 - Esmolas recebidas na quinta-feira Santa (1750-1800)	100

Índice de tabelas

Capítulo II

Tabela 1 – Representação dos gastos da procissão de Endoenças durante a Quaresma (1695-1730)	60
---	----

Capítulo III

Tabela 1 - Número de alqueires usados para a confeção dos "moletinhos" (1748-1797)	97
Tabela 2 – Pregadores e festividades (1702-1786)	100

Abreviaturas

ADB Arquivo Distrital de Braga

coord. coordenador

dir. diretor

fl. fólio

fls. fólios

pp. páginas

p. página

s.a. sem ano

s.e. sem editora

v. verso

vol. volume

Introdução

“Os dias festivos são como delícias de Deos, e dos homens justos,e bons”¹

Mudam-se os tempos, mudam-se as necessidades e, por isso, a Época Moderna foi demarcada pelo começo das grandes reformas no campo da assistência, para corresponder às necessidades sociais de um período de mudanças a nível socioeconómico, que se traduziu num aumento demográfico e no crescimento urbano, conduzindo a níveis de grande pobreza no ocidente europeu. Foi nesta vaga que, em 1498, foi fundada, por iniciativa régia da rainha-viúva D. Leonor de Lencastre, a primeira Santa Casa, em Lisboa, com o objetivo de atuar nos domínios de assistência, cumprindo as quatorze obras de misericórdia, remetendo a um esforço iniciado pela coroa, com D. Manuel I (1495-1521), em difundir-se esta instituição por terras portuguesas ao longo dos séculos.

Todavia, as Misericórdias, apesar de serem leigas, integraram desde logo a doutrina cristã e as suas diversas manifestações, de entre as quais as festas religiosas, que vão assumir no Período Moderno um lugar de destaque nas principais demonstrações da Igreja Católica, principalmente com a Contrarreforma, que primou pelos rituais públicos e cénicos, abrangendo um enorme número de fiéis. Ao chamá-los a si com uma vasta panóplia de atividades para os tempos livres, dedicadas ao culto, inclusive dedicar o dia de domingo exclusivamente para esse propósito. Estas manifestações poderiam ocupar as horas de trabalho, uma vez que as festividades, eram cíclicas, podendo recair em qualquer dia.

O nosso estudo propõe-se tratar as manifestações festivas, particularizando o caso da Misericórdia de Braga, para a centúria de setecentos. Estudaremos as festividades ocorridas nas suas duas igrejas: a da Misericórdia e a de S. Marcos, com o objetivo de reconstruir os momentos festivos de cariz religioso que a confraria proporcionou, a nível interno e na cidade de Braga. Focar-nos-emos naqueles que foram instituídos pelo calendário religioso, mas também noutros rituais,

¹ ADB, Fundo dos Manuscritos, *Cumulo de sentenças notáveis de diversos homens ilustres de coisas santas e espirituais*, século XVIII, n.º 154, fl. 248.

como é o caso das procissões pelo tempo, estabelecendo a simbiose entre as práticas sagradas, proferidas pela Igreja Católica, e as profanas, dando origem à religiosidade popular².

A barreira cronológica por nós estabelecida foi o século XVIII, pois, nesse intervalo de tempo, em particular a primeira metade ocorreu o auge do barroco, movimento caracterizado pelo esplendor, ostentação e encenação, que trespassou para as várias formas de culto³, com rituais minuciosamente pensados, como as procissões ou sermões. Já na segunda metade deste século, esperamos encontrar um afrouxamento do aparato festivo, devido à diminuição do poder económico que se sentiu um pouco por todas as Misericórdias, resultado de sucessivas ocorrências procedentes do século XVII, derivado da inflação, dos créditos malparados, o excessivo número de missas por oficial e má administração dos corpos dirigentes. Por outro lado, o brio do barroco vai-se perdendo, dando lugar ao movimento do iluminismo e aos novos ideais que vão surgir, e transformar a sociedade portuguesa nas primeiras décadas do século XIX.

A historiografia e diversas áreas das ciências sociais, como a Antropologia e Sociologia, já se encarregaram de estudar e definir os rituais e cultos separadamente, mas de igual modo, no contexto das festividades e devoções, independentemente de estas serem de foro religioso ou não, pois é um ato intemporal, que compreendem e constroem o seio social do ser humano. As festas e manifestações religiosas tem sido abordadas na historiografia mundial e nacional. No caso em particular das Misericórdias, Marta Lobo e Isabel dos Guimarães Sá já consagraram alguns trabalhos a esta temática.

O contexto das festas em Braga foi estudado por Manuela Milheiro, que desenvolveu uma tese de doutoramento, onde abarca as diferentes festividades da cidade. Sobre as festas da Misericórdia de Braga a autora Maria de Fátima Castro dedicou alguns trabalhos aos diversos aspetos da instituição, entre os quais as celebrações litúrgicas.

² É um dos termos mais utilizados pelas Ciências Sociais para definir algo fora das normas eclesiásticas. Contudo, é um conceito que se atribui como impreciso, não havendo ainda uma definição ténue. Leia-se Rodríguez- Becerra, Salvador, “Religiosidad y Semana Santa en Andalucía durante el barroco”, in Alonso Ponga, José Luis; Panero García, Pilar (coord.), *Gregorio Fernández: antropología, historia y estética en el Barroco*, Valladolid, Ayuntamiento de Valladolid, 2008, p. 81.

³ Para Durkheim, o culto é um sistema de diversos ritos, festivais e cerimónias. Atente-se em Durkheim, Emile, *The elementary forms of the religious life*, Nova Iorque, The Free Press, 1995, pp. 59-60.

Com esta análise bibliográfica pretendemos apenas demarcar algumas linhas gerais, pois ao longo desta dissertação citaremos outros autores que se debruçaram sobre as problemáticas da nossa investigação, que abarca fortes componentes económicas, sociais e culturais.

A par de toda a informação bibliográfica, assim como das fontes impressas que complementaram a nossa pesquisa, outro suporte fundamental para este estudo foram as fontes arquivísticas. Estas encontram-se no Arquivo Distrital de Braga, integradas no fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga⁴, que inclui um vasto espólio documental, dividido por temáticas, consoante as atividades da Santa Casa, desde a sua fundação, no século XVI, até ao século XX. Particularmente para o nosso tema em estudo, foram consultados os livros de atas entre os séculos XVI até ao XVIII, e alguns anos do século XIX; e os livros de despesa, e alguns de recibos e inventários, tanto de tesoureiro como de mordomo, do século XVIII. Estas duas fontes são essenciais, pois na primeira encontrámos todas as decisões que a Mesa tomava, e na segunda, os gastos que eram feitos, permitindo perceber a dinâmica da confraria através dos dispêndios efetuados com as suas manifestações festivas. No entanto, e infelizmente, os livros de mordomo para a segunda metade da centúria de setecentos não se encontram disponíveis no fundo, diminuindo a nossa abrangência de análise, uma vez que grande parte das despesas relacionadas com as festas se encontravam discriminadas nestes livros.

Outros três fundos consultados foram o dos manuscritos, das gavetas do Cabido e do registo geral do Cabido, possibilitando complementar a informação e relacioná-la com as fontes já mencionadas.

O corpo deste trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro incide sobre a posição da festa no tempo e no espaço, e a sua relação e importância na construção das sociabilidades de uma comunidade. Discutimos ainda a forma como a Igreja Católica utilizou os rituais festivos como ferramenta para atrair os fiéis.

No segundo, fazemos uma pequena abordagem aos dois locais onde se desenvolveram os cultos festivos, na igreja da Misericórdia e na de S. Marcos. E uma análise aos rituais das diferentes festas, que se encontram organizadas sequencialmente segundo o calendário das Santas Casas. O ano administrativo iniciava-se no dia de Santa Isabel e com ele as festas. Este

⁴ Sobre os arquivos das Misericórdias portuguesas consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "Um itinerário de investigação: os arquivos das Misericórdias portuguesas da Idade Moderna", in *Misericórdia de Braga*, nº 9, 2013, pp. 101-122.

movimento começava no dia de Santa Isabel, seguido pela de Nossa Senhora da Misericórdia, os dias de Todos os Santos e Fiéis Defuntos, o aniversário dos defuntos, o Natal e a Quaresma, subdividia entre o Lausperene, que começou a realizar-se a partir de 1710, e o dia de quinta-feira de Endoenças e a sua procissão noturna, durante a Semana Santa; e ainda festa de S. Pedro Mártir, instituída pelos familiares do Santo Ofício. Depois, passamos para as duas festividades exclusivas da igreja de S. Marcos, com S. João Marcos, e a grande comemoração da sua trasladação em 1718, e S. João de Deus.

Num outro ponto distinto, analisamos as procissões pelo tempo, um tema ainda pouco estudado para o caso das Misericórdias, bem como as relações que a confraria mantinha com as demais instituições religiosas da cidade aquando das festas, desde o empréstimo de paramentos e ornamentos, às esmolas ofertadas para préstimo do culto.

Por último, o terceiro capítulo dedicado ao setor económico debruça-se sobre os gastos e a sua representação na Santa Casa. Assim, focalizamos as esmolas concedidas nestas ocasiões de festejo, mas também aquelas que a Misericórdia recebia; os sermões, e a sua relevância nesta conjuntura; os paramentos utilizados, e o simbolismo do vestuário como forma de demonstração pública de poder; a limpeza das igrejas e dos seus objetos de culto; a armação dos templos e a música, que ajudava a rematar o cenário teatral e grandioso destes momentos.

O trabalho desenvolvido traçou uma linha no campo dos rituais, práticas e cultos que ocorreram na Misericórdia de Braga, relacionando-os com os aspetos sociais e económicos, quer a nível interno da confraria, quer com a cidade de Braga, e as diversas entidades e instituições religiosas.

Capítulo I- A festa no tempo e no espaço

1. O homem e a festa

A natureza do ser humano permite que este seja um “animal festivo”¹ e, ao contrário das demais espécies, é o único que sabe como a fazer, construindo assim o seu espaço social e a sua identidade cultural. Construir a festa permite que o homem deixe a sua esfera privada, transpondo-a numa esfera pública, onde reproduz uma autorrepresentação reflexiva da sociedade em que vive², recorrendo a diversas manifestações em rituais sagrados e profanos. Com o desejo de perpetuar o rito dos ciclos da vida, da morte e da renovação que se mobilizam consoante as estações e o suceder das gerações vindouras.

Por ser algo inerente à condição humana, a festa e a religião complementaram-se ao longo do percurso da construção da identidade do homem, pois é através das manifestações festivas que se exteriorizam, de forma coletiva, os ritos religiosos³. De acordo com Uwe Schultz a festa nunca foi mais antiga do que a religião⁴.

Além disso, a festa representa um paradoxo entre trabalho e ócio⁵, promovendo, assim, a ordem social⁶ quer por parte das entidades, quer por aqueles que vivenciam o momento. Esta exige um certo nível de organização para satisfazer as necessidades logísticas, permitindo

¹ Gil Calvo, Enrique, *Estado de Fiesta: feria, foro, corte y circo*, Madrid, Espasa-Calpe, 1991, p. 9.

² Enrique Gil Calvo divide a cultura festiva em três tipologias de festas: as festas libertárias, as festas comunitárias e as festas autoritárias. Para saber mais sobre a teoria da festa e as suas redes de desenvolvimento social leia-se Gil Calvo, Enrique, *Estado de Fiesta...*, pp. 111-183.

³ A festa não consegue dissociar-se do rito, contudo, ambos nunca se sobrepõem totalmente. Consulte-se Segalen, Martine, *Ritos e Rituais*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2000, p. 73.

⁴ Schultz, Uwe, “El ser que festeja”, in Schultz, Uwe (dir.), *La Fiesta: una historia desde la antigüedad hasta nuestros días*, Madrid, Alianza Editorial, 1993, p. 11.

⁵ O prazer e a razão, a festa e o trabalho são princípios opostos e contraditórios, que coexistem paralelamente numa relação espaço-temporal. Aborde-se esta problemática em Gil Calvo, Enrique, *Estado de Fiesta...*, pp. 22-26.

⁶ Ao mesmo tempo, a festa serve como fuga do controlo social exercido na rotina diária. Sobre este assunto leia-se Gil Calvo, Enrique, *Estado de Fiesta...*, p. 123.

estabelecer contactos importantes no seio da comunidade⁷. É uma oportunidade de afirmar valores regidos por uma hierarquia, que fazem parte do quotidiano de uma sociedade⁸.

A historiografia, produzida até aos dias de hoje, evidenciou os vários momentos em que a festa e as suas diversas manifestações foram utilizadas para desígnios maiores que o simples culto religioso, tendo na sua maioria propósitos políticos, económicos e sociais de centralização de poder. Incontáveis são os exemplos com o “panem et circenses,” política praticada pela República e Império Romano. Em Veneza, a festa teve a função de propaganda política⁹, e com a Revolução Francesa erradicaram-se todas as festas relacionadas com o Antigo Regime¹⁰. De igual forma, a transmissão televisiva das grandes cerimónias inglesas¹¹, do qual Marc Ferro diz que são privilegiados pela imagem três instâncias particulares: o palácio, o exército e a igreja¹². Todos representam um controlo social que não está subjacente aos olhos de um simples público desejoso de algo mais que a sua rotina diária de trabalho.

Ocasão de estultícia e excessos exceccionalmente permitidos, e até mesmo recomendados, a festa como palco figurativo e central da convivialidade proporciona momentos de regozijo e liberdade, que rapidamente descambam para a desordem, tensão social e hostilidade¹³, mesmo em ambientes controlados pelas diversas entidades. Recorrendo-se, por

⁷ A este propósito veja-se Brisset, Demétrio, *La rebeldia festiva – Historias de fiestas ibéricas*, Girona, Lucas de Gábilo, 2009, p. 47.

⁸ A festa para Jacques Heers é uma afirmação dos valores sociais, políticos e morais. Acerca desta temática consulte-se Heers, Jacques, *Fêtes, jeux et joutes dans les sociétés d'occident à la fin du moyen âge*, Montreal, Institut d'Études Médiévales, 1982, pp. 13 - 43.

⁹ A festa para os venezianos era um meio de propaganda, para compensar o que lhes faltava em tamanho e número de habitantes. Durante vários séculos o uso das máscaras de carnaval duravam meses. Leia-se Schreiber, Herman, “El Otoño dorado de Venecia - desposorios barrocos con el mar”, in Schultz, Uwe (dir.), *La Fiesta: una historia desde la antigüedad hasta nuestros días*, Madrid, Alianza Editorial, 1993, p. 216.

¹⁰ As festas rurais e religiosas eram um dos principais vínculos entre a ideologia do Antigo Regime e o povo, portanto, tornaram-se uma das principais memórias coletivas a desconstruir aquando da Revolução Francesa. Sobre este assunto consulte-se Segalen, Martine, *Ritos e Rituais...*, p. 75.

¹¹ “A festa acompanha frequentemente a comemoração, ou confunde-se com ela, pelo menos no mundo europeu e norte-americano. Veja-se Ferro, Marc, *História Viglada*, São Paulo, Martins Fontes, 1989, p. 54.

¹² Ferro, Marc, *História Viglada...*, p. 56.

¹³ Por ser um momento de maior liberdade, os instintos, condicionados por várias regras e proibições, sobressaem-se. E por isso, a agressividade com o passar dos anos tornou-se, segundo Norbert Elias, mais “refinada” e “civilizada”, como efeito da racionalização das emoções. Para saber mais sobre este tema leia-se Elias, Norbert, *O Processo Civilizador: Uma*

vezes, ao uso de máscaras, artefactos e cenários para esconder a vergonha alheia e, por instantes, desempenhar um papel diferente. As máscaras não eram usadas em todas as festas, mas algumas não as dispensavam.

A festa e os ritos são uma forma comum de expressão, não tendo religião, crença ou ideologia própria, desenvolvem-se e adaptam-se conforme as circunstâncias e necessidades de um grupo socialmente predisposto. Contudo, para Enrique Gil Calvo os povos mediterrâneos apresentam manifestações festivas muito mais desenvolvidas que os povos nórdicos e centro-europeus, podendo atribuir-se esta circunstância tanto a fatores geográficos e climáticos, mas também herança histórica e cultural. Dentro do Mediterrâneo aqueles que habitam na Península Ibérica são conhecidos pelo seu exagero festivo, pois possuem muitas das características propícias à festividade, que vão desde a sua posição geográfica, à presença latina e muçulmana até ao paganismo da Contrarreforma e do barroco. Estes fatores permitiam que o seu calendário detivesse uma parte substancial vocacionada ao culto festivo e religioso com as mais variadas expressões da festa popular, criando uma memória coletiva¹⁴.

2. O uso da festa na construção da religiosidade popular

Michel Foucault lembra como eram, em 1781, os momentos de felicidade segundo um autor alemão ocupados pelas cerimónias, práticas religiosas, peregrinações, visitas feitas aos pobres e doentes e festividades do calendário¹⁵. Era assim que a sociedade europeia da Época Moderna dividia o seu dia-a-dia num calendário ritual tradicional cíclico, consoante as estações do ano, com reminiscências passadas de outras civilizações. Este foi-se aprimorando e ajustando-se aos ciclos da Igreja Católica e à instituição da semana, do dia e da hora¹⁶.

História dos Costumes, volume I, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994, pp. 189-202.

¹⁴ Sobre o furor festivo, que tanto caracteriza a cultura peninsular, tornando-a singular, consulte-se Gil Calvo, Enrique, *Estado de Fiesta...*, pp. 12-14.

¹⁵ Para Michel Foucault a religião surge como um meio de satisfação ou repressão de paixões, com o tempo ocupado numa felicidade organizada pelo clero durante o Antigo Regime, exercendo a sua relação de poder. Veja-se Foucault, Michel, *História da Loucura*, 6ª edição, São Paulo, Editora Perspectiva, 1999, p. 365.

¹⁶ Para Edward Muir este calendário ritual europeu funcionava nestas quatro instâncias: com os ciclos da igreja dos anos de jubileu e as temporadas litúrgicas, através de uma combinação entre os cálculos solares dos antigos romanos e as festividades lunares dos judeus; a instituição da semana; à unidade temporal do dia, devido à regularidade astronómica e

A Igreja Católica, após o Concílio de Trento (1545-1563), vigorou uma reforma contra a reforma protestante, com o propósito de uniformizar as práticas litúrgicas, pedindo aos fiéis a exaltação máxima da fé e piedade¹⁷. E como é que o catolicismo vigorou neste momento de debilidade? Um dos principais motivos da sua pujança foi, desde a sua fundação, constituído pelas manifestações em espaço público com a exposição de mártires, milagres, demonstrações de sacrifício e procissões, assim como um calendário litúrgico composto por diversas celebrações, como o Advento, a Quaresma, a Páscoa, o Corpo de Deus e o Natal. Agregam-se ainda as festas das imensas devoções a santos e santas com as suas diferentes vocações. Com a Contrarreforma¹⁸ estes ritos fortaleceram-se e, redobram-se esforços com decorações mais elaboradas, a construção de mais altares laterais nas igrejas e uma maior ostentação nas vestes litúrgicas. Medraram as procissões, romarias e momentos de veneração, com exacerbados sermões, beatificações e canonizações¹⁹, acompanhados de música e cenários que elevaram à grandeza da cultura do barroco.

as suas características rituais distintivas em definir os dias sagrados; e por último, a hora que tem origens cristãs, provenientes da Ordem beneditina, que chamava para a oração os monges em determinados intervalos. Para melhor compreender esta temática leia-se Muir, Edward, *Ritual in early modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 55-57.

¹⁷ A piedade elevada ao seu expoente máximo intensificou-se com a Contrarreforma. Contudo, já desde o final da Idade Média que leigos e clérigos reforçaram as práticas rituais, como resposta a ameaça da reforma protestante, que se opunha aos sacramentos não evangélicos, as missas pelos defuntos e procissões, sendo, portanto, o Concílio de Trento o culminar deste cenário em termos religiosos. Consulte-se Muir, Edward, *Ritual in early modern Europe...*, pp. 204-205.

¹⁸ O conceito de Contrarreforma, principiou pela primeira vez, nos anos 70 do século XVIII aquando do iluminismo, para designar a reforma pós-tridentina no século XVI que se opôs a Martinho Lutero e à Reforma protestante por ele iniciada, a qual foi, sobretudo, apoiada no norte da Europa. Atente-se no trabalho de Gouveia, António Camões, "Contra-reforma", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 15-19.

¹⁹ As festividades de beatificação e canonização são um bom exemplo da solenidade religiosa e da atração popular. Vários são os exemplos, como é o caso de Múrcia, em que a Ordem franciscana aproveitou para estabelecer relações de influência na cidade, com a canonização de São Fidel de Sigüenza e São José de Leonisa. Para saber mais sobre este assunto veja-se Peñafiel Ramón, Antonio, "Espectáculo y celebración religiosa en la Murcia del siglo XVIII", in *Contrastes. Revista de História Moderna*, nº12, Múrcia, Universidade de Múrcia, 2001-2003, pp. 248-250. Em Braga, em 1758, no período em que D. Gaspar de Bragança tomou posse do Arcebispado, celebrou-se na igreja do Pópulo, pela Ordem de Santo Agostinho, a festa da beatificação dos padres Agostinho Novelli, António de Aquita e António de Amandula. Consulte-se Peixoto, Inácio José, *Memórias Particulares*, 1ª Edição, Braga, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, 1992, p. 40.

Outros momentos que compunham o calendário, mas não o litúrgico, eram as festividades de carácter profano, tendo algumas delas por base um motivo religioso. Exemplos disso são o carnaval, símbolo da cultura popular tradicional²⁰, que antecede a Quaresma, ou a festa dos loucos, uma paródia ao rito eclesiástico. Peter Burke refere que alguns clérigos franceses em 1444 chegaram a defender a festa dos loucos, afirmando que esta era uma brincadeira de um costume antigo, permitindo uma vez no ano que a loucura inata se exibisse²¹. A presença da Igreja Católica e de outras entidades de poder nestas circunstâncias era visível, porém por ser um momento de maior folguedo as comunidades faziam “olhos cegos e os ouvidos moucos”. As manifestações profanas também complementavam, por vezes, estes momentos de culto com algum folguedo através de bailes, touradas, danças, jogos, desfiles, iluminações e fogo de artifício, bem como ritos de sincretismo pagão-cristão, aceção tradicional daquilo que é a religiosidade popular.

A história das mentalidades²² permitiu abordar a festa nas suas diferentes perspetivas, todavia o seu estudo, consequentemente, formulou uma problemática na definição do conceito de religiosidade popular²³, ao qual se pode interpretar como a “religiosidade das massas”²⁴. Devido à sua ambiguidade, uma vez que as crenças e costumes populares²⁵ não são exclusividade do povo, tendo uma existência própria e independente da doutrina religiosa. O seu desenvolvimento deve-se ao simples fato de o homem e as concepções que constrói não serem lineares e à memória

²⁰ As festas eram um meio de expressão da cultura popular onde todos os grupos sociais interagiam, propiciando momentos de igualdade com o uso de disfarces e adereços, como acontecia no Carnaval. Ver em Burke, Peter, *La cultura popular en la Europa Moderna*, Madrid, Alianza Editorial, S.A., 1996, pp. 63-64.

²¹ Burke, Peter, *La cultura popular...*, p. 287. Uma das reminiscências da festa dos loucos foi uma celebração romana, a *Saturnalia*. Para abordar a temática sobre a festa dos loucos leia-se Heers, Jacques, *Fêtes des fous et carnivals*, Paris, Fayard, 1983, pp. 172- 190.

²² Para Lucien Febvre estudar só a economia não explicava as estruturas e evolução de um grupo social, dando um novo título à revista *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations*. E propôs uma nova vertente de estudo, as “mentalidades”. Acerca deste assunto veja-se Duby, Georges, *A História Continua*, Porto, Edições Asa, 1992, pp. 77-83.

²³ Acerca do conceito de religiosidade popular e as suas demonstrações consulte-se Sánchez Lora, José Luis, “Religiosidad popular: un concepto equívoco”, in Serrano Martín, Eliseo (ed.), *Muerte, Religiosidad y Cultura Popular – Siglos XIII-XVIII*, Zaragoza, Institución «Fernando el Católico», 1994, pp. 65-79.

²⁴ Lima, José da Silva, “ A Religiosidade popular”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 109.

²⁵ Os folcloristas, na sua visão tradicional, reduzem a religião popular a apenas vivências pagãs, superstições e magia. Confira-se Vovelle, Michel, *Ideologías y mentalidades*, Barcelona, Editorial Ariel, 1985, pp. 123-124.

coletiva das comunidades, que possibilita que os ritos e tradições não se desvançam, assim como na procura de resposta quando a religião empregue não responde às dificuldades e desejos pessoais.

E por isso mesmo, com uma forte instituição como a Igreja Católica e o crescente fervor pela piedade cristã ao longo da Idade Moderna, a religiosidade popular fortaleceu-se, principalmente em manifestações de carácter festivo público. As entidades religiosas ao demonstrar o seu poder, inconscientemente, mas também, por vezes, como meio de restituir a fé, favoreciam um panorama com muitos elementos presentes, saindo da sua zona de conforto, como era o caso das procissões, possibilitando intercalar, numa linha muito ténue, o sagrado com o profano.

3. O tempo e o espaço da festa

3.1. A igreja como centro dinamizador

A festa, consoante as necessidades de um grupo, sofre mutações, demarcando o seu momento espaço-temporal, distendendo redes de sociabilidade e convivialidade. Os espaços de veneração onde atua são centrais, a partir dos quais, na maioria das vezes, a malha urbana e rural cresce. Durante o período moderno o número de devoções e festividades aumentou, em grande parte devido ao movimento confraternal, e engrandeceu com a cultura do barroco. A igreja, enquanto núcleo físico de manifestação do culto, versa em desempenhar um dos principais papéis de apoio monetário e espiritual aos féis.

A unidade geográfica mais importante da organização territorial do catolicismo é a diocese, que se divide em paróquias, representada por uma igreja²⁶ e o seu respetivo pároco. Foi com base nesta divisão que a Igreja Católica se centralizou e reforçou o poder eclesiástico, permitindo uma maior aproximação dos habitantes citadinos e rurais, desenvolvendo mecanismos fundamentais de relação dos indivíduos, onde as sociabilidades se promoviam em torno desta.

²⁶ “Na língua medieval, a palavra «igreja» não designava somente o edifício da igreja, mas sim todo o espaço em redor da igreja”. Leia- Ariès, Philippe, *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012, p. 44.

Todo o percurso, desde o nascimento à morte, pertencia à Igreja Católica. Esta foi detentora, até ao século XX em Portugal, da criação do registo civil, dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos²⁷. Porém, este não era o único mecanismo de controlo. As missas eram cerimónias por excelência de filiação à Igreja Romana, de assistência obrigatória aos domingos e dias santos, assim como receber a comunhão e os outros sacramentos. E a confissão, com a obrigação de o fazer no mínimo uma vez por ano, na altura da Páscoa²⁸, servindo como exame de consciência e com o intento de o pároco estabelecer relações de proximidade, autoridade e domínio da vida privada dos devotos.

A construção de capelas e ermidas²⁹ por devoção a um santo remonta aos primórdios do cristianismo no século I d.C.. Muitas destas, consequentemente, tornaram-se na igreja da paróquia, associando um padroeiro. A festividade em honra deste complementava o calendário litúrgico local. Nos meios rurais³⁰, muitas vezes, era a principal festa do ano, com missa solene e procissão que saía da igreja e percorria as principais ruas e caminhos. Todas as celebrações religiosas moviam esforços monetários e de mão de obra. As esmolas e rendas, com a doação de terrenos, eram as principais fontes de rendimento. A riqueza produzida permitiu no Período Moderno exercer relações de poder.

²⁷ Com o desenvolvimento do Estado Moderno, cresceram as necessidades de conhecer as características da população, tais como a distribuição de pessoas pelo território, os níveis de natalidade e mortalidade e as relações de parentesco, e esta responsabilidade recaiu sobre a Igreja. Sobre este assunto veja-se Carvalho, Joaquim Ramos de, “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna”, in Mattoso, José (dir.); Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Moderna*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 32-34.

²⁸ Desde o início do século XVI que os homens, mas em particular as mulheres, adquiriram o hábito de se confessar todos os meses, ou até todas as semanas, com um confessor fixo. Na maioria eram religiosos da Companhia de Jesus, do Oratório, dominicanos entre outros. Consulte-se Lebrun, François, “As reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal”, in Duby, Georges; Ariès, Philippe (org.), *História da Vida Privada: do Renascimento ao Século das Luzes*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 79–80.

²⁹ Os motivos pelos quais foram edificadas são vários, desde a devoção aos santos, às relíquias, a Cristo, ao Espírito Santo, por motivos assistenciais ou à sacralização de um anterior local de invocação pagã. Os caminhos de peregrinação e romaria eram compostos por estes locais de culto, delineando os percursos conducentes às localidades que aportavam catedrais ou santuários. Sobre esta temática veja-se Costa, Manuela Pinto, “Ermidas e Capelas”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 156.

³⁰ Fumega Piñero, Francisco Xosé; Romani Barrientos, Ramón, “La fiesta y las relaciones espaciales”, in SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades, 1994, n° 6, p. 312.

Criar e manter mecanismos de gestão social resultaram numa simbiose entre o poder real e eclesiástico hierarquizado. A partir do século XVIII, o papel da Igreja Católica reduziu-se com a afirmação do poder centralizado, mas também da progressiva laicização. A sua presença no seio das populações foi essencial, abrangendo aspetos económicos, políticos e sociais, com um enquadramento das crenças e comportamentos mentais.

3.2. As ruas

As ruas funcionavam como locais de passagem no perímetro urbano, que conduziam às praças, mercados, pontes e edifícios de foro privado e coletivo³¹. Eram espaços públicos abertos, que por excelência acolhiam todo o tipo de rituais, desde o mais sagrado ao mais profano³². Eram ainda o palco para grandes cerimónias³³, festivais religiosos e eventos que marcavam a vida do indivíduo, como casamentos e funerais.

No âmbito da festa religiosa, as procissões eram a principal demonstração das entidades religiosas no seio urbano, pois era um ritual de poder, que permitia distinguir as hierarquias e, manter a ordem social³⁴. Aquando da realização de algum destes cortejos processionais, era necessário limpar e manter a ordem nas ruas. Os itinerários eram previamente escolhidos e definidos com rigor e, com o objetivo de integrar algumas das principais igrejas da cidade. As entidades municipais e eclesiásticas ordenavam que se preparassem os caminhos, limpando não

³¹ Laitinem, Riitta; Cohen, Thomas V., "Cultural history of early modern streets- an introduction", in Laitinem, Riitta; Cohen, Thomas V. (ed.), *Cultural history of early modern European streets*, Leiden, Brill, 2009, pp. 1-10.

³² O carnaval, tinha lugar na praça onde se localizava o mercado ou nas ruas da cidade. Veja-se em Muir, Edward, *Ritual in early modern Europe...*, p. 92.

³³ Em muitas cidades da Península Itálica, em particular no século XVI, certas praças e ruas tinham um aspeto definido para as grandes cerimónias públicas. Por exemplo, Veneza era muito conhecida pelo enorme esplendor deste tipo de cerimónias. Sobre esta temática atente-se em Muir, Edward, *Civic Ritual in Renaissance Venice*, Nova Jersey, Princeton University Press, 1981, p. 60.

³⁴ Bell, Catherine, *Ritual theory, ritual practice*, Nova Iorque, Oxford University Press, 2009, p. 195.

só o terreno ou a calçada³⁵, mas também os muros. As ruas transformavam-se num palco, com um cenário composto com as varandas preenchidas de colchas e tapeçarias³⁶.

Uma das maiores preocupações de limpar as ruas das cidades, prendia-se com o fato, de não circularem só pessoas, mas também animais, como porcos, gansos ou patos. O que contribuía para que a sujidade das ruas fosse um problema de saúde pública, uma vez que assumia grandes proporções³⁷. Em Ponte de Lima, para facilitar a passagem dos cortejos processionais, ordenou-se, por acórdãos camarários em 1735, que desde o dia de Nossa Senhora da Anunciação até o dia de Todos os Santos os moradores deviam prender os porcos, sob pena de multa, ou prisão. Os residentes da vila, ou das proximidades deveriam varrer as suas ruas nas vésperas e dias de festa³⁸.

3.3. A apoteose do barroco

O barroco é um conceito histórico, compreendido genericamente entre os séculos XVII e XVIII, com ideias morfológicas e estilísticas repetidas em culturas cronológica e geograficamente próximas na Europa. É um conceito de época, que se estendeu a todas as manifestações produzidas naquele período. E por isso, caracteriza-se como a cultura do barroco, indo muito além do movimento artístico³⁹ que preconizou.

³⁵ Por exemplo, no ano de 1752, em Ponte Lima, ordenou-se que se consertasse o caminho e a calçada, para a procissão de Cinzas da Ordem Terceira poder passar. Consulte-se Barbosa, António Francisco Dantas, *Tempos de Festa em Ponte de Lima (Séculos XVII- XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2013, tese de Doutoramento policopiada, p. 99; esta dissertação teve a sua obra publicada em 2017.

³⁶ Araújo, Maria Marta Lobo de, "As manifestações de rua das Misericórdias portuguesas em contexto barroco", in *Hispania Sacra*, LXII, 125, 2010, p. 106.

³⁷ Por vezes, os níveis de sujidade eram de tal ordem, que os padres não conseguiam atender aos seus serviços, nem as entidades municipais comparecer às suas reuniões. Sobre este assunto veja-se Rosen, George, *A history of public health*, Baltimore, John Hopkins University Press, 2015, p. 22.

³⁸ A limpeza destas áreas acontecia, de igual forma, para a passagem do viático. Leia-se Barbosa, António Francisco Dantas, *Tempos de Festa em Ponte de Lima (Séculos XVII- XIX)*..., p. 297.

³⁹ Foi através da arte que o conceito de Renascimento definiu uma época da cultura italiana. Leia-se Maravall, José Antonio, *La cultura del Barroco*, Barcelona, Editorial Ariel, 1986, pp. 29-30.

Para José Maravall a cultura do barroco consistiu numa resposta por parte dos grupos ativos da sociedade, que estava mergulhada numa dura e difícil crise económica⁴⁰. A instabilidade económica, política e social que se fazia sentir na Europa, a partir de finais do século XVI, levou a que as disputas entre as grandes potências se acentuassem e, com isso, os desejos de grandeza de cada uma exaltaram-se. As divisões territoriais religiosas entre católicos e protestantes, as trocas comerciais, as grandes rotas, a extensão do domínio europeu e a criação de estados absolutos fomentaram o poderio e a identidade de cada nação, e a sua necessidade de o demonstrar e manifestar publicamente. O fascínio pela novidade, extravagância, materialismo, o contraste acentuado entre o belo e o feio, o exagero, a teatralidade, a rutura das normas, se bem que ilusoriamente, eram características da mentalidade barroca.

Uma das suas manifestações públicas de eleição com estas particularidades foi a festa, combinando o poder monárquico absoluto e o poder religioso. Os nascimentos, casamentos e mortes eram as principais celebrações das famílias reais, não só por serem ciclos importantes, mas também, permitiram que estes festejos não fossem exclusivos das elites. A alegria ou tristeza destes momentos era de todos. O luto possibilitava uma teatralidade dramática exacerbada, com pregações, elegias e comportamentos ritualizados. E, por isso, foi atribuído às exéquias reais uma especial importância, podendo prolongar-se por mais de um ano, como aconteceu em Portugal com as exéquias de D. João V (1706-1750). Existiam outros tipos de cerimónias reais e da nobreza como bailes, ópera ou o teatro com regras de etiqueta⁴¹, fogo de artifício e música.

O discurso promovido pela festa religiosa barroca vulgarizou-se⁴². Para além da sumptuosidade, esta encorajara os devotos à piedade individual em prol da piedade coletiva. A orientação da religiosidade obedeceu a normas e modelos regidos pela literatura com sermonários, cerimoniários, manuais de piedade, livros de devoção e de catequese⁴³. O barroco elevou-as, mas

⁴⁰ Antonio Maravall, José, *La cultura del Barroco...*, pp. 55.

⁴¹ Com Luís XIV, a etiqueta tinha uma função simbólica de hierarquização na corte. Utilizada em qualquer circunstância, os gestos representavam privilégios ou estatutos de determinada pessoa ou das famílias em relação às outras. Um monopólio sobre determinados cargos oficiais, fontes de renda e posição hierárquica. Acerca desta temática consulte-se Elias, Norbert, *A Sociedade de Corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001, pp. 97-131.

⁴² Sobre esta temática veja-se Bouza Álvarez, José Luis, *Religiosidad Contrarreformista y Cultura Simbólica del Barroco*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, pp. 42-46.

⁴³ Santos, Eugénio dos, "Missões populares e festa barroca: Um aspecto da sensibilidade colectiva", in *I Congresso Internacional do Barroco*, Actas, vol. II, Porto, Reitoria da Universidade do Porto, 1991, p. 643.

a Igreja Católica apoderou-se de duas práticas de demonstração pública: os sermões e as procissões⁴⁴.

Os sermões, primavam pela arte da retórica e oratória, com um raciocínio persuasivo que idealizava pela argumentação os exemplos e caminho a seguir para se viver em harmonia e conformidade, segundo os ideais da Igreja Católica. Estes eram incumbidos a um pregador⁴⁵ e, a escolha deste não era ao acaso, principalmente nas maiores celebrações. A trasladação de relíquias, penitência ou agradecimento a Deus pelo bom tempo ou boas colheitas eram ritualizados nas procissões, compostas de figuras alegóricas, música, luminárias, preces, andores. Nestas cerimónias o clero, outras entidades e os fiéis trajavam a rigor e desfilavam de forma hierarquizada, demonstrando o cumprimento de regras⁴⁶.

Conquanto, o carácter ideológico da época barroca demonstrou que a imaginação individual e coletiva não tem limite, quando se trata do poder monárquico, eclesiástico e da força da religião.

3.4. O papel das confrarias em momentos festivos

François Lebrun define as confrarias como associações de devoção⁴⁷. As confrarias, criadas ou revividas no século XVII, integradas por leigos sob égide do clero⁴⁸, tinham como

⁴⁴ A maioria das procissões, antes do século XVI, não teriam a componente dramática e cénica, que observámos no barroco. Atente-se em Zika, Charles, "Hosts, processions and pilgrimages: controlling the sacred in fifteenth-century Germany", in *Past & Present*, nº 18, 1988, p. 43.

⁴⁵ Para António Vieira, o pregador era definido da seguinte forma: "Vós, diz Cristo Senhor nosso, falando com os pregadores, sois o sal da terra: e chama-lhes sal da terra, porque quer que façam na terra o que faz o sal. O efeito do sal é impedir a corrupção, mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm ofício de sal, qual será, ou qual pode ser a causa desta corrupção?". Veja-se Vieira, padre António, *Sermão de Santo António aos Peixes*, in *Colecção Clássicos da literatura portuguesa*, Porto Editora, s.a., p. 2.

⁴⁶ As vestes simbolizavam a festa ao criar a ilusão de luxo. Consulte-se Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira, "A festa barroca no Porto ao serviço da família real na segunda metade do século XVIII. Subsídios para o seu estudo", in *Revista da Faculdade de Letras do Porto: História*, Porto, II série, vol. 5, 1988, p. 42.

⁴⁷ Lebrun, François, "As reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal", in Duby, Georges; Ariès, Philippe (org.), *História da Vida Privada...*, p. 91.

⁴⁸ Após o Concílio de Trento dividiu-se estas instituições em dois tipos, as confrarias laicas, sem a intervenção da autoridade canónica, e as confrarias eclesiásticas, com os seus estatutos aprovados por um bispo. Atente-se em Ferraz, Tiago, *A morte*

características a veneração a determinado santo, proteção espiritual e laços de fraternidade; e possuíam um funcionamento interno próprio. A sua influência e crescimento começou no IV Concílio de Latrão, em 1215, como recurso contra a heresia, precedente do Concílio de Trento, que ampliou a doutrina católica. Medram não só meio urbano, mas também no meio rural, devido à atuação de dominicanos e franciscanos⁴⁹. Estas duas ordens religiosas surgidas na Idade Média, desempenharam um papel relevante quer na Europa, quer nos locais onde existiam colónias.

Os tipos de confrarias eram vários com desígnios diferentes. As do Santíssimo Sacramento responsabilizaram-se pelo culto eucarístico; as da Almas do Purgatório, com orações e acompanhamentos, estavam vocacionadas para o “bem morrer”, e para o resgatar as almas sufragadas; as do Rosário fomentaram o culto mariano; as de caridade cuidavam dos enfermos e defuntos, encarregando-se das cerimónias fúnebres⁵⁰. Contudo, é de referir, que todas as confrarias se encarregavam dos ritos fúnebres, dando grande importância à morte, mas igualmente ao culto do santo protetor.

Ingressar numa confraria tinha por objetivo beneficiar de orações na morte, mas também assistir outros defuntos com as suas próprias orações, particularmente os pobres, que acudiam a estas instituições para serem suas intercessoras espirituais⁵¹. As confrarias criaram as condições necessárias para os fiéis se aproximarem, podendo encontrar nestas associações apoio espiritual e material em vida com orações ao santo ou culto invocado, indulgências e acompanhamento à tumba, e após a morte a salvação da alma através da instituição de legados e celebração de missas.

Ao mesmo tempo que crescia o número de confrarias, aumentava o número de devoções. A festividade em torno do padroeiro de cada confraria ficava ao seu encargo, todavia o calendário festivo complementava ainda com as festas do calendário litúrgico, em particular a Quaresma e a Semana Santa, como acontecia em Braga. As preces eram reforçadas e afluía um maior número

e a salvação da alma na Braga setecentista, Braga, Universidade do Minho, 2014, tese de Doutoramento policopiada, p. 61.

⁴⁹ Acerca desta temática da associação religiosa confira-se González Lopo, Domingo L., “Las cofradías en la formación religiosa y el control festivo en las parroquias de Galicia y el Norte de Portugal en Época Moderna”, in *Obradoiro de Historia Moderna*, nº 22, 2013, pp. 64-67.

⁵⁰ Lebrun, François, “As reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal”, in Duby, Georges; Ariès, Philippe (org.), *História da Vida Privada...*, p. 90.

⁵¹ Ariès, Philippe, *História da morte no Ocidente...*, p. 129.

de pessoas. Eram ocasiões de entreajuda no decorrer das celebrações, mas em contrapartida, de desarmonia e rivalidades, pois quanto mais membros estas tivessem, mais poder económico e político local possuíam.

Em finais do século XVIII, várias confrarias viveram tempos difíceis, tornando-se menos atrativas, devido a diversos fatores. Os espaços de sociabilidade aumentaram, atraindo a nobreza e a burguesia, e as ideologias políticas e sociais ganharam outra dimensão. As críticas feitas por pensadores iluministas e governadores aos avultados gastos que se faziam em festas religiosas e procissões não se pouparam⁵². E o Estado também ganhou em supervisionar a atividade festiva e em controlá-la. As confrarias constituíram um microcosmo festivo⁵³, com a alternância entre o sagrado e o profano, as relações sociais, as trocas económicas e as demonstrações populares da festa.

4. As principais manifestações festivas e devoções do Portugal Moderno

Portugal tinha um número elevado de festas religiosas que reduzia para um terço os dias de trabalho no ano. Esta era a crítica feita pelo diplomata português Luís da Cunha, no século XVIII⁵⁴. O catolicismo era uma religião ritualizada e exteriorizada, que nos finais do século XVII, inícios da primeira metade do século XVIII, associado ao barroco, permitiu culminar nos ritos e encenações, em que os reis, D. Pedro II (1683-1706) e D. João V tiveram uma ação de destaque⁵⁵.

O reino vivenciava as múltiplas procissões, romarias e festas, não só as que compunham o calendário litúrgico, mas igualmente as dedicadas ao nascimento ou morte da família real, assim

⁵² Em finais do século XVIII, o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho defendeu a abolição das irmandades, assim como das suas festividades. Leia-se Lousada, Maria Alexandra, “Espaço urbano, sociabilidade e confrarias. Lisboa nos finais do Antigo Regime” in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular, Sociabilidades, Representações e Espiritualidade*, Lisboa, Terramar, 1999, p. 357.

⁵³ Farid, Abbad, “La confrerie condamnée ou une spontanéité festive confisquée. Une autre aspect de l’Espagne à la fin de l’Ancien Régime”, in *Mélange de la Casa de Velasquez*, vol. XIII, 1977, p. 382.

⁵⁴ Silva, Maria Beatriz Nizza da, “A vida quotidiana”, in Serrão, Joel; Marques, A. H., (dir.), *Nova História de Portugal: Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil*, vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 455.

⁵⁵ Estes dois reis, assim como os respetivos membros da família real, frequentavam igrejas, conventos e mosteiros, mostrando uma preocupação com os acontecimentos que lá ocorriam. Consulte-se Braga, Paulo Drumond, “Igreja, igrejas e culto”, in Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal: Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil*, vol. VII..., p. 115.

como as manifestações das ações por intercessão da graça divina. Aumentou igualmente, na Época Moderna, o tempo de lazer e folguedo, dedicado às touradas, a embriaguez, mas também aos espetáculos e às más línguas, favoráveis a cometer pecados, entre os quais a preguiça, a luxúria e a gula e, possibilitou ainda, que as superstições populares se intensificassem⁵⁶. Contradizendo, os propósitos difundidos pela Igreja Católica, que sempre defendeu que os tempos de descanso, os domingos e os dias de festa religiosa, fossem dedicados aos exercícios espirituais⁵⁷. Igualmente, demonstrou uma preocupação em difundir o culto vespertino, ou seja, orações e rituais durante as tardes, para manter os fiéis ocupados⁵⁸.

Com o aproximar dos finais da centúria de setecentos, e ao longo da de oitocentos, diminuiu o número de festividades do calendário, assim com os rituais e práticas violentas⁵⁹. Em parte, devido aos interesses burgueses e, conseqüentemente, ao aumento de produção, e aos lucros da própria Igreja Católica⁶⁰.

O calendário anual era assinalado por duas grandes celebrações: o Natal e a Páscoa, com os seus respetivos períodos de penitência, o Advento e a Quaresma. O ciclo das festas do Natal, iniciava-se a 8 de dezembro, dia da festa da Conceição Virgem Maria. Na Quaresma, a Semana Santa, conduzia aos ritos finais de penitência, antes do domingo de Páscoa. Na cidade de Braga, este era um dos períodos de maior dedicação das variadas entidades religiosas, desde a procissão de Cinzas, que demarcava o início do período da Quaresma, sendo da responsabilidade da Ordem

⁵⁶ Gouveia, António Camões, “O controlo do tempo”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 321.

⁵⁷ Frei Bartolomeu dos Mártires, mencionou que o primeiro preceito da Igreja era “guardar Domingos e festas e nelles ouvir devotaméte missa inteyra”. Mártires, Frei Bartolomeu dos, *Cathecismo ou doutrinas christaam e praticas spirituaes ordenado por Dom Frey Bertholameu dos Martyres, Arcebispo & Senhor de Braga Primas das Hespanhas, &c. Pera se dar nas parochias deste nosso Arcebispado onde não há pregação*, Lisboa, Antonio Aluarez, 1594, p. 53v.

⁵⁸ Sobre esta temática consulte-se Marques, João Francisco, “Rituais e manifestações de culto”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., pp. 525-526.

⁵⁹ Para saber mais sobre a temática da violência de práticas violentas em festa e romarias, em especial no Alto Minho veja-se Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*, vol. I, Braga, Universidade do Minho, 2010, tese de Doutoramento policopiada, pp. 212-223.

⁶⁰ Gouveia, António Camões, “O controlo do tempo” in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 321.

Terceira⁶¹. Nesta quadra integrava-se ainda a procissão dos Passos⁶², no domingo de Ramos, antecedente à Semana Santa. No decorrer dessa semana, havia a de quinta-feira de Endoenças, da responsabilidade da Misericórdia, e na sexta-feira a do Enterro do Senhor, ao encargo da irmandade de Santa Cruz⁶³.

Outros dois grandes momentos, eram os dias de Todos os Santos e de Fiéis Defuntos, para lembrar e orar pelos santos e pelos que já partiram. A veneração a estes dois dias fortaleceu-se na mentalidade popular, após o terramoto de 1 de novembro de 1755, que aconteceu precisamente num desses dias. As festas dedicadas ao padroeiro local⁶⁴, assim como as romarias⁶⁵, que eram momentos importantes de celebração. A festa do Corpo de Deus assumiu também um papel relevante no calendário, transformando-se num dos momentos litúrgicos mais importantes nos municípios, principalmente com a sua procissão, que seguia uma ordem hierárquica muito bem estabelecida⁶⁶. Em junho, dava-se preferência aos santos populares: Santo António, São João e São Pedro, eram alturas de regozijo popular, contando com a participação de todos os grupos sociais⁶⁷.

⁶¹ Sobre a procissão de Cinzas da Ordem Terceira em Braga atente-se em Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*, Braga, Universidade do Minho, 2009, tese de Doutoramento policopiada, pp. 263-275.

⁶² A irmandade do Bom Jesus dos Passos foi instituída em 1597, com o propósito de realizar esta procissão. A irmandade de Santa Cruz começou a realizar em 1773, quando se fundiu com a irmandade do Bom Jesus dos Passos. Leia-se Ferreira, Rui, "O Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus e a Semana Santa em Braga", in *Bracara Augusta*, vol. LX, nº 118 (131), 2015, pp. 423-424.

⁶³ Acerca da procissão dos Passos e do Enterro do Senhor sob a responsabilidade a irmandade de Santa Cruz consulte-se Silva, Elsa Liliana Antunes da, *As festas da confraria de Santa Cruz de Braga no século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2013, tese de Mestrado policopiada, pp. 67-72.

⁶⁴ As principais fontes do Período Moderno sobre os padroeiros das freguesias portuguesas eram a *Corografia portuguesa* (1708-1712), do padre António da Costa, *Mapa de Portugal antigo e moderno* (1763), de João Baptista de Castro, e *Portugal sacro-profano* (1767-1768), de Paulo Dias de Niza. Atente-se em Marques, João Francisco, "Oração e devoções" in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 641.

⁶⁵ Gouveia, António Camões, "O controlo do tempo" in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., pp. 321-322.

⁶⁶ Iriam nesta mesma procissão, por exemplo, as corporações de ofícios ou guildas com as diversas entidades de poder. Veja-se em Melo, Arnaldo Sousa; Ribeiro, Maria do Carmo, "Public festivities in Portuguese medieval towns", in *Mirabilia*, nº 18, 2014, p. 193.

⁶⁷ Gomes, Maria Eugénia Reis, *Contribuição para o estudo da festa em Lisboa no Antigo Regime*, in *Colecção Temas de*

Uma das principais manifestações culturais era, sem dúvida, o culto mariano, difundido por todo o país, em diversas imagens, objetos de devoção, assim como, na construção de conventos, mosteiros e paróquias, em honra à mãe de Jesus⁶⁸. Em 1646, foi declarada, uma das invocações de Nossa Senhora, a Imaculada Conceição, padroeira de Portugal. D. João V tinha uma grande veneração a este culto, o que ajudou a promovê-lo⁶⁹. Este também se intensificou, na Época Moderna, como reação ao protestantismo, um pouco por toda a Europa. No caso português, incrementou as festas do Rosário, a das Mercês, e, ainda, a reza do Rosário e do Terço com as ladainhas⁷⁰.

5. As Misericórdias

5.1. A ação das Misericórdias nos atos festivos

A primeira Santa Casa da Misericórdia foi fundada em 1498, na cidade de Lisboa, por iniciativa régia da rainha D. Leonor, no contexto do movimento da reforma dos mecanismos de assistência e saúde pública. Ao longo de toda a Época Moderna medraram na Metrópole portuguesa e no seu Império, promovendo uma rede de assistência. Eram regidas por um Compromisso⁷¹, composto pelas quatorze obras de misericórdia, algumas delas praticadas com maior zelo e rigor nas épocas festivas do calendário litúrgico católico e nas pequenas devoções locais. Estas manifestações eram momentos de estimular as relações de sociabilidade entre os seus membros⁷² e aqueles que procuravam apoio material e espiritual, mas também para se

Cultura Portuguesa, n.º8, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1985, p. 26.

⁶⁸ Nos altares-mor o Cristo e a Virgem ocupavam os lugares cimeiros, compartilhando o espaço apenas com as figuras do orago da igreja. Veja-se Marques, João Francisco, “Oração e devoções” in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 641.

⁶⁹ Braga, Paulo Drumond, “Igreja, igrejas e culto” in Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal: Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil...*, p. 121. Acerca da piedade mariana leia-se Marques, João Francisco, “Oração e devoções”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., pp. 625-634.

⁷⁰ Atente-se no trabalho de Dias, Geraldo José Amadeu Coelho, “A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos Modernos”, in *Revista Faculdade de Letras do Porto: História*, II série, vol. 4, 1987, p. 229.

⁷¹ O primeiro compromisso da Misericórdia de Lisboa foi aprovado por D. Manuel I, em 1498.

⁷² Esta instituição era composta por dois grupos de confrades, que eram os de primeira condição, com nobres, eclesiásticos e magistrados; e os de segunda condição, com mestres de ofícios, mercadores e lavradores. Veja-se Lopes, Maria Antónia,

afirmarem no meio em que estavam inseridas, acabando por incrementar algumas das mais importantes práticas devocionais do Período Moderno português, uma vez que tinham o papel de principais dinamizadoras, dando especial importância aos rituais exercidos nas ruas, como as procissões⁷³.

Na cópia manuscrita do primeiro Compromisso da Misericórdia de Lisboa fazia-se menção a três momentos ritualizados, nos quais os irmãos eram obrigados a comparecer, que eram o dia de Santa Isabel ou da Visitação, pois era as eleições da confraria; a procissão de quinta-feira de Endoenças⁷⁴; e no dia de Todos os Santos para acompanhar o cortejo, que ficaria conhecido como a procissão dos ossos⁷⁵. As Misericórdias foram as suas principais fomentadoras, participando igualmente, em alguns dos festejos locais. Tornando-se detentoras de um relevante espólio em paramentos, ornamentos e alfaia litúrgicas. Estas celebrações exteriorizaram-se intensamente com o barroco, que promoveu as procissões e os sermões, o que permitiu um investimento maior nas celebrações comemorativas da Paixão de Cristo. Posteriormente, estas confrarias criaram outros momentos de reunião de todos, como se verificou nos Compromissos de 1600 e 1618.

Com o passar dos tempos, algumas destas manifestações solenes vão sendo suportadas financeiramente pelos benfeitores, e rendimentos vários, desde legados⁷⁶, dinheiro a juros e

“Musealizar misericórdias conhecendo a sua história”, in Pedras, Rita Fernanda do Vale Pinto (coord.), *Jornadas de museologia nas Misericórdias. Atas*, Penafiel, Misericórdia de Penafiel, 2015, p. 51.

⁷³ Não participavam apenas nas suas próprias procissões, participavam igualmente nos cortejos processionais de outras confrarias, ordens religiosas, sés, mitras e cabidos. Atente-se no trabalho de Araújo, Maria Marta Lobo de, “As manifestações de rua das Misericórdias portuguesas em contexto barroco”..., p. 110.

⁷⁴ A Misericórdia de Monção dava especial atenção na Semana Santa à procissão dos Passos, no Domingo de Ramos. Para mais saber consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias em festa: os Passos na Santa Casa de Monção (século XVIII)”, in *Actas do Congresso Internacional do Barroco Iberoamericano*, n°4, Ouro Preto, 2006, pp. 1075-1089.

⁷⁵ Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 3, Lisboa, Centro de Estudos Religiosos; União das Misericórdias Portuguesas, 2004, p. 386. Por ordem de D. Manuel I, ainda se realizariam as procissões do Anjo Custódio, em 1504, e a da Visitação, em 1514. Veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, “As Misericórdias da fundação à União Dinástica”, in Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1..., 2002, p. 38.

⁷⁶ Apesar de, já no século XVI, existir um fluxo migratório para o Brasil, o número de legados, na Misericórdia de Penafiel, assistiu ao seu máximo na primeira metade do século XVIII, influenciada pela idade do ouro brasileira, período, em que a região de Entre Douro e Minho sentiu um enorme êxodo de homens, que emigraram para o Brasil. Atente-se em Fernandes, Paula Sofia Costa, “Legados que atravessam mares protegendo pobres na Misericórdia de uma terra lusa: a utilização dos bens dos “brasileiros” na Misericórdia de Penafiel na Idade Moderna”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Coelho, José Abílio; Franco, Renato (coord.), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, Rio de

propriedades, devido à institucionalização das Santas Casas. Ao longo do século XVIII, deparam-se com diversos tipos de dificuldades, e por isso, estes momentos de sociabilidade, eram de particular importância, para fortalecer relações entre os seus membros e a sociedade, de maneira, a atrair o maior número de esmolas possível⁷⁷. Às debilidades económicas, também poderíamos associar, o leque de transformações políticas e sociais que começaram num período, entre 1775 e 1846, associado à passagem do regime absoluto para o liberal e a monarquia constitucional⁷⁸. No entanto, as instituições administradas pelas Misericórdias, como, por exemplo, o hospital de S. Marcos, em Braga, viveu um período crítico em finais do século XVIII, com uma grande carestia de víveres, que só foi possível colmatar esta despesa com as esmolas do arcebispo⁷⁹.

A Misericórdia de Braga não foi diferente das suas restantes congéneres, e proporcionou à cidade, alguma das principais festas e cultos. Deu especial atenção ao dia de quinta-feira de Endoenças, uma vez que a Quaresma representava para os bracarenses um dos tempos litúrgicos por excelência. Por outro lado, na igreja do hospital de S. Marcos assistiu-se ao crescimento da devoção em torno da relíquia de S. João Marcos, que na primeira metade da centúria de setecentos, marcou fortemente este culto.

Mas as Misericórdias festejavam também a sua padroeira no dia de Santa Isabel, o Espírito Santo e o Natal. Para além, das festas mais relevantes, promoviam variados cultos, festejando-os com festas religiosas quase sempre compostas por sermões, música e celebração de missas. Dependendo da capacidade financeira de cada uma das Santas Casas e das prioridades estabelecidas, assim se compreende o maior ou menor número de festas promovidas por estas instituições. Porém, é certo que em período barroco todas elas investiram fortemente nos

Janeiro/Braga, Fundação Gertúlio Vargas/CITCEM, 2013, pp. 38, 41.

⁷⁷ Machado, Manuela, “Festividades e devoções na Misericórdia de Braga em torno do culto a S. João Marcos (século XVIII)”, in *Interconexões – Revista de Ciências Sociais*, vol. 1, nº 1, 2013, p. 96.

⁷⁸ Capela, José Viriato, “A Misericórdia e a sociedade bracarense”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, p. 326.

⁷⁹ Os legados destinados à alimentação não eram suficientes para cobrir os custos. Sobre a vivência diária no hospital de S. Marcos leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “O quotidiano de S. Marcos de Braga na Idade Moderna”, in Iglesias Rodríguez, Juan José; Pérez García, Rafael M.; Fernández Chaves, Manuel F. (ed.), *Comercio y cultura en la Edad Moderna*, Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla, 2015, p. 1735.

momentos festivos que as expunham a público, cuidando da sua imagem, para capitalizar poder e prestígio.

Capítulo II- A Misericórdia de Braga

1. Os espaços em que se desenvolveram as festividades

1.1. A igreja da Misericórdia de Braga

A criação da confraria da Misericórdia de Braga foi da responsabilidade do arcebispo D. Diogo de Sousa, incontornável figura da história bracarense do século XVI, que durante vinte e sete anos (1505-1532) refundou¹ a cidade, com diversas alterações a nível cultural, eclesiástico, arquitetónico, entre outras².

Até aos dias de hoje, a data de fundação da Santa Casa de Braga é desconhecida, mas, acredita-se que foi erigida em 1513, data em que D. Diogo de Sousa deu licença à confraria para se instalar na capela de Jesus da Misericórdia, criada em 1511 pelo mesmo³, e situada junto ao claustro da Sé. Além do apoio do arcebispo, recebeu em 1514, de D. Manuel I o Compromisso e privilégios da Misericórdia de Lisboa⁴.

¹ Bernardino Senna de Freitas escreveu que “N’uma palavra, pôde dizer-se de D. Diogo de Sousa, que elle fôra um quasi novo Fundador de Braga”. Leia-se Freitas, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga*, tomo IV, Braga, Imprensa Católica, 1890, p. 229.

² Antes de chegar a Braga, a 22 de novembro de 1505, D. Diogo de Sousa encontrava-se numa embaixada ao papa. A sua presença em Roma, tendo sido membro de duas embaixadas à cúria romana, permitiu-lhe entrar em contacto com uma nova realidade e, possivelmente, trazer ideias inovadoras à cidade de Braga. É considerado uma personalidade do primeiro Humanismo em Portugal. Veja-se Soares, Nair de Nazaré Castro, “O arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa “principe umanizzato” do renascimento e o seu projecto educativo moderno”, in *Humanitas*, nº63, 2011, pp. 528, 535, 538. Enquanto Bispo do Porto (1496-1505). D. Diogo de Sousa foi o responsável pela instituição da Misericórdia na cidade. Veja-se Aguiar, David Emanuel Vieira, *D. Diogo de Sousa e as ofertas de bens móveis à Sé de Braga*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2012, p. 25, tese de Mestrado policopiada.

³ Sobre as peças oferecidas por D. Diogo de Sousa à capela de Jesus da Misericórdia consulte-se Aguiar, David Emanuel Vieira, *D. Diogo de Sousa e as ofertas de bens móveis à Sé de Braga...*, pp. 95-97.

⁴ Estes eram “A possibilidade de colocar mamposteiros em terras determinadas, o exclusivo de pedir para presos e pobres envergonhados na cidade, o envio dos doentes que auxiliava para o Hospital de S. Marcos, a recolha dos falecidos por justiça...”. Araújo, Maria Marta Lobo de, “Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, p. 19.

Apesar das poucas fontes existentes sobre as primeiras décadas da sua existência, sabe-se que D. Diogo de Sousa, ciente das dificuldades sentidas nos anos iniciais, ordenou que todas as esmolos recolhidas na capela fossem dadas à confraria, assim como a entrega de 200 cruzados à Santa Casa aquando do seu enterro, para os seus membros comprarem medidas de pão⁵.

No entretanto, para dar continuidade ao cumprimento das obras de Misericórdia que a confraria estava incumbida, precisava de um espaço próprio. E no ano de 1558, o arcebispo D. Baltasar Limpo (1550-1558), autorizou o começo da edificação da igreja e Casa do Despacho da Misericórdia, no lugar das casas de Branca de Azevedo, mesmo junto à Sé. Também autorizou a celebração de ofícios divinos nos seus futuros altares e concedeu indulgências a todos aqueles que ajudaram na sua construção⁶.

Figura 1- Fachada da igreja da Misericórdia de Braga



Fonte: foto da autora (2017).

⁵ Araújo, Maria Marta Lobo de, "Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos" ..., p. 22. Para saber mais sobre outras fontes de receita da Santa Casa consulte-se Capela, José Viriato, "A economia social da Misericórdia e hospital de Braga", in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, pp. 161-174.

⁶ Para ler na íntegra a carta de D. Frei Baltazar Limpo a autorizar a mudança da Misericórdia consulte-se Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 4, Lisboa, Centro de Estudos Religiosos; União das Misericórdias Portuguesas, 2005, p. 67.

A obra de pedraria da igreja, com uma fachada no estilo renascentista, terminou em 1565, já sob a jurisdição do arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1558-1582). Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a principal preocupação dos confrades foi o embelezamento do espaço, a sua conservação e ampliação. Para tal, foram vários os mestres carpinteiros, marceneiros, escultores, ferreiros, pintores, serralheiros e pedreiros, que trabalharam para o aperfeiçoamento dos edifícios da Santa Casa. Os mestres responsáveis pelas obras de maior envergadura dentro da igreja⁷, os retábulos, foram no século XVII, Belchior Fernandes e, na centúria seguinte, na talha dourada Marceliano de Araújo⁸. Além dos retábulos, outras eram as obras de arte que adornavam igualmente a igreja com figuras de santos, quadros, telas e objetos de culto.

Ao analisar a descrição do altar mor, num inventário de 1752, podemos ter a perceção de quais os cultos praticados e devoções veneradas⁹. Este continha, um Cristo crucificado, com uma auréola de prata, a imagem do episódio da visitação de Maria à Santa Isabel, com as suas coroas de prata. E dos seus lados, a figura de São Zacarias e São José. Ao centro, uma pintura da Nossa Senhora da Misericórdia. Da parte do Evangelho, a imagem do *Ecce Homo*, e abaixo uma figura de pequenas dimensões de S. João. Da parte da Epístola tinha uma figura de Nossa Senhora da Piedade, com um diadema de prata, e por debaixo, a imagem de Santo António. No lado direito encontrava-se a capela de Nossa Senhora da Boa Morte, com um retábulo dourado¹⁰.

⁷ Sobre as despesas feitas com os diversos mestres, e as obras dos retábulos leia-se Castro, Maria de Fátima, *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga. Devoções, procissões e outras festividades (do século XVI e começos do século XX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e autora, 1998, pp. 18-109.

⁸ Segundo o historiador Robert Smith “Foi neste estilo opulento, baseado na escultura berniniana da Roma de Seiscentos, que Marceliano de Araújo criou os seus principais monumentos- as caixas dos órgãos da Sé e os retábulos da Santa Casa de Braga”. Smith, Robert, *Marceliano de Araújo. Escultor Bracarense*, Porto, Nelita Editora, s.d., p. 11.

⁹ Atualmente, estes elementos encontram-se na mesma disposição, ver figura 2.

¹⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Inventário de [todos os bens móveis pertencentes à S.tª Caza da Mizericordia da cidade de Braga]*, 1752, n.º495, fls. 1-3.

Figura 2- Interior da igreja da Misericórdia



Fonte: Foto da autora (2017)¹¹.

Foi nesta igreja que se celebraram muitas das festividades e cultos da Misericórdia de Braga, segundo o rito romano¹². As principais festas e ritos, que abordaremos ao longo deste capítulo, eram os dias de Santa Isabel, de Nossa Senhora da Misericórdia, de Todos os Santos e Fiéis de Deus, do Natal, da Quaresma, de S. Pedro Mártir, e ainda as procissões pelo tempo.

Outras manifestações festivas de menor dimensão, às quais apenas se faz uma pequena referência nas fontes estudadas, são: a de Nossa Senhora da Abadia, que no dia da sua festa se

¹¹ A tela ao centro que representa a Nossa Senhora da Misericórdia a cobrir “todos” com o seu manto, foi pintada em 1736 pela mão de José Lopes. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro da Despeza do Tezoureiro da Santa Casa*, 1726-1754, n° 671, fl. 222v.

¹² “terá cuidado de saber todos aqueles, que se costumão na Egreia, conforme ao cerimonial Romano, pera poder com facilidade dirigir os outros capelães e ministros no tempo dos officios divinos ser cometer erro algum”. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, n°2, fl. 24.

oferecia uma refeição aos presos¹³ e, a festa do Espírito Santo, onde se oferecia uma pita¹⁴ ao capelão mor no valor de 200 réis¹⁵.

Nas devoções, temos o culto mariano¹⁶, com a Nossa da Senhora da Piedade¹⁷, a Senhora da Boa Morte¹⁸, a Senhora do Rosário, ou a Senhora da Anunciação. Assim como a S. João Batista¹⁹.

1.2. A igreja de São Marcos

A igreja de S. Marcos, assim se denomina, devido as ossadas do seu padroeiro, S. João Marcos. Segundo uma lenda, que remonta ao século XVII, o edifício original do hospital de S. Marcos, fora o aposento da Ordem dos Cavaleiros Templários, cedido pelo arcebispo D. Paio Mendes, pois o Grão-Mestre, D. Gualdim Pais, havia-se recolhido em Braga e com ele “conduzindo os sagrados despojos de S. João Marcos Bispo d’Atina”²⁰. Este ficava situado em frente ao Campo

¹³ O oratório de Nossa Senhora da Abadia localizava-se à entrada da atual rua do Castelo, perto da antiga prisão, e foi demolido em 1905. Veja-se em Guimarães, André Fernando Guimarães, *A destruição da muralha e do castelo de Braga no início do século XX – Elementos para a compreensão do castelo medieval*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2015, tese de Mestrado policopiada, pp. 35, 80.

¹⁴ Termo utilizado em algumas instituições religiosas para o prato que se dava em dias de festa no refeitório. Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 6, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, p. 536, versão eletrônica disponível em <https://www.bbm.usp.br>.

¹⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681; *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n° 682.

¹⁶ O louvor a Nossa Senhora existia, pelo menos, desde 1613 na Misericórdia de Braga. Para tal, a Mesa determinou que o lampadário do altar mor estivesse sempre acesso, de dia e à noite. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *2.º Livro dos Termos*, 1598-1632, n° 4, fl. 76

¹⁷ Mandou-se consertar a vidraça onde estava colocada, por 1100 réis. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fl. 43v.

¹⁸ O padre Inácio Correia, da Companhia de Jesus, mandou vir um Breve de Roma, para o altar da Nossa Senhora da Boa Morte ser privilegiado perpetuamente. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *12.º Livro dos Termos*, 1746-1751, n° 14, fl. 167v.

¹⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *16.º Livro dos Termos*, 1776-1780, n°18, fls. 165-165v.

²⁰ ADB, Fundo dos Manuscritos, *Memorias de Braga Escriptas e Illustradas por João Baptista Vieira Gomes*, 1828-1850, n.º 1059, p. 219.

dos Remédios, que segundo Monsenhor Augusto Ferreira, se chamava assim, por causa dos milagres do santo²¹.

Porém, foi com D. Diogo de Sousa que esta instituição ganhou forma, em 1508. Quando foi visitar o anterior hospital, situado na rua Nova²², “encontrou um hospital desmantelado, em casa imprópria, com pouca gente, e renda insuficiente”²³. Decidiu criar um fundo de receita, e extinguiu o hospital, situado na rua Nova, assim como as confrarias do Corpo de Deus e do Rocamador, e transferiu as rendas de duas igrejas, que pertenciam ao arcebispado de Braga, a de S. Martinho de Galegos e S. Martinho de Medelo²⁴. No mesmo ano, o arcebispo impôs um Compromisso próprio, pelo qual tinham de se reger, ficando a instituição sob a tutela da câmara²⁵.

No ano de 1559, D. Frei Bartolomeu dos Mártires entregou a administração do hospital à Santa Casa, juntamente com os seus bens e rendas. Porém, as obras de melhoramento do hospital e a construção da igreja²⁶ prolongaram-se durante o século XVIII, por iniciativa de D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728), que aprovou a primeira planta em 1723, da autoria do engenheiro coronel Manuel Pinto de Vila Lobos²⁷.

²¹ Ferreira, Monsenhor J. Augusto, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, tomo III, Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1932, p. 256. Atualmente tem o nome de Largo Carlos Amarante.

²² A rua Nova, atualmente designa-se de rua de D. Diogo de Sousa. Bandeira, Miguel Sopas de Melo “O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII”, in *Revista da Faculdade de Letras- Geografia*, I série, vol. IX, Porto, 1993, p. 222.

²³ Ferreira, Monsenhor J. Augusto, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, tomo II..., p. 375.

²⁴ A reforma da assistência, em Portugal, começou pelos hospitais, entre os séculos XVI e XVIII. Neste âmbito, D. Diogo de Sousa encerrou o hospital localizado na rua Nova, pela sua falta de condições. Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *A intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas portuguesas: espaços e tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, pp. 244-245.

²⁵ Freitas, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga*, tomo V..., p.189.

²⁶ Parte do rendimento para a sua construção adveio das esmolas de S. João Marcos, devido ao seu culto que se intensificou na década de vinte do século XVIII. Sobre este assunto atente-se em Castro, Maria de Fátima, *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga...*, p. 114.

²⁷ Capela, José Viriato, “A economia social da Misericórdia e hospital de Braga” in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, pp. 205-206.

As obras foram retomadas em 1733, com uma nova planta do italiano Carlos Leoni²⁸, e em 1757, pagou-se a um dos principais artistas do barroco bracarense, André Soares, pelo trabalho que teve na obra do hospital²⁹. A intervenção do arquiteto Carlos Amarante, na segunda metade do século XVIII, na fachada, ainda permanece por esclarecer³⁰. Sabe-se que devido a estas reformas, a antiga igreja foi demolida e, por isso, os capelães do coro tiveram de celebrar os seus ofícios na capela de S. João de Deus, situada nos claustros do hospital. Em 1788, o arco da capela mor abriu-se, e as paredes que o suportavam inclinaram-se. Mas em 1795, foi reconstruída, podendo colocar de novo as relíquias de S. João Marcos e construir um novo coro para os capelães³¹.

A nova igreja foi concluída em 1836, ano em que foi igualmente inaugurada³², após a passagens de vários artistas que contribuíram nesta nova edificação³³. Esta contava, no seu interior, com o altar mor, o de S. João Marcos, o do Espírito Santo, o da Nossa Senhora da Patrocínio, o de S. Sebastião, o da Nossa Senhora das Dores, o da prisão de S. João Marcos, o do

²⁸ Também foi o responsável pelas obras de pedraria na igreja da irmandade de Santa Cruz. Veja-se Oliveira, Aurélio de, "Artista italiano no barroco bracarense: o pintor Carlos António Leoni", in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, 1996, p. 368.

²⁹ Capela, José Viriato, "A economia social da Misericórdia e hospital de Braga" in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, p. 206.

³⁰ A maior dúvida é se Carlos Amarante desenhou um novo projeto de raiz, ou se apenas concluiu a planta inicial da autoria de Manuel Pinto Vilalobos. Consulte-se Carvalho, Rosário, "A fachada principal do Hospital de São Marcos e a da respectiva Igreja", in Direção Geral do Património Cultural, consultado a 15 de julho de 2017, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74657/>

³¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 19.º *Livro dos Termos*, 1791-1799, n.º 21, fl. 184v.

³² Carvalho, Rosário, "A fachada principal do Hospital de São Marcos e a da respectiva Igreja", in Direção Geral do Património Cultural, consultado a 15 de julho de 2017, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74657/>

³³ Sobre os artistas provenientes do Porto e da Galiza consulte-se Rocha, Manuel Joaquim Moreira, "Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade", in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, vol. IX-XI, Porto, 2010-2012, pp. 343-348.

Santíssimo Sacramento, o de S. Cosme e S. Damião, o de S. Tomás e as capelas do Senhor dos Desprezos³⁴, e a de S. Bento, que se encontrava no exterior³⁵.

As principais festas desta igreja eram a de S. João Marcos, e a sua trasladação em 1718, foi um dos principais eventos da Misericórdias, e a de S. João de Deus, as quais iremos analisar neste capítulo. Contudo, também se celebravam as festividades do calendário litúrgico como eram o Natal e a Quaresma³⁶. Celebrações menores como a Nossa Senhora do Patrocínio também ocorriam³⁷. No que diz respeito às devoções temos, por exemplo, a de S. Sebastião, sendo a sua imagem colocada na varanda do hospital pelo doutor Manuel Vicente. Esta apenas era retirada para ser levada aos doentes³⁸.

Figura 3 - Interior da igreja de S. João Marcos



Fonte: Foto da autora (2017).

³⁴ Este culto começa a ser celebrado no início do século XIX, com a sua festa em setembro ou inícios de outubro. Sobre esta devoção leia-se Castro, Maria de Fátima, *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga...*, p. 316.

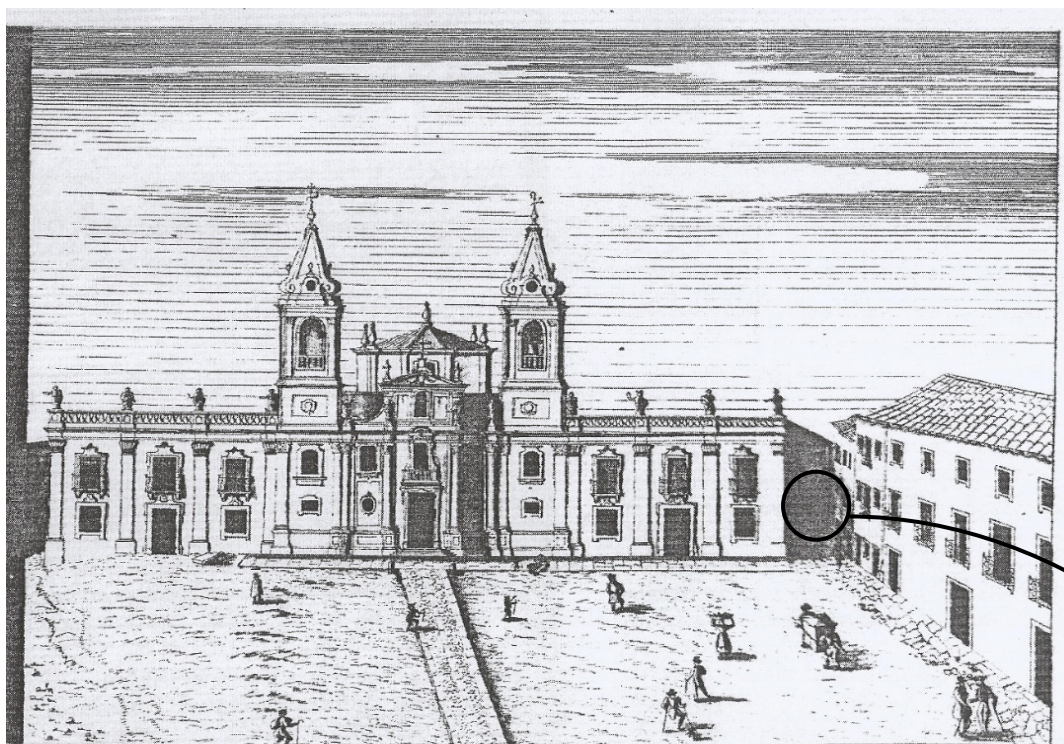
³⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Inventário Geral do Hospital de S. Marcos*, s.d, n.º 496.

³⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *14.º Livro dos Termos*, 1757-1769, n.º 16, fl. 94v.

³⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *15.º Livro dos Termos*, 1769-1776, n.º 17, fls. 206-206v.

³⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *14.º Livro dos Termos*, 1757-1769, n.º 16, fl. 335v.

Figura 4 - Igreja do hospital de São Marcos (século XIX)



Fonte: ADB, Fundo dos Manuscritos, *Memórias de Braga Escriptas e Illustradas por João Baptista Vieira Gomes*, 1828-1850, n.º 1059, p. 217.

Figura 5 - Capela de S. Bento



Fonte: Foto da autora (2017).

1.2.1. A capela de S. Bento

S. Bento, foi um monge, fundador da Ordem dos Beneditinos no Monte Casino, na península Itálica, em 529. Foi o criador da Regra de São Bento, um dos principais regulamentos da vida monástica. É considerado patrono da Europa, desde 1964, pelo papa Paulo VI (1963-1978). As suas festas, eram celebradas no dia da sua morte, a 21 de março, e na data da sua transladação, a 11 de julho³⁹.

Na Misericórdia, o seu culto estava representado, inicialmente, apenas numa pintura, feita na parede do hospital. Mas em 1734, foi rogado ao provedor do hospital e ao tesoureiro de S. João Marcos, que pedissem satisfações ao capitão Manuel Pereira de Araújo, de todas as esmolas e milagres do santo⁴⁰, para que “continuasse a devoção com o mesmo fervor”⁴¹.

O crescimento da veneração a S. Bento, permitiu a construção da sua capela, num dos lados da igreja, ainda em construção, em 1754. Foram gastos 100000 réis na sua obra⁴², concluída em 1755, altura em que o provedor e os mesários pediram uma provisão ao arcebispo D. José de Bragança (1741-1756), para conceder licença ao capelão mor do hospital para a benzer⁴³.

A capela era constituída por um oratório pequeno com vidro, tendo dentro a imagem de S. Bento, com uma auréola de prata. O oratório tinha também os dedos, os olhos, a boca, os lábios, um dente e a garganta, todos de prata, e ainda, meio olho de ouro, devido aos milagres do santo⁴⁴.

Em meado do século XX, a devoção a S. Bento medrou, e, por conseguinte, as suas esmolas, ajudando a suportar as despesas, numa altura de decréscimo de receitas, devido ao fluxo de entrada de doentes no hospital⁴⁵.

³⁹ Farmer, David Hugh, *The Oxford dictionary of saints*, Oxford, Oxford University Press, 1992, pp. 45-46.

⁴⁰ Não encontramos qualquer tipo de referencia sobre estes milagres.

⁴¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *11.º Livro dos Termos*, 1734-1746, n.º 13, fl. 16v.

⁴² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro da Despeza do Tezoureiro da Santa Casa*, 1726-1754, n.º 671, fl. 470.

⁴³ ADB, Registo Geral do Cabido, *Livro n.º 122*, fl. 375v.

⁴⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Inventário Geral do Hospital de S. Marcos*, s.d, n.º 496, fl. 30.

⁴⁵ Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os serviços de saúde e a assistência à doença”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, pp. 373-374.

1.2.2. A instituição da capela do Espírito Santo

A capela do Espírito Santo foi o primeiro local onde, supostamente, D. Gualdim Pais depositou as relíquias de S. João Marcos. Era “de pequena capacidade: e achava-se situada formando quina, no mesmo ponto onde o edifício do actual hospital a faz, defronte da igreja dos *Remedios* – cuja fronteira olhava para a Porta de S. João ao cimo do campo”⁴⁶. Em 1682, João de Meira Carrilho⁴⁷, nascido em Castelo de Vide, cônego prebendado e comissário da Bula da Santa Cruzada, desempenhou também os cargos de provedor, quer da Misericórdia, quer do hospital, e institui esta capela, com invocação ao Espírito Santo⁴⁸.

O seu traslado foi lavrado a 20 de dezembro de 1682 e, era composto por um regulamento interno, onde estabeleceu o cumprimento dos deveres para com a capela instituída, assim como o local da sua sepultura. Deveria ser regida por seis capelães, escolhidos pelo instituidor até à sua morte⁴⁹.

Um dos capítulos dizia respeito às festas, inclusive a do seu orago, S. João Marcos. Os seis capelães cantariam a cantochão⁵⁰ “[...] as primeiras vesporas, e segundas e matinas e mais horas de festa de Santo Cristo, e dia de S. Marcos”. Também cantariam nas primeiras vésperas “a saber, Natal, Sircumsizão; dia de Reis; dia de Pascoa, Acensão; Assunção, São João Baptista, dia de todos os Santos; e na Quarta, Quinta e Sexta da Semana Santa”. Nestes últimos três dias, assim como em mais festas dedicadas a Nossa Senhora, só fariam o ofício de cantar as matinas. Ainda teriam a obrigação de assistir enquanto o Santíssimo Sacramento estivesse exposto, na quinta-feira de Endoenças. As velas, que deveriam ser duas, tinham de estar acesas no altar mor enquanto se cantasse⁵¹.

⁴⁶ Freitas, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga*, tomo V..., p. 188.

⁴⁷ Para saber mais sobre a vida deste benfeitor da Misericórdia de Braga consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Enquanto o Mundo durar: João de Meira Carrilho e o legado instituído na Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2017.

⁴⁸ Castro, Maria de Fátima, *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga...*, p. 286.

⁴⁹ Após a sua morte, a escolha dos capelães era feita pelo Arcebispo, ou por alguém da sua responsabilidade. Castro, Maria de Fátima, *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga...*, pp. 290-291.

⁵⁰ Sobre a definição de cantochão consulte-se o capítulo III, p. 117, nota de rodapé 137.

⁵¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *Instituição da Capella do Spirito Santo do hospital de S. Marcos*, 1682, n°

João de Meira Carrilho ainda ordenou que no dia de S. João Marcos, quando o Cabido, em procissão, fosse ter à igreja, os capelães teriam de rezar uma missa, assim como “serao obrigados os capelaes a recebelos a porta da Igreja com as suas sobrepelizes e barretes, e depois acompanharaõ a procissão até a Santa Sé”⁵².

2. As festas

2.1. Santa Isabel

Anualmente, as Misericórdias começavam o seu ano confraternal a 2 de julho, dia em que se celebrava um episódio bíblico retratado no Evangelho de São Lucas (Lc, 1,39-54), a Visitação, em que Maria⁵³, já depois da Anunciação, visitava a sua prima Isabel, grávida de João Batista. A visita figurava um ato de caridade da Virgem para com a sua prima, que engravidou já numa idade avançada⁵⁴. Este momento, tornou-se na divisa da confraria, praticando a compaixão para com o próximo, indo ao seu encontro nos hospitais, casas e prisões⁵⁵.

Era dia de eleições e, início de um novo ano administrativo, fazendo um balanço das atividades ocorridas nesse ano. Por ser um momento solene, os irmãos eram obrigados a comparecer estatutariamente à tarde para se escolher os eleitores⁵⁶, uma vez que as eleições eram

397, fls. 5-5v.

⁵² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *Instituição da Capella do Spirito Santo do hospital de S. Marcos*, 1682, n.º 397, fls. 4-4v.

⁵³ Durante a Reforma Protestante muitas imagens de Maria foram destruídas, principalmente as que se encontravam nos santuários. No entanto, as principais festas que lhe eram dedicadas, tais como a Visitação, a 2 de julho; a Natividade, a 8 de setembro; a Imaculada Conceição, a 8 de dezembro permaneceram no livro de orações comum. Veja-se Farmer, David Hugh, *The Oxford dictionary of saints...*, p. 329.

⁵⁴ O Arcanjo Gabriel apareceu a Zacarias, marido de Isabel, a anunciar a gravidez de sua mulher. Este ficou mudo por não acreditar na promessa do anjo, pois o casal já era idoso. Leia-se Duchet-Suchaux, Gaston; Pastoreau, Michel, *Guia iconográfica de la biblia e los santos*, Madrid, Alianza Editorial, S.A, 1996, p. 204.

⁵⁵ Os irmãos irem de encontro ao próximo voluntariamente é algo recorrente nos primeiros anos das Misericórdias. Ainda longe da prática, que Isabel dos Guimarães Sá menciona como “caridade burocrática”, com a escrita de petições ao provedor e aos mesários. Consulte-se Sá, Isabel dos Guimarães, “As Misericórdias da fundação à União Dinástica”, in Paiva, José Pedro (coord. científica), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1..., 2002, p. 36.

⁵⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, n.º2, fl. 4v.

indiretas, ou seja, escolhiam aqueles que poderiam votar nos corpos gerentes. O rito da eleição era demorado, e começava, segundo o Compromisso de 1628 da Misericórdia de Braga⁵⁷, colocando uma mesa ao meio da igreja onde se sentava o provedor e os irmãos que serviram naquele ano, ou seja, a “Mesa”, enquanto os demais irmãos se dispunham noutros bancos sem “genero de precedencia”. Seguidamente, o provedor mandava um dos capelães da casa subir ao púlpito para ler a parte do Compromisso referente à eleição. Depois, o provedor dava juramento ao escrivão, ao tesoureiro do ano anterior, e terminava no capelão. Estes três sentavam, dando-se início à votação⁵⁸. No dia seguinte, na casa do Despacho, após se verificarem as pautas, os novos eleitores eram chamados. Iam todos para a igreja assistir à missa do Espírito Santo “que todos assisitirão com a devoção devida”. Quando esta terminasse, uma mesa era colocada à frente do altar mor com um missal aberto, e o capelão ficava voltado de frente para a audiência. O escrivão punha-se de joelhos na parte da Epístola, e os eleitores iam chegando dois a dois, um nobre e um oficial, para fazerem o seu juramento. Por fim, dirigiam-se à Casa do Despacho. Os eleitores não podiam votar em alguém que tivesse servido no ano anterior, e tanto irmãos nobres como oficiais tinham de ser conformar com as escolhas. Os votos elegiam o provedor da Santa Casa, o escrivão, o mordomo, o tesoureiro e o provedor do hospital, mais oito irmãos, no total eram treze os que compunham a Mesa⁵⁹.

O sistema eleitoral tornou-se num conjunto de rituais, minuciosamente seguidos à risca. Apesar de a instituição estar sob proteção régia, os espaços alternavam entre a igreja e a Casa do Despacho, sendo que no primeiro apelava-se a consciência dos irmãos tendo a presença de um capelão, com momentos de reflexão, juramentos e outros ritos sagrados, e no segundo espaço apenas verificavam-se as pautas e procedia-se à votação. A ritualização do processo conferia-lhe legitimidade, pois estava dependente do bom senso de cada um dos irmãos⁶⁰. Os rituais de culto não ficavam apenas cingidos a estes dois dias e, durante o ano os irmãos eleitos tinham de se confessar e comungar no primeiro domingo de cada mês, e nos quatro dias do jubileu do

⁵⁷ Compromisso oficial regido em 1628, com aprovação régia em 1630, adaptado à Misericórdia de Braga.

⁵⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, n.º2, fls. 7-7v.

⁵⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, n.º2, fls. 7v.-8v.

⁶⁰ Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pomba*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 86.

arcebispado que eram o dia Nossa Senhora de Assunção, Todos os Santos, Natal, quinta-feira de Endoenças e dia do Espírito Santo⁶¹.

Duas práticas a que não encontramos referências evidentes nas fontes consultadas, para o século XVIII, é o jantar do dia de eleição e a procissão. Os jantares, nem sempre eram uma despesa da confraria, mas sim do provedor, como acontecia, por exemplo, na Misericórdia de Goa, que foram proibidos⁶², ou na de Melgaço⁶³. A única refeição que aparece nos livros de despesa é a pitação dada ao capelão mor, com um custo de 200⁶⁴ réis, a qual funcionava como complemento ao seu salário anual, que era de 40000 réis⁶⁵.

D. Manuel I ordenou que a procissão da Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel fosse responsabilidade das Misericórdias, e deveria ter a mesma solenidade que o Corpo de Deus⁶⁶. A Santa Casa bracarense não lhe faz qualquer tipo de menção no seu Compromisso de 1628, nem nos livros de atas. Todavia, o uso de instrumentos musicais no dia da festa, altamente sonoros, como atabales⁶⁷, trombetas⁶⁸ e charamelas⁶⁹, assim como os capelães assistirem de

⁶¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, n.º 2, fl. 10v.

⁶² Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal...*, p. 87.

⁶³ Foi pela despesa que estes jantares representavam, que ao longo dos séculos XVII e XVIII foram desaparecendo. Atente-se em Araújo, Maria Marta Lobo de “As Misericórdias portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII”, in *História: Questões e Debates*, n.º 45, 2006, p. 160.

⁶⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n.º 681; *Mordomos – Despesa*, 1717-1748, n.º 682.

⁶⁵ O pagamento era dividido em quatro quartéis durante o ano, começando a contar a partir do mês de julho. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Thesoueiros*, 1702-1711, n.º 669; *Despesa do Tesoureiro*, 1711-1724, n.º 670; *Livro da Despesa do Tezoureiro da Santa Caza*, 1726-1754, n.º 671; *Livro de despesas*, 1757- 1792, n.º 674.

⁶⁶ Consulte-se Gouveia, António Camões, “As procissões”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 344.

⁶⁷ O atabale era um tambor, que no século XVIII se tocava em dias de festa. Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 1..., p. 622.

⁶⁸ A trombeta é um instrumento de sopro bélico. Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 8... , p. 306.

⁶⁹ A charamela é um instrumento de sopro “a módo de trombeta”. Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 2..., p. 227. Na Europa, nos séculos XIV e XV, na procissão do Corpo de Deus, as trombetas serviam para a sinalização de momentos distintos durante o cortejo. Existe, também, algumas referências sobre as charamelas com uma utilidade semelhante. Veja-se Louro, João Pedro Romão, *A iconografia musical da custódia de Belém*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 65, tese de Mestrado policopiada.

sobrepelizes⁷⁰, poderiam ser indícios de uma procissão, mas também do ofício de vésperas, “os padres que assistirão de sobrepelizes com as vesporas que foram” e “2 capelaes que assistirão com sobrepelizes nas vesporas e festa”⁷¹.

O culto religioso era composto no dia de festa pelo ofício de vésperas⁷², missa e sermão, e no dia da eleição com a missa do Espírito Santo. Desembolsava-se com o capelão mor, que realizava estas duas missas e as vésperas, 1120 réis, com os 200 réis da pitaça, o barrete 500 réis⁷³, a missa do Espírito Santo, 120 réis, e as vésperas e missa da festa, 300 réis. Também contava com assistentes, aqueles que rangiam os sinos e tocavam o relógio, os acólitos e a assistência dos capelães nas vésperas e missa da festa. Pela presença de cada um deles em cada um dos ofícios pagavam-se-lhe 50 réis, não havendo um número certo de capelães presentes. As vésperas, no ano de 1695 contaram com trinta e um capelães⁷⁴, em 1705 com vinte e um⁷⁵ em 1740 com apenas quatro⁷⁶. Assiste-se a uma redução muito acentuada do número de capelães, o que pode ser explicado por vários fatores: redução de custos, falta de sacerdotes, menor brilho nas festas, entre outros.

⁷⁰Segundo as *Constituições Sinodais* de Braga, publicadas em 1697, os clérigos quem fossem nas procissões iriam de sobrepelizes. Consulte-se *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha no anno de 1639 e mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa arcebispo de Braga primas das Espanhas em Janeiro de 1697*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697, p. 300.

⁷¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n° 682, fls. 25 e 358.

⁷² O Cabido deveria assistir às vésperas de Santa Isabel. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *2.º Livro dos Termos*, 1598-1632, n°4, fl. 177v.

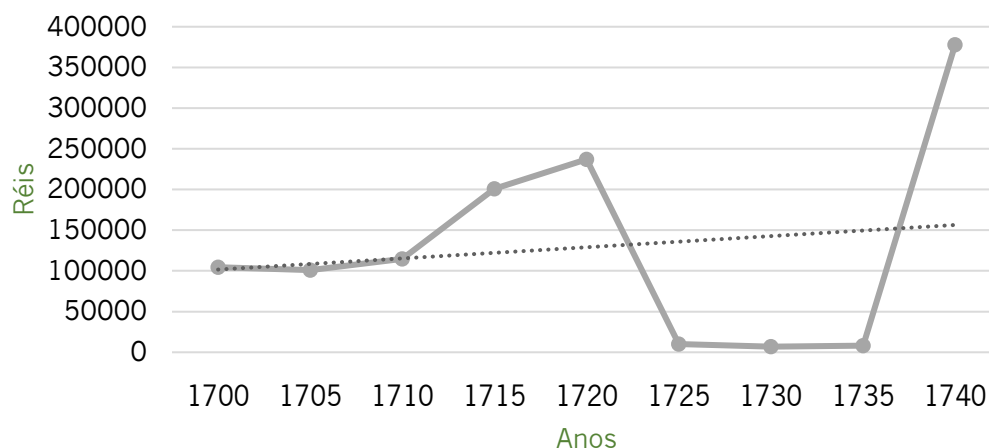
⁷³ Ao capelão mor dava-se sempre um barrete ou 500 réis. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *12.º Livro dos Termos*, 1746-1751, n° 14, fl. 84v.

⁷⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fl. 41v.

⁷⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fl. 223v.

⁷⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n° 682, fl. 305v.

Gráfico 1- Despesas totais da Misericórdia de Braga com a festa de Santa Isabel (1700-1740)



Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despeza do Tizoureiro*, 1688-1702, nº 668; *Despeza dos Thesoueiros*, 1702-1711, nº 669; *Despeza do Tesoureiro*, 1711-1724, nº 670; *Livro da Despeza do Tezoureiro da Santa Caza*, 1724-1756, nº 671; *Recibo de Mordomos*, 1732-1810, nº 678; *Despeza dos Mordomos*, 1693-1717, nº 681; *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, nº 682.

Como podemos verificar no gráfico 1, que compreende uma análise de quarenta anos, selecionados por conterem a informação detalhada. Entre 1700 e 1720, os gastos iam aumentando, mas de 1720 até 1725, vemos um decréscimo acentuado que se prolonga até 1735, e no ano de 1740 atinge o seu máximo com uma despesa total de 378050 réis. Vários poderiam ser os motivos para esta discrepância, desde uma maior debilidade económica da Santa Casa ou as despesas não estarem devidamente anotadas nos livros do tesoureiro e mordomo. Estas despesas totais abrangiam não só os responsáveis pelos ofícios, mas também as armações, a iluminação, a limpeza, a música e aquisição de alguns objetos de culto. Assim como, outro ato desta festividade, a caridade pública, com distribuição de esmolas à porta da Misericórdia e a pregação de sermões⁷⁷.

2.1.1. Nossa Senhora da Misericórdia

Várias são as representações da Virgem Maria e, as Santas Casas invocavam-nas como Nossa Senhora da Misericórdia “pera execução das obras da Misericordia que nesta Irmandade

⁷⁷ Sobre as esmolas, os sermões, os paramentos, a limpeza das igrejas, as armações e a música de todas as festividades analisadas neste capítulo consulte-se o capítulo III.

se ão de exercitar em serviço de nossa Santa Advogada e padroeira desta Caza”⁷⁸. A origem da invocação da Senhora da Misericórdia surge em Constantinopla, como uma metáfora, em que Maria intercede antes de Cristo a favor do sofrimento da Humanidade e, por isso, é representada com um manto que cobre os homens pecadores, protegendo-os⁷⁹. Esta representação da Virgem está presente na pintura ocidental desde os finais da Idade Média⁸⁰.

O dia das Misericórdias, como já referido anteriormente, era o 2 de julho, mas, não era Santa Isabel o seu orago, o que se comemorava era a visita de Maria à sua prima Isabel, visto como um ato misericordioso. No ano de 1773, em Braga, a Mesa determinou que se fizesse uma festa com o Santíssimo Sacramento exposto, sermão da parte da manhã e vésperas no dia 8 de setembro, a Nossa Senhora da Misericórdia⁸¹, que no calendário litúrgico corresponde à festa da Natividade da Virgem. Em 1774, voltaram a lembrar em ata, que esta festividade se realizasse com toda a solenidade, acrescentando a música a cantochão⁸². Contudo, em setembro de 1745 surge uma despesa de 100 réis com “2 feixes de juncos”⁸³, o que poderá significar que esta cerimónia já existisse, mas não lhe fosse atribuída ainda grande importância⁸⁴.

Outros acréscimos advieram com esta festa, pois entre 1774 e 1775, os irmãos ordenaram fazer uma imagem de madeira de Nossa Senhora da Misericórdia, com uma coroa e açucena de prata⁸⁵, assim como pintar novamente um quadro da Virgem com uma coroa na cabeça “[...] por se achar se ella, e ser indesejante esta falta, quando mayormente ella se acha em

⁷⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, nº2, fl. 1v.

⁷⁹ Duchet-Suchaux, Gaston; Pastoreau, Michel, *Guia iconográfica de la biblia e los santos...*, p. 263.

⁸⁰ Sá, Isabel dos Guimarães, “Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas”, in *Oceanos*, 35, 1998, p. 44.

⁸¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 15.º *Livro dos Termos*, 1769-1776, nº 17, fl. 190v.

⁸² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 15.º *Livro dos Termos*, 1769-1776, nº 17, fl. 206.

⁸³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, nº 682, fl. 338.

⁸⁴ A invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, na Santa Casa de Ponte de Lima, atraía muitos fiéis a instituir legados. Consulte-se Barbosa, António Francisco Dantas, “O impacto dos “brasileiros” na assistência a nível local: o legado de Bento da Costa Tição (séculos XVII-XVIII)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Coelho, José Abílio; Franco, Renato (coord.), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, Rio de Janeiro/Braga, Fundação Gertúlio Vargas/CITCEM, 2013, p. 56.

⁸⁵ O ourives responsável pela confecção da açucena de prata da imagem foi Francisco Tinoco, ao qual se pagou 7500 réis pelo seu importe e feito. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 15.º *Livro dos Termos*, 1769-1776, nº 17, fl. 236

figura da imperatriz como na presente acção e por isso em todas as misericórdias se acha deste modo, o que bem se persuade, porque não ha carta de guia⁸⁶ em que a pintura da senhora não venha coroada [...]”⁸⁷. Isto é, a confraria cuidava particularmente da sua padroeira, como um símbolo de grande relevo institucional.

2.2. Todos os Santos e Fiéis Defuntos

De origem oriental, o dia de Todos os Santos, inicialmente comemorava-se apenas a todos os mártires, no primeiro domingo depois do Pentecostes. O culto expandiu-se, passando a ser não só uma veneração aos mártires, mas a todos os santos. Sabe-se que com o Papa Gregório III (731-741), uma capela de S. Pedro, em Roma, foi dedicada a Todos os Santos. E Egberto de York, no século VIII, fez chegar esta festividade à Inglaterra, celebrando-a a 1 de novembro, segundo uma inscrição encontrada na *Martirologio de Bede*. Durante o Império Carolíngio, com Luís I, o Piedoso, o papa Gregório IV (844) encorajou-o a estender a reverência ao dia de Todos os Santos⁸⁸.

Nas catacumbas romanas, aquando dos primórdios do Cristianismo, eram feitas orações aos mortos, que a Igreja Católica foi adaptando ao longo dos tempos como um dia litúrgico⁸⁹. No século XI, o abade Odilo, da Ordem de Cluny, instituiu o dia dos Fiéis Defuntos, a 2 de novembro e, devido ao prestígio da Ordem, a “festa dos mortos” passou a ser festejada por toda a cristandade, permitindo estabelecer uma relação entre os vivos e os mortos, originando a crença da salvação da alma, que irá originar a conceção do purgatório⁹⁰. Em Portugal, estes dois dias

⁸⁶ Sobre a importância das cartas de guia consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra, “Pasaportes de caridad: las “cartas de guía” de las Misericordias portuguesas (siglos XVII-XIX), in *Estudios Humanísticos. Historia*, nº6, 2007, pp. 207-225.

⁸⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 15.º *Livro dos Termos*, 1769-1776, nº 17, fl. 246v.

⁸⁸ Farmer, David Hugh, *The Oxford dictionary of saints...*, p. 16.

⁸⁹ Através da crença popular, percorreu o mito de que as almas no purgatório poderiam aparecer no dia dos Fiéis Defuntos na forma de fantasmas, bruxas ou sapos. Atente-se na obra de Farmer, David Hugh, *The Oxford dictionary of saints...*, p. 16.

⁹⁰ Goff, Jacques Le, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Edições Estampa, 1995, p. 150. “Inclinamo-nos a estabelecer uma relação entre este dia e o catolicismo romano e a ver neste fato a laicização de uma festa religiosa. Na realidade, as preces de intercessão pelas almas do purgatório que, do século XV ao século XVIII situavam-se tradicionalmente no Dia de Todos os Santos e no dia seguinte a este, não tinham então o carácter da grande celebração unânime que hoje os caracteriza que

cresceram na mentalidade popular depois do terramoto de Lisboa de 1755, que aconteceu precisamente a 1 de novembro⁹¹.

Os ritos perante a morte assumem importantes contornos no mundo dos vivos, com a doutrina pós-tridentina. Era um momento de reflexão sobre os pecados humanos, tornando-se na questão central da sua existência. Apesar de os vários ensinamentos sobre o “bem morrer”⁹², que todos os cristãos teriam de seguir, o culto à morte, ou seja, os enterros e rezar por aqueles que já partiram, era uma despesa que nem todos poderiam suportar. E por isso, uma das ações das Misericórdias foi prover o merecido descanso a quem não o podia fazer condignamente, assim como sufragar as suas almas. Uma das suas obrigações era a caridade para com aqueles que eram condenados à morte, praticada nos dias 1 e 2 de novembro (Todos os Santos e Fiéis Defuntos ou Fiéis de Deus respetivamente⁹³, mas também um momento de caridade para com os vivos, oferecendo esmolas à porta, em dinheiro e em géneros, e atendendo a petições particulares. Haveria missa e sermão nos dois dias⁹⁴. Nos Fiéis de Deus, de acordo com as despesas de mordomo, era gasto com o capelão mor neste ofício 240 réis⁹⁵, mais a pitaça que este recebia com o valor de 200 réis⁹⁶.

Na Misericórdia de Braga, o capítulo XXVI do seu Compromisso, era dedicado precisamente a como se deveria ir buscar as ossadas dos que padeceram por justiça. Após a missa e sermão do dia de Todos os Santos, o mordomo era incumbido de chamar os irmãos para

data apenas do século XIX, caráter este de verdadeira migração que leva aos cemitérios”. Ariès, Philippe, *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012, p. 205.

⁹¹ Leia-se para este assunto Gouveia, António Camões, “O controlo do tempo”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.)..., p. 322.

⁹² A partir do século XIV, publicaram-se obras que ensinavam os passos que se deveria seguir para alcançar uma boa morte. Leia-se González Lopo, Domingo L., “Mentalidad religiosa y comportamientos sociales en la Galicia Atlántica (1550-1850)”, in *Obradoiro de Historia Moderna*, n° 11, 2002, p. 224.

⁹³ O dia dos Fiéis Defuntos também é conhecido por dia dos Finados. Vasconcelos, José Leite de, *Etnografia Portuguesa*, vol. VIII, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 478.

⁹⁴ Araújo, Maria Marta Lobo de, “O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas da época moderna”, in *Comunicação e Cultura*, n° 10, 2010, p. 109;

⁹⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n° 682, fl. 290; *Recibo de Mordomos*, 1732-1810, n° 678, fl. 315v.

⁹⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fls. 47, 143v., 229v., 374v. *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n° 682, fls. 41, 97v., 177, 258, 315v.; *Recibo de Mordomos*, 1732-1810, n° 678, fl. 27.

estes “irem buscar a força da coutada as ossadas dos que padecem por injustiça pera com ella demonstração de piedade Christam obrigarem aos mais fiéis a se lembrarem dos defuntos, ainda que seião tão desemparedados como estes parecem”. Ao final do dia, depois das vésperas, os confrades, vestidos de preto⁹⁷, iam em procissão buscar as ossadas, seguido na frente um irmão com a vara e um homem vestido de azul a tanger a campainha, atrás destes ia bandeira, que era levada por um irmão nobre no meio de dois irmãos que levavam duas tochas na mão, um nobre e outro oficial. Os restantes confrades seguiam-nos sem precedência de lugar. Pelo meio ia o escrivão da casa “governando entre a irmandade” e, a tumba, que deveria ir em “lugar conveniente”⁹⁸. Embora não seja referido no Compromisso, as ossadas seriam enterradas, possivelmente, no local onde se enterravam os restantes pobres e as crianças enjeitadas, que ficava no claustro de Santo Amaro na Sé⁹⁹.

O ritual aqui descrito não era tão pormenorizado como o do Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1516, aquando de ir buscar os restos mortais à força fazia-se uma distinção, entre os que levavam para o cemitério e os que eram enterrados junto ao altar da força. Já no de 1618 depois da “procissão dos ossos”, os confrades regressavam à Misericórdia, colocando as duas tumbas no meio da igreja, e sentavam-se nos seus respetivos lugares para ouvir o sermão. As ossadas só eram enterradas no dia seguinte¹⁰⁰.

Quer nestas procissões, quer nos acompanhamentos ocorridos ao longo do ano, havia conflitos internos, pois os irmãos não compareciam às suas obrigações, recusavam-se a carregar o esquife nos enterros ou não traziam vestido o seu balandrau, desafiando abertamente a

⁹⁷ Estas vestes pretas designavam-se balandraus. Era o traje que os irmãos tinham de usar nas suas obrigações estatutárias. Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “As manifestações de rua das Misericórdias portuguesas em contexto barroco”, in *Hispania Sacra*, LXII, 125, 2010, p. 109.

⁹⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, nº2, fl. 32. As tumbas dos enterramentos dos pobres, muitas vezes, teriam servido, anteriormente, para enterrar os irmãos. Sobre as tumbas e outros aspetos das práticas dos acompanhamentos à sepultura na Misericórdia de Braga veja-se Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Assistência Material e Espiritual (das origens a cerca de 1910)*, vol.III, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e Autora, 2006, pp. 561-583.

⁹⁹ Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Assistência Material e Espiritual...*, p. 596.

¹⁰⁰ Segundo Isabel dos Guimarães Sá, esta distinção era feita consoante as penas aplicadas aos diferentes crimes. Para saber mais sobre esta temática leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal...*, p. 90.

instituição¹⁰¹. Em 1664, em termo de Junta, assentou-se que aqueles que faltassem sem legítima justificação aos “acompanhamentos dos defunctos, irmaos, procissoens e mais funções da caza”, à primeira vez seriam avisados em Mesa, à segunda teriam de pagar meia libra de cera fina e à terceira deixavam a sua condição de confrades¹⁰². No ano de 1672, decidiu-se que à segunda vez teriam de pagar duas libras de cera¹⁰³. E em 1695, os irmãos que não acompanhassem a confraria, exceto os que eram pobres, pagariam por cada falta 20 réis, à sexta falta pagavam e eram advertidos em Mesa e, não pagando eram expulsos¹⁰⁴.

Também poderia haver situações em que os capelães seriam obrigados a acompanhar os pobres que a Casa enterrava e as procissões, através de legados. O padre Francisco Alves, falecido na Índia, instituiu, para além das duas missas quotidianas, ditas por quatro capelães, estes ainda teriam de estar presentes nos acompanhamentos aos pobres e nas procissões¹⁰⁵.

2.2.1. Aniversário dos defuntos

Ainda no mês de novembro “depois do dia dos fieis de Deos”, uma das obrigações estatutárias era comparecer ao “officio e anniversario dos defuntos”¹⁰⁶, para relembrar os irmãos já falecidos, e rezar pelos vivos, pois celebrava-se o “aniversario de vivos e defuntos”. Nesta cerimónia eram ditas duzentas missas pelas almas dos confrades defuntos e dos benfeitores¹⁰⁷. O valor destas rondava os 20000 réis¹⁰⁸, todavia a despesa acrescia com 600 réis para o capelão mor, do vinho e das hóstias¹⁰⁹.

¹⁰¹Araújo, Maria Marta Lobo de, “As manifestações de rua das Misericórdias portuguesas em contexto barroco”..., p.96. Ao longo do século XVIII, as Santas Casas assistem à diminuição dos acompanhamentos e enterros, devido à concorrência por parte de outras confrarias e instituições como as Ordens Terceiras. Sá, Isabel dos Guimarães, “Misericórdias,” in Azevedo, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, p. 202.

¹⁰²ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 6.º *Livro dos Termos*, 1662-1678, nº 8, fls. 78-79.

¹⁰³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 6.º *Livro dos Termos*, 1662-1678, nº 8, fl. 253.

¹⁰⁴ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 8.º *Livro dos Termos*, 1694-1709, nº10, fls. 13-13v.

¹⁰⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2.º *Livro dos Termos*, 1598-1632, nº 4, fl. 137.

¹⁰⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, nº2, fl. 4v.

¹⁰⁷ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 9.º *Livro dos Termos*, 1709-1723, nº 11, fl. 257v.

¹⁰⁸ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despeza do Tesoureiro*, 1711-1724, nº 670, fl. 190v.; *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, nº 682, fls. 33, 117, 237, 309.

¹⁰⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, nº 682, fls. 219v., 238v., 290;

O Compromisso não faz menção ao dia exato deste, nem como se procederia o ritual, mas na Misericórdia de Lisboa este acontecia no dia de S. Martinho, a 11 de novembro. A escolha deste santo talvez tivesse um propósito, pois a sua lenda mais conhecida retrata um ato de caridade, ao dividir o seu manto com um pobre que encontrou quase nu¹¹⁰. S. Martinho de Tours (316-397) é um dos santos mais populares da Idade Média. O seu culto rapidamente se difundiu, não só pelos seus milagres, mas também, devido à sua biografia escrita pelo seu amigo Sulpicius Severus¹¹¹.

2.3. Natal

Havia duas grandes festas que marcavam o calendário anual, o Natal e a Páscoa. Eram ambas precedidas por dois longos períodos de penitência, o Advento e a Quaresma, respetivamente. Iniciava-se a época das festas natalícias a 8 de dezembro, com a festa de Nossa Senhora da Conceição¹¹². O culto do Natal, na península Ibérica, tinha duas formas distintas de celebração. Em terras espanholas, por influência das comunidades cristãs orientais, deu-se maior importância à Epifania a 6 de janeiro, dia de Reis. Em Portugal, devido aos preceitos de Roma, a tradição sempre se direcionou para a Natividade, celebrada a 25 de dezembro¹¹³. Tempo dedicado ao nascimento de Cristo, que permitiu expandir não só o culto à figura do Menino Jesus, mas também, juntamente com a Virgem e São José, o culto à Sagrada Família¹¹⁴. Na Misericórdia de Braga, assentou-se em 1778, que duas velas deveriam estar acesas por devoção ao Menino Jesus, desde o dia de Natal até ao dia de Reis¹¹⁵, o que sublinha o que acabamos de referir.

Recibo de Mordomos, 1732-1810, n.º 678, fl. 27v.

¹¹⁰ Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal...*, pp. 91-92.

¹¹¹ Farmer, David Hugh, *The Oxford dictionary of saints...*, p. 325.

¹¹² Gouveia, António Camões, "O controlo do tempo" in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 321.

¹¹³ Leia-se para esta matéria Costa, Manuela Pinto da, "Presépios", in Azevedo, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário da História Religiosa de Portugal...*, p. 60.

¹¹⁴ A devoção ao Menino Jesus torna-se bastante comum nos finais do século XVI e, intensifica-se com as ordens religiosas. Veja-se Marques, João Francisco, "Oração e devoções" in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 616.

¹¹⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 16.º *Livro dos Termos*, 1776-1780, n.º 18, fl. 165v.

Como se processava o rito do Advento até ao dia de Natal, não foi possível auferir através das fontes, mas poderia incluir vigília na véspera, que incluía a hora canónica de matinas¹¹⁶. No dia de Natal, os capelães eram responsáveis de acender seis velas¹¹⁷, assim como rezar uma missa às quartas e sextas-feiras no período do Advento¹¹⁸. Ao capelão Mor era incumbido celebrar três missas. O custo total destas era de 300 réis, até 1725, altura em que passou para 480 réis. O capelão recebia ainda uma pitança com o custo de 200 réis¹¹⁹. O rol de despesas era também composto por armações, música, esmolos, consoadas aos servos na véspera, entre outros.

A instituição de legados em dias festivos era uma prática comum, e acontecia nas demais festas da Misericórdia. No dia da Natividade de Jesus, Maria da Anunciação, moradora no Campo das Hortas, declarou no contrato que fez com a confraria, a 16 de junho de 1783, que desejava a celebração de uma missa pela sua alma, dos seus pais e irmão¹²⁰. Em 1685, o instituidor Pedro da Lomba, que faleceu no Brasil, instituiu um legado, que consistia em comprar carros de lenha com o dinheiro a juro que deixou à Misericórdia, para distribuir aos pobres mendicantes¹²¹.

2.4. Quaresma

A Quaresma, é por excelência, um dos tempos primordiais do calendário litúrgico Católico Romano, não só pela sua duração, quarenta dias, mas pelo seu rigor e complexidade. Celebra a morte e o sofrimento de Cristo. Inicia-se na quarta-feira de Cinzas, à qual antecede uma festa profana, o Carnaval, e culmina no sábado de Aleluia, anterior ao dia de regozijo, o domingo de Páscoa¹²². É sinónimo de penitência, abstinência, caridade e sobriedade para a doutrina cristã. A

¹¹⁶ Leia-se Marques, João Francisco, "Oração e devoções" in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 615.

¹¹⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Regimento para os reverendos Capellães do Choro da St^a Casa da Misericórdia 1746-1794*, N° 708, fl. 12.

¹¹⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Regimento para os reverendos Capellães do Choro da St^a Casa da Misericórdia 1746-1794*, N° 708, fl. 3v.

¹¹⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681; *Mordomos – Despesa*, 1717-1748; *Recibo de Mordomos*, 1732-1810, n° 678.

¹²⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *5.º Livro de Títulos*, 1556-1793, n° 448, fl. 807.

¹²¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *7.º Livro dos Termos*, 1678-1694, n° 9, fls. 59v.-60.

¹²² Leia-se Coelho, Maria Helena da Cruz, "Quaresma", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 86.

intensidade da sua vivência cresce com o fervor religioso sentido após o Concílio de Trento, no século XVI e, pela sumptuosidade da festa barroca, nos séculos XVII e XVIII. Agregam-se-lhe novas formas de devoção e manifestação para desenvolver o culto Eucarístico, através de sermões, procissões, missas e diversas festividades ao longo da Semana Santa¹²³, sendo promovidas pelas igrejas locais, irmandades, confrarias e congregações religiosas, um pouco por toda a Europa e os seus respetivos domínios coloniais.

Na Misericórdia de Braga, havia dois momentos que a confraria dava especial atenção, que eram os três dias dedicados ao Lausperene, e a quinta-feira de Endoenças, mas igualmente decorriam diversos ritos na Quaresma. Desde 1603, ficou assente em Mesa que em todas as quartas-feiras da Quaresma, haveria missa e sermão, e os irmãos teriam de assistir¹²⁴. A partir de 1759, foi decido que os sermões passariam a ser domingo à tarde, pois “nesta hade concorrer mayor concruzo de guente do que costuma concorrer”¹²⁵. A escolha do pregador era da responsabilidade do provedor¹²⁶, e as missas celebradas neste dia ainda contavam com “o corista que cantou o verso”¹²⁷, acólitos, música e o capelão mor¹²⁸.

Esperava ser, acima de tudo, um tempo que alimentasse a alma e não o corpo. As esmolas em dinheiro distribuídas eram poucas e, os agraciados eram, sobretudo, aqueles que já eram uma obrigação recorrente, como as beatas do Campo da Vinha, os servos da casa, os

¹²³ A Semana Santa teve a sua origem no século XVI com o nascimento das irmandades penitenciais, que ao longo da Época Moderna vão crescendo. Confira-se Aranda Doncel, Juan, “Cofradías Penitenciales y Semana Santa en la Córdoba del siglo XVII: el auge de la etapa Barroca”, in *Actas del III Congreso Nacional de Cofradías de Semana Santa*, Cordoba, Cajasur, 1997, p. 65.

¹²⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *2.º Livro dos Termos*, 1598-1632, n.º 4, fl. 30v.; Os irmãos deveriam comparecer a este ato, sob pena de pagarem 50 réis cada vez que faltassem, podendo levar à expulsão aquando da décima falta. Estas mesmas condições valiam para a procissão de Endoenças. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1632-1645, n.º 5, fl. 21v.

¹²⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *14.º Livro dos Termos*, 1757-1769, n.º 16, fl. 61v.

¹²⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *10.º Livro dos Termos*, 1723-1734, n.º 12, fl. 200v.

¹²⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n.º 682, fl. 134.

¹²⁸ No ano de 1695, o capelão mor recebeu pelo seu ofício nas quartas-feiras da Quaresma, que foram sete, 350 réis, e os capelães que cantaram, receberam 2220 réis. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n.º 681, fl. 35v. O capelão mor recebia ainda a sua pitação da Páscoa, que rondava sempre os 240 réis. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *Despeza do Tesoureiro*, 1702-1711, n.º 669; *Despeza do Tesoureiro*, 1711-1724, n.º 670; *Livro da Despeza do Tezoureiro da Santa Caza*, 1724-1756. n.º 671.

frades de S. Frutuoso e os presos, sendo as esmolas em géneros alimentícios. Ajudar outras irmandades e instituições religiosas também se refletia no rol de despesas.

Uma das celebrações quaresmais por excelência das Santas Casas era a procissão de Endoenças¹²⁹, realizada na quinta-feira maior. Conquanto, a confraria acompanhava outros atos religiosos ao longo da Semana Santa, como o domingo de Ramos¹³⁰ ou a sexta-feira maior¹³¹.

2.4.1. Lausperene

A devoção eucarística foi promovida pela reforma pós-tridentina, através das ordens e congregações religiosas. Manifestou-se o culto da piedade eucarística com exposições do Santíssimo Sacramento¹³². Este momento de consagração, ou seja, a transubstanciação, foi enriquecido com um conjunto de gestos complexos, tornando-se numa cerimónia reservada aos sentimentos dos fiéis¹³³.

Além da sua exposição permanente, a partir da qual se desenvolveu o rito em torno do trono eucarístico¹³⁴, tendo a custódia como objeto cultural que personifica o Santíssimo

¹²⁹ É provavelmente uma das mais antigas procissões realizadas em Braga. Consulte-se Ferreira, Rui Manuel, “As procissões e a semana santa em Braga nas memórias da Misericórdia de Braga”, in *Misericórdia de Braga. Apontamentos Históricos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2015, p. 54.

¹³⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, 6.º *Livro dos Termos*, 1662-1678, nº 8, fl. 10v. Os frades de S. Agostinho da igreja do Pópulo pediram que a Misericórdia os acompanhasse na procissão dos Passos. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, 2.º *Livro dos Termos*, 1598-1632, nº 4, fl. 76.

¹³¹ Nesta sexta-feira, os irmãos deveriam juntar-se para percorrer “a cidade e fazerem amizades entre as pessoas que estejam mal”. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, 2.º *Livro dos Termos*, 1598-1632, nº 4, fl. 30v.

¹³² Para além das exposições do Santíssimo Sacramento nos momentos solenes, como a Quinta-feira de Endoenças, estas também poderiam ocorrer consoante as necessidades dos crentes; aquando de épocas de fome, epidemias, cataclismos ou guerras. Para saber mais sobre esta temática consulte-se Marques, João Francisco, “A renovação das práticas devocionais”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., pp. 564-566.

¹³³ O momento da transubstanciação foi ritualizado com a “elevação da hóstia”, direcionando os fiéis, simbolicamente, a uma maior proximidade com Deus. Leia-se Sousa, Ana Cristina, “The power of the Blessed Sacrament: the iconography of the hosts in the 15th and 16th centuries”, in *De arte*, 15, 2016, p. 64.

¹³⁴ Era um constituinte típico da talha barroca portuguesa. Até finais do século XVII, no fim da missa ou a iniciar o ofício da tarde, o Senhor era colocado numa estrutura de degraus em pirâmide móvel. Mais tarde, foi embutida na tribuna do altar-mor. Atente-se em Marques, João Francisco, “A renovação das práticas devocionais” ..., p. 568.

Sacramento¹³⁵, várias foram as manifestações de adoração do Santíssimo Sacramento, entre as quais a oração pública das Quarenta Horas, com a exposição do Senhor durante quarenta horas, simbolizando a duração de Cristo no sepulcro, e o Lausperene, que significa o louvor perpétuo e, foi instituído pelo Papa Paulo III (1534-1549), em Roma, no século XVI. E tinha como principal objetivo percorrer as igrejas da cidade, onde ficava o Senhor exposto, sendo “louvado com orações e cânticos, de manhã ao pôr do Sol”¹³⁶.

Em Portugal, a prática do jubileu do Lausperene foi inicialmente utilizada como forma de suprimir representações teatrais profanas¹³⁷. Filipe III, emitiu um alvará a 15 de dezembro de 1608, a proibir nas ruas de Lisboa “laranjadas e brigas de entrudo”, instituindo o “Jubileu das Quarenta Horas”, com festividades religiosas que duraram três dias¹³⁸. O arcebispo de Lisboa, D. Luís de Sousa (1675-1702), com o mesmo propósito, pediu uma bula, em 1682, a Inocêncio X (1644-1655), para que o Santíssimo Sacramento pudesse ficar exposto durante dois dias, em cada uma das igrejas da cidade, iniciando o seu percurso na Sé no primeiro domingo do Advento até ao último do Pentecostes¹³⁹.

Para Braga, o papa Clemente XI (1700-1721) concedeu uma bula, em 1710, a pedido do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, que nutria uma enorme devoção pelo Santíssimo Sacramento¹⁴⁰. No decorrer dos quarenta dias da Quaresma, o Senhor era exposto durante

¹³⁵ A custódia era uma das principais alfaías litúrgicas, sendo usualmente em ouro ou em prata. A Ordem Terceira de Ponte de Lima tinha uma de prata, evidenciando o seu poder económico. Para saber mais aspetos sobre as Quarentas Horas em Ponte de Lima atente-se Barbosa, António Francisco Dantas, *Tempos de Festa em Ponte de Lima (Séculos XVII- XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2013, tese de Doutoramento policopiada, pp. 46-5; esta dissertação teve a sua obra publicada em 2017.

¹³⁶ Marques, João Francisco, “A renovação das práticas devocionais” ..., pp. 564-565.

¹³⁷ O padre jesuíta Manuel Gomes, em 1556, colaborou num estratagema, juntamente com outros confrades, na província italiana de Macerata, como forma de distanciar o público dos aparatosos festejos carnavalescos. Para tal, construíram um cenário com adornos e luzes para se poder venerar o Santíssimo Sacramento exposto durante quarenta horas. Sobre este assunto consulte-se Marques, João Francisco, “A renovação das práticas devocionais” ..., p. 565.

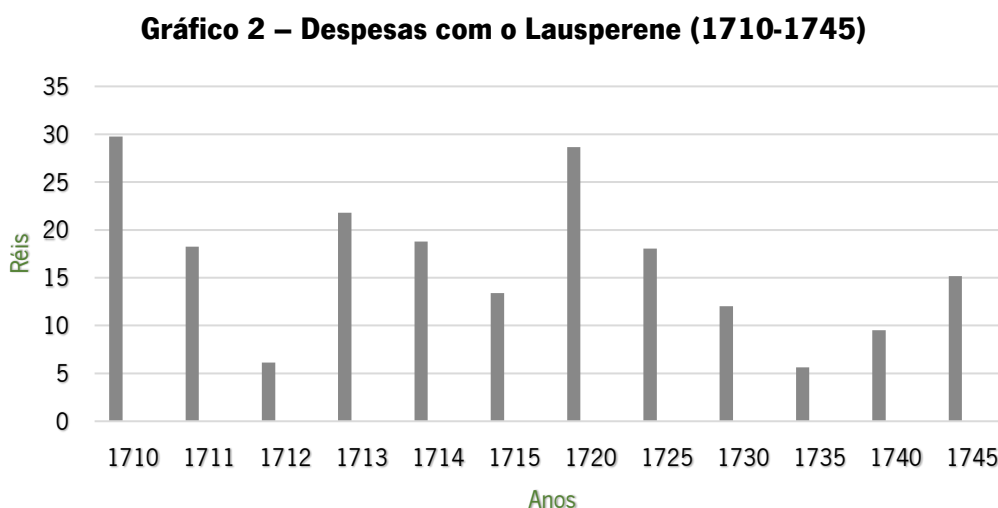
¹³⁸ Braga, Teófilo, *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, vol. II, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, pp. 191-192.

¹³⁹ Marques, João Francisco, “A renovação das práticas devocionais” ..., p. 565.

¹⁴⁰ “Era devotíssimo do diviníssimo sacramento da eucaristia, que he a vida do Christianismo, o esforço dos cançados, o mantimento dos famintos, e o unico, e singular refrigério dos pecadores”. Aranha, Boaventura Maciel, *Epítome da vida, e virtudes do excelentíssimo senhor D.Rodrigo de Moura Telles, arcebispo de Braga Primaz das Hespanhas*, Lisboa,

quarenta e oito horas nas principais igrejas¹⁴¹, iniciando na quarta-feira de Cinzas na Sé e terminando nesta com a procissão da Ressurreição no domingo de Páscoa¹⁴². Cada um dos locais de culto, que recebia o Santíssimo Sacramento, deveria ter uma tribuna na capela-mor, e outras alfaias necessárias à celebração¹⁴³.

D. Rodrigo de Moura Teles exerceu o cargo de provedor da Santa Casa bracarense, entre 1709 a 1712 e, por isso, a partir de 1710, e nos seus primeiros anos, foram feitas despesas com o Lausperene em bens materiais e serviços prestados. Como se pode observar no gráfico 2, que compreende os anos de 1710-1745, que foram os encontrados com mais informação, pois a maioria destas despesas encontram-se no livro de mordomo, que só vai até 1748. Em 1712 não foram apresentados o mesmo número de dados, relativamente aos outros anos, pois a sua soma é de 6,120 réis, talvez por esquecimento do tesoureiro em registar, ou porque, efetivamente foram efetuados poucos gastos. O valor máximo expresso no gráfico 2 é de 29,764 réis, em 1710.



Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despeza do Tesoureiro*, 1711-1724, n.º 670; *Despeza dos Mordomos*, 1693-1717, n.º 681; *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n.º 682.

Officina Pinharens, 1743, p. 683.

¹⁴¹ Atualmente, esta tradição percorre durante a Quaresma vinte e três igrejas. Veja-se Machado, Manuela; Ferreira, Rui, “A Semana Santa de Braga nos arquivos da cidade”, in *Fórum*, n.º 49-50, 2014/2015, p. 126.

¹⁴² Consulte-se Ferreira, Monsenhor J. Augusto, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, tomo III..., pp. 239-240. Na Semana Santa, as confrarias do Santíssimo Sacramento, expunham o Senhor desde quinta-feira até o sábado de Aleluia, levando-o depois em procissão no domingo de Páscoa. Veja-se Penteado, Pedro, “Confrarias”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 327.

¹⁴³ Machado, Manuela; Ferreira, Rui, “A Semana Santa de Braga nos arquivos da cidade” ..., p. 126.

Nos três dias em que se expunha o Senhor eram rezadas três missas, que ficavam a cargo do capelão mor¹⁴⁴, com um custo total de 420 réis. A quantia paga aos assistentes das mesmas podia variar. Os servos também prestavam serviços, vigiando o espaço continuamente e, por exemplo, em 1745, com quatro servos gastaram 800 réis¹⁴⁵, além do carvão utilizado para os aquecer, que no ano de 1710 custou 100 réis¹⁴⁶, mas em 1720 subiu para 120 réis¹⁴⁷. Outros gastos eram tidos em conta como, com o relojoeiro de repicar, pagar ao sacristão da Sé para ranger os sinos nestes três dias¹⁴⁸, as partículas¹⁴⁹, que custavam entre 60 réis a 100 réis, o incenso, o azeite¹⁵⁰, a cera¹⁵¹, a música, os sermões, as armações, a limpeza e a manutenção do

¹⁴⁴No ano de 1785, mandou-se colocar um edital para os capelães assistirem ao Lausperene, assim como os irmãos. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *17.º Livro dos Termos*, 1780-1787, n.º 19, fl. 178v. Em 1787, relembra-se que os capelães tinham a “indispensável obrigação do assistir ao lausperene na sua exposição e inserramento e a procissão de 5ª feira de Endoenças”. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *18.º Livro dos Termos*, 1787-1791, n.º 20, fl. 17.

¹⁴⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n.º 682, fl. 29v.

¹⁴⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n.º 681, fl. 303.

¹⁴⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n.º 682, fl. 30v.

¹⁴⁸ No termo de abril de 1748, os mesários decidiram que a remuneração a dar ao sacristão da Sé por repicar os sinos era de 1,600 réis. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *12.º Livro dos Termos*, 1746-1751, n.º 14, fls. 103-103v. Atribui-se São Paulino de Nola, nascido no século IV, como predecessor da introdução dos sinos para chamar os fiéis à oração. Sobre a importância dos sinos, no contexto das festas em Ponte de Lima veja-se Barbosa, António Francisco Dantas, *Tempos de Festa em Ponte de Lima (Séculos XVII- XIX)...*, pp. 627-648.

¹⁴⁹ É uma pequena hóstia que consagra a comunhão. Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 6..., p. 287; em 1783, a “hostieira”, quem fazia as hóstias, era Francisca Soares, dando-se dois alqueires de trigo. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *17.º Livro dos Termos*, 1780-1787, n.º 19, fl. 109v. O alqueire, consoante as regiões, correspondia entre 14 a 18 kg. Sobre pesos e medidas consulte-se Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, “Circulação e distribuição interna”, in Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal: Do Renascimento à crise dinástica*, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 208.

¹⁵⁰ Três almudes de azeite poderiam custar 5100 réis. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n.º 682, fl. 92v. O almude é uma medida de capacidade para líquidos, utilizada principalmente para o vinho. Hoje em dia, equivale 16,95 litros. Veja-se Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, “Circulação e distribuição interna”..., pp. 207-208.

¹⁵¹ Em 1710, para além dos 940 réis gastos com os pavios e algodão, também se pagou 1100 réis ao cerieiro. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despeza do Tesoureiro*, 1711-1724, n.º 670, fls. 302-302v. Os combustíveis para a iluminação das igrejas eram o azeite puro e a cera. A produção mais comum de cera seria o sebo, de gordura animal, mas ao arder exalava mau cheiro, fumo e sujava as mãos. Por esse motivo, o seu uso em templos foi inibido. Acerca desta temática confira-se Soeiro, Teresa, “A propósito de um lagar de cera e da atividade dos cerieiros em Penafiel”, in *Portugália*,

espaço. O seu ofício, a partir de 1780, era celebrado com matinas e laudas¹⁵². A hora canónica da matina deveria ser cantada, concorrendo com pagamento o mordomo¹⁵³.

A realização deste rito não era só na igreja da Misericórdia, mas também na do hospital de S. Marcos. Este tinha como principal preocupação a assistência aos enfermos, remetendo por isso, os aparatos religiosos, se necessário, a um plano secundário. Como aconteceu em 1795, arcando com a despesa o mordomo da Santa Casa “foi proposto que pello hospital estar muito pobre se lhe devia pagar pello nosso Irmão Mordomo a despeza que se fes com o Lausperene do mesmo hospital, e com efeito se vencece pello maior numero de favas, que toda essa despeza foce por conta desta Real Caza”¹⁵⁴.

Momentos menos venturosos recaíram sobre esta função litúrgica. No ano de 1745 uma cortina ardeu¹⁵⁵. E em 1760, durante o ofício do Lausperene a sobrepeliz do capelão mor Domingos da Cruz, queimou, e a Santa Casa cobriu este custo com a quantia de 3000 réis¹⁵⁶. Nesse mesmo ano, segundo o *Livro Curioso*, o Lausperene não começou logo na quarta feira de Cinzas, pois o arcebispo Gaspar de Bragança (1758-1789) esqueceu-se de mandar vir o Breve, sendo só permitida a sua comemoração após treze dias de ter iniciado¹⁵⁷. No início do século XIX, segundo Maria de Fátima Castro, devido às invasões francesas, as cerimónias públicas da Semana Santa foram proibidas e, a Misericórdia decidiu apenas ornamentar o interior da igreja aquando do Lausperene¹⁵⁸.

Nova Série, vol. 31-32, Porto, DCTP-FLUP, 2010-2011, pp. 183-184

¹⁵² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *17.º Livro dos Termos*, 1780-1787, n.º 19, fl. 36.

¹⁵³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *19.º Livro dos Termos*, 1791-1799, n.º 21, fl. 190.

¹⁵⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *19.º Livro dos Termos*, 1791-1799, n.º 21, fl. 159.

¹⁵⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *Recibo de Mordomos*, 1732-1810, n.º 678, fl. 30.

¹⁵⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *14.º Livro dos Termos*, 1757-1769, n.º 16, fl. 95.

¹⁵⁷ ADB, Fundo dos Manuscritos, *Livro Curioso*, n.º 341, p. 46.

¹⁵⁸ Castro, Maria de Fátima, *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga...*, p. 188.

2.4.2. Quinta-feira de Endoenças

A quinta-feira maior, em particular a procissão de Endoenças, palavra que deriva do latim de indulgências¹⁵⁹, é um dos principais ritos das Misericórdias. Não sabemos precisar, ao certo, quando começou na Santa Casa bracarense, mas esta já se realizava em meados do século XVI. Esta também já era uma prática na Misericórdia de Lisboa desde a sua fundação, uma vez que aparece evidenciada num manuscrito do seu primeiro Compromisso, em 1498, referenciando que os irmãos eram obrigados a comparecer na quinta-feira à noite para a procissão dos penitentes que iriam visitar os sepulcros¹⁶⁰. O mesmo ficaria estipulado no Compromisso oficial da Santa Casa de Braga, em 1628, alegando que a presença dos irmãos nesta procissão era uma obrigação estatutária¹⁶¹.

O intento deste cortejo era de relembrar o episódio bíblico do Tribunal Romano¹⁶², sendo, por isso, também, chamado de procissão do *Ecce Homo*, designação latina do anúncio de Pôncio Pilatos “Eis aqui o Homem” (Jo 19, 5), no acontecimento narrado no Evangelho de São João. Quando o governador romano Pôncio Pilatos apresentou Jesus, já flagelado, atado e com a coroa de espinhos. Ao sair para ser crucificado, levava um manto roxo e a coroa de espinhos, tornando-se esta, a representação tradicional do *Ecce Homo*, que começou a aparecer nos finais da Idade Média. O modelo difundido durante os séculos XVII e XVIII, muito se deveu à obra de Caravaggio (figura 6), representando Jesus de mãos atadas, a segurar um cetro¹⁶³, com uma coroa de espinhos, e uma pessoa a colocar-lhe o manto roxo¹⁶⁴.

¹⁵⁹ Bluteau, Raphael, *Vocabulário Portuguez & Latino*, vol. 3..., p. 102.

¹⁶⁰ Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 3..., 2004, p. 386.

¹⁶¹ Comparecer na sexta feira maior da parte da manhã, “quando se ouve de tirar o senhor do sepulcro”, também era uma obrigação. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, nº2, fl. 4v.

¹⁶² Lima, José da Silva, “Festas”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário da História Religiosa de Portugal...*, p. 260. Esta cena bíblica encontra-se presente nos evangelhos de S. Mateus (Mt 27, 11-26), Marcos (Mc 15, 1-15), João (Jo 18, 28-40) e Lucas (Lc 23, 1-25).

¹⁶³ Uma outra designação para *Ecce Homo*, é Senhor da Cana Verde, devido ao cetro que levava entre as mãos.

¹⁶⁴ Duchet-Suchaux, Gaston; Pastoreau, Michel, *Guia iconográfica de la biblia e los santos...*, p. 144.

Figura 6 - Ecce Homo



Fonte: pintada por Caravaggio entre 1604-1605. *Palazzo Bianco*, Génova.

No decorrer de quinta-feira santa, na matina e laude teria lugar ofício das Trevas¹⁶⁵, que era celebrado nos últimos três dias da Semana Santa. Também ocorria o lava-pés, inspirado no episódio bíblico em que Jesus lavou os pés dos seus discípulos durante a Última Ceia (Jo 13, 1-18)¹⁶⁶. Apesar de não encontrarmos evidências claras sobre este ritual, a existência deste ato piedoso era inevitável, pois era uma prática recorrente nas Misericórdias, onde o provedor, humildemente disposto de joelhos, lavava os pés a doze pobres na igreja da Santa Casa. Por ser um rito presenciado por todos, com um enorme simbolismo¹⁶⁷, estes eram selecionados, depois de comprovada a sua situação social.

Após este cerimonial era servido um jantar, em representação da Última Ceia, a estes doze pobres. A disposição hierarquizada com que se sentavam à mesa era primordial, ficando com os lugares de destaque o provedor, que cortava o pão, e o capelão que benzia a mesa e agradecia por nela haver comida. Ao fim de cear, poderiam ainda receber uma esmola em

¹⁶⁵ Gastou-se, no ano de 1700, 1480 réis em cera amarela para este ofício. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fl. 134.

¹⁶⁶ *Bíblia Sagrada*, Lisboa, Difusora Bíblica, 1971, pp. 1394-1395.

¹⁶⁷ Este era apenas um momento simbólico, uma vez que os pobres, materialmente, não recebiam benefícios. Era, como muitos outros momentos, um ritual de poder, em que temporariamente o rico se tornava pobre. Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal...*, p. 93.

dinheiro. Em algumas Misericórdias, a despesa era suportada pelo principal cargo da irmandade, o provedor¹⁶⁸. Em Braga, apesar de não ser algo explícito de como se processava, o termo a 17 de abril de 1756, indica-nos que o escrivão daria uma ceia à noite¹⁶⁹ e, nos livros de despesas refere alguns gastos como “ceia de 5ª feria de Endoenças”¹⁷⁰, os “servos no jantar e ceia”¹⁷¹ ou a “louça para as Endoenças”¹⁷². No entanto, esta última referência também pode estar relacionada com a louça para a lavagem da cera e lenha, ou para aquecer a água de lavar os pés dos farricocos e penitentes¹⁷³.

À noite, favorecendo ainda mais o ambiente cénico, desejado de dor, com hora prevista por volta das “oito horas da tarde”¹⁷⁴, começava a procissão de Endoenças, e com esta a “demonstração exterior espertar o povo christão ao devido sentimento da paixão de Christo Redemptor, que a Igreja celebra neste santo tempo [...] mover a efeito de penitencia”¹⁷⁵, o Compromisso de Lisboa referia mesmo como a procissão dos penitentes¹⁷⁶. Percorria um itinerário (ver figura 7) estabelecido pela confraria, desde o projeto de 1618-1625 do Compromisso, que teria início na igreja da Misericórdia, e entraria na Sé pela porta de São Geraldo, indo pelos claustros, em direção à porta principal, que ia dar à praça do Pão e, continuava pela rua D. Gualdim Pais, passando pela porta de Santiago “que se abriu junto a torre dos padres da Companhia de Jezu”, seguindo pelas ruas do Anjo, São Marcos e do Souto,

¹⁶⁸ Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Festas e Rituais de Caridade”, in *Coloquio Internacional piedade popular-sociabilidades e representações*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 507-508.

¹⁶⁹ Contudo, neste ano, foi decidido que o escrivão não poderia pagar mais esta ceia, pois quebrava o seu jejum, e com isso escandalizava e ofendia a Deus. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *13.º Livro dos Termos*, 1751-1757, n.º 15, fl. 208v.

¹⁷⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n.º 682, fl. 354

¹⁷¹ Fornecer uma ceia ao servos neste dia era normal, pois era um dia ocupado, não permitindo que estes fossem a casa. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *11.º Livro dos Termos*, 1734-1746, n.º 13, fl. 342v.

¹⁷² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n.º 681, fl. 34v.

¹⁷³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n.º 681, fl. 319.

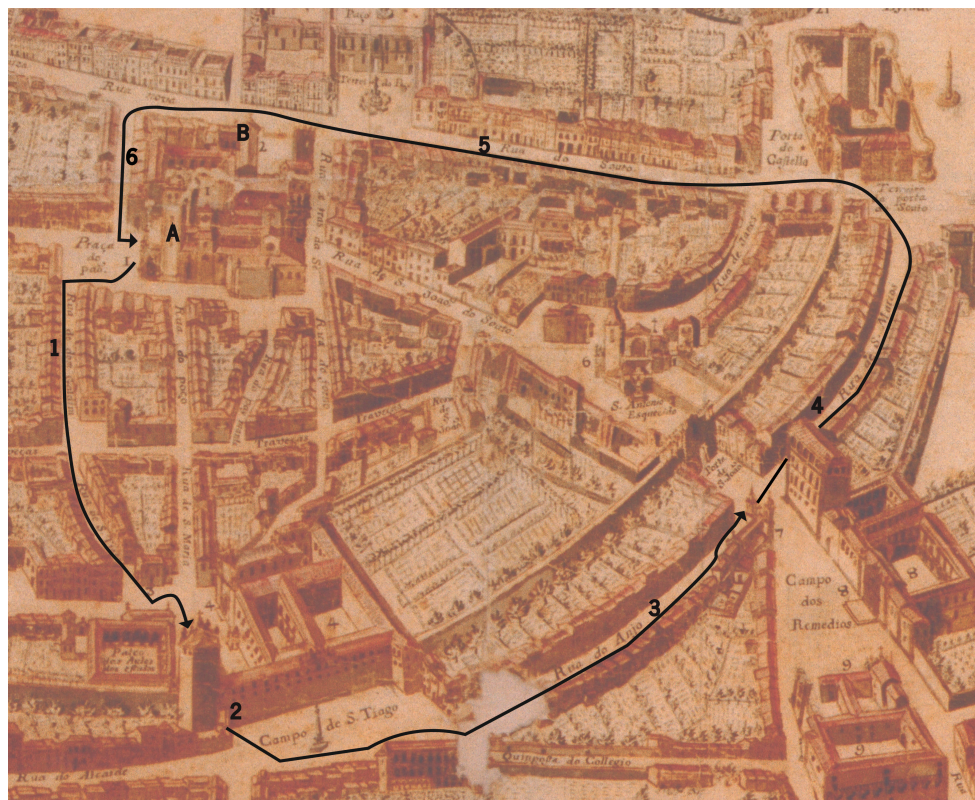
¹⁷⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, n.º 2, fls. 28v.-29.

¹⁷⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, n.º 2, fls. 28v.-29.

¹⁷⁶ *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1619, p. 3.

recolhendo-se pelos “asougues novos”¹⁷⁷, permitindo assim entrar pela Sé¹⁷⁸. O objetivo deste circuito era visitar as igrejas e sepulcros em que estava o Santíssimo Sacramento exposto¹⁷⁹.

Figura 7 - Itinerário da procissão de Endoenças



- A- Sé
- B- Igreja da Misericórdia
- 1- Rua D. Gualdim Pais
- 2- Porta de Santiago
- 3- Rua do Anjo
- 4- Rua de S. Marcos
- 5- Rua do Souto
- 6- Rua de Trás dos Açouges

Fonte: parte do mapa de *Braga Primas* (século XVIII).

A disposição e os elementos que a compunham não eram despropositados e, o Compromisso de 1628 assim o comprovava, descrevendo a ordem e o lugar de cada um, “pera que este acto se faça com muita autoridade e piedade”¹⁸⁰. Os fogaréus eram os primeiros,

¹⁷⁷ Conhecida como a rua de Trás dos Açouges, era uma pequena travessa que ocupava a parte frontal à fachada da Sé, definido pela rua da Erva e a rua D. Gualdim Pais. Leia-se Ribeiro, Maria do Carmo Franco, *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana, Braga, Universidade do Minho*, 2008. Dissertação de Doutoramento policopiada, p. 478.

¹⁷⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *Livro dos Estatutos e assentos desta Santa v.Caza da Mi*, 1618-1625, n.º 1, fl. 17v.

¹⁷⁹ Após a missa de quinta-feira maior, o Santíssimo Sacramento ficava exposto, com um trono adornado de flores e círios, até ao dia seguinte, sexta-feira santa, sendo colocado no sepulcro após o ofício de sexta-feira Santa. Confira-se para este assunto Marques, João Francisco, “A renovação das práticas devocionais” ..., p. 566.

¹⁸⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, n.º 2, fls. 28v.-29.

seguido de lanternas, uma das bandeiras da casa, as pessoas que levavam a cera, a bandeira da irmandade, os irmãos divididos em duas filas com tochas¹⁸¹, estando entre estes a bandeira com a imagem do *Ecce Homo* acompanhada de padres, o andor do *Ecce Homo* ou Senhor da Cana Verde, transportado por devotos, e, por fim, o cruxifixo¹⁸². Estes dois últimos eram assistidos e cercados por doze irmãos, seis oficiais e seis nobres, cada um transportando uma tocha, impedindo o acesso a sacerdotes, padres e fiéis mais curiosos¹⁸³. Nenhuma destas imagens podia ir debaixo do Pálio. De maneira a manter a ordem, os irmãos, no máximo até oito, iam com varas. Outros levariam doces e tudo o que fosse necessário para os penitentes. O Salmo de *Miserere Mei Deus* devia ser cantado por “coros em canto de órgão”¹⁸⁴.

¹⁸¹ Os irmãos que moravam fora da cidade ou do termo dela, não deveriam ter tochas nas procissões de quinta e sexta-feira. Estes ainda seriam notificados pelo escrivão para residirem em Braga, de maneira a acompanhar os atos da confraria. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *5.º Livro dos Termos*, 1653-1661, n.º 7, fl. 81v.

¹⁸² Em 1633 ordenou-se que o cruxifixo deveria ser levado pelo capelão da Casa, e não pelo escrivão. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *3.º Livro dos Termos*, 1632-1645, n.º 5, fl. 15.

¹⁸³ Após o Concílio de Trento, ordenou-se que todos os religiosos acompanhassem as procissões, sob pena de excomunhão. Veja-se *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha no anno de 1639 e mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa arcebispo de Braga primas das Espanhas em Janeiro de 1697...*, p. 305.

¹⁸⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, n.º 2, fls. 28v.-29.

Figura 8 - Bandeira processional com a representação do Senhor da Cana Verde (século XVIII)



Fonte: Objeto de exposição permanente no Museu do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga. Foto da União das Misericórdias Portuguesas.

Figura 9 - Lanterna processional utilizada na procissão de Endoenças (século XIX)



Fonte: Objeto de exposição permanente no Museu do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga. Créditos de @Luís Ferreira Alves.

A organização deste cortejo processional, mais do que para manter a ordem, servia para demonstrar a hierarquia dentro da irmandade, e a sua posição na sociedade, pois mesmo o transporte das bandeiras e varas, teria de ser feito por irmãos nobres. A sua grandeza e capacidade organizadora eram também evidenciadas.

A utilização de fogaréus, lanternas, velas e tochas permitia uma reprodução cénica solene e intensa, como o barroco requeria¹⁸⁵. Porém, os penitentes ou disciplinantes, que se iam flagelando ao longo da procissão, simbolizando o martírio, eram uma das principais características desta procissão. Esta prática comum era aprovada pela Igreja pós-tridentina, como forma de espiar os pecados e salvar a alma, demonstrando a superioridade do espírito em

¹⁸⁵ Na procissão de Cinzas da Ordem Terceira de Ponte de Lima, os mesários davam igualmente uma grande importância à iluminação. Apesar de o cortejo ser da parte da tarde, recorriam à luz para criar o ambiente desejado. Atente-se em Barbosa, António Francisco Dantas, *Tempos de Festa em Ponte de Lima (Séculos XVII- XIX)...*, p. 80.

relação ao corpo¹⁸⁶. Em Portugal, assim como na Espanha, a flagelação pública advinha de uma tradição medieval, que os portugueses associaram a atos de devoção celebrados na Semana Santa¹⁸⁷.

João Baptista de Castro, descreveu a procissão de Endoenças em Lisboa, relevando o seu cariz, identicamente, penitencial, onde homens e mulheres, se flagelavam, todos vestidos de preto, e “as disciplinas, que tiram muito sangue; [...] Entre estes disciplinantes vão muitos homens com barras de ferro, e cruces de páu grandes, e pedras às costas”¹⁸⁸. O arcebispo Frei Bartolomeu dos Mártires, no IV Concílio Provincial Bracarense, celebrado em 1566, onde se ajustou os decretos tridentinos às necessidades da província, declarou que as penitências públicas, promovidas por algumas confrarias, eram apenas admitidas a homens¹⁸⁹.

Mas não eram exclusividade da Semana Santa este tipo de demonstrações, por exemplo, a procissão do Senhor dos Passos da Graça, organizada em Lisboa pelos monges de S. Agostinho desde o século XVI, iniciava-se com os penitentes a flagelar-se¹⁹⁰.

O rito da flagelação foi a principal característica das procissões penitenciais, que ganharam maiores contornos no século XVII¹⁹¹. As confrarias de penitência, com o rito da paixão, na vizinha Espanha e nas suas respetivas colónias recorriam a esta prática, em especial nas procissões da Semana Santa, acompanhados por um irmão que carregava uma cruz ou bandeira, um tocador de flauta e o *rezador*, que recitava orações¹⁹².

¹⁸⁶ Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “As manifestações de rua das Misericórdias portuguesas em contexto barroco”..., p. 108.

¹⁸⁷ Veja-se o trabalho de Fernández Cortizo, Camilo, “«La misión por las calles»: las procesiones de penitencia en ciudades y villas de Galicia (siglos XVII-XIX)”, in Rey Castelão, Ofelia; Mantecón Movellán, Tomás A. (ed.), *Identities urbanas en la monarquía hispánica (siglos XVI-XVIII)*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2015, p. 275.

¹⁸⁸ Castro, João Baptista de, *Mappa de Portugal*, Tomo III, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, pp. 356-357.

¹⁸⁹ Esta decisão foi deferida a 10 de abril de 1566, na 5ª sessão do IV Concílio Provincial Bracarense. É de referir que esta determinação já advinha do Concilio de Trento. Atente-se no trabalho de Cardoso, José, *O IV Concílio Provincial Bracarense – e D. Frei Bartolomeu do Mártires*, Braga, APPACDM Distrital de Braga, 1994, p. 193

¹⁹⁰ Gomes, Maria Eugénia Reis, *Contribuição para o estudo da festa em Lisboa no Antigo Regime*, in *Colecção Temas de Cultura Portuguesa*, nº8, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1985, p. 23.

¹⁹¹ Fernández Cortizo, Camilo, “«La misión por las calles»: las procesiones de penitencia en ciudades y villas de Galicia (siglos XVII-XIX)”..., pp. 279-283.

¹⁹² A laceração antes da flagelação também era uma prática comum do rito penitencial. Sobre esta temática atente-se

Tal como a Quaresma e os seus rituais, exigiam um nível de atenção e minúcia elevado e atempado e, nenhum pormenor podia cair no esquecimento. No Compromisso, refere-se que o provedor e os demais irmãos deveriam tomar o tempo necessário para a organização da procissão¹⁹³.

Como podemos observar na tabela 1, a procissão de quinta-feira representou em 1705, 1725 e 1730 mais de 50% dos gastos totais da Quaresma. Logo a seguir, no ano de 1720 conseguiu ter uma representação de 48,22%. É de mencionar que, as despesas anotadas nos livros de tesoureiro e mordomo variavam, consoante a capacidade de organização de cada um.

Tabela 1 – Representação dos gastos da procissão de Endoenças durante a Quaresma (1695-1730)

Ano	Porcentagem (%)
1695	11,04
1700	16,08
1705	63,84
1710	37,04
1715	2,65
1720	48,22
1725	51,03

Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Tesoureiros*, 1702-1711, nº669; *Despesa do Tesoureiro*, 1711-1724, nº 670; *Livro da Despesa do Tezoureiro da Santa Caza*, 1724- 1756, nº 671; *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, nº 681; *Mordomos – Despesa*, 1717-1748, nº 682.

As abastadas despesas suportadas abrangiam desde paramentos litúrgicos e ornamentos de decoração até à música da procissão. Outros gastos eram efetuados, com a mulher e os servos que recolhiam e distribuíam a cera, o papel e linhas para as tochas, a música, os doces, que eram repartidos com os penitentes¹⁹⁴, como recompensa por desfilarem

Carroll, Michael P., *The Penitente brotherhood: patriarchy and Hispano-Catholicism in New Mexico*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2002, pp. 18-20.

¹⁹³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, nº 2, fl. 28v.

¹⁹⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *11.º Livro dos Termos*, 1734-1746, nº 13., fl. 8.

autoflagelando-se. Outras Misericórdias, como na de Ceuta, também ofereciam refrescos¹⁹⁵. Mas as despesas podiam incluir a manutenção e conserto das bandeiras processionais, o fazer taburnos para o andor do *Ecce Homo*, o seu concerto¹⁹⁶ ou o seu adorno com veludo roxo¹⁹⁷; a confecção de um pálio novo, de boa seda ou veludo com “franções” de ouro, pois o que tinham encontrava-se roto¹⁹⁸.

Figura 10 - Andor do *Ecce Homo* na Misericórdia de Braga, no dia de quinta-feira de Endoenças



Fonte: foto da autora (2017).

¹⁹⁵ Esta palavra também se podia referir a merendas e outras comidas mais leves, oferecidas aos irmãos, sacerdotes e a nazarenos que acompanhavam as procissões na Semana Santa. Cámara del Rio, Manuel, *Beneficencia y asistencia social: la Santa y Real Hermandad, Hospital y Casa de Misericordia de Ceuta*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceuties, 1996, p. 188.

¹⁹⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n.º 682, fl. 208.

¹⁹⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *12.º Livro dos Termos*, 1746-1751, n.º 14, fls. 247-247v; António José Carneiro foi o principal responsável pela sua obra, com o custo de 170525 réis. *Livro da Despeza do Tezoureiro da Santa Caza*, 1724- 1756, n.º 671, fl. 387v.

¹⁹⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *12.º Livro dos Termos*, 1746-1751, n.º 14, fl. 341.

E ainda, a lenha para aquecer o vinho para lavar os pés aos penitentes e aos farricocos¹⁹⁹. Estes últimos, eram uma figura penitencial, que servia para expiar os pecados²⁰⁰. Estavam vestidos de sarja preta²⁰¹, encapuzados, e eram incumbidos de transportar os fogaréus, para alumiar as ruas e, responsáveis por chamar os fiéis à procissão com o seu “ruge-ruge”, mais conhecido como matraca, produzindo um som característico. A sua presença estendeu-se além-mares, como no Brasil, na cidade de Goiás, através da Misericórdia fundada em Salvador, em 1549, na procissão de Endoenças²⁰². Mas o trajar do seu farricoco, por analogia, era semelhante ao dos nazarenos, nome dado aos penitentes pertencentes às confrarias espanholas. Por exemplo, as confrarias de penitência de Jesus Nazareno iam na procissão da madrugada de sexta-feira santa, com túnicas roxas e, às vezes vermelhas, descalços, com pesadas cruzes de madeira sobre os ombros, imitando Cristo a caminho do Calvário²⁰³. No sul de França²⁰⁴ e no norte da Península Itálica, haveria igualmente as confrarias penitenciais, os quais desfilavam com a cara coberta, e se flagelavam ao longo do caminho²⁰⁵.

¹⁹⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Despesa dos Mordomos, 1693-1717, n° 681; Mordomos – Despeza, 1717-1748, n° 682; Recibo de Mordomos, 1732-1810, n° 678, fl. 28.

²⁰⁰ A sua função original estava relacionada com a expiação pública de faltas cometidas, como um estigma. Termo criado pelos gregos, onde utilizavam certo tipo de recursos visuais, para evidenciar algo considerado mau ou fora do comum da conduta moral. Através de sinais, como cortes ou colocar fogo no corpo do indivíduo, evidenciando se era um escravo, um criminoso ou alguém a ser evitado. Leia-se Goffman, Erving, *Stigma: notes on the management of spoiled identity*, Nova Iorque, Simon and Schuster, 1986, pp. 1-2.

²⁰¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Inventário dos Mordomos*, 1634-1780, n° 675, fl.71v. Algumas das punições feitas pelo Santo Ofício consistiam em usar um sambenito, que era um hábito penitencial, que identificava a pessoa na sua condição de penitente. Consulte-se Britto, Clovis Carvalho, “Luzes e Trevas; itinerários da procissão do Fogaréu em Goiás”..., p. 5.

²⁰² Devido à ocupação holandesa na Bahia, os arquivos da Misericórdia foram queimados. Contudo, dois painéis de azulejo português, datados de 1722, retratam a procissão dos ossos e dos fogaréus. Britto, Clovis Carvalho, “Luzes e Trevas; itinerários da procissão do Fogaréu em Goiás”..., p. 10.

²⁰³ Para saber mais sobre as confrarias de Jesus Nazareno leia-se Aranda Doncel, Juan, “Las cofradías de Jesús Nazareno en Andalucía durante los siglos XVI e XIX”, in *Boletín de la Real Academia de Córdoba, de ciencias, bellas artes y nobles artes*, n° 140, 2001, pp. 174-175.

²⁰⁴ No sul de França, as confrarias de Penitência, provocavam um certo desconforto ao episcopado. Leia-se Lebrun, François, “As reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal”, in Duby, Georges; Ariès, Philippe (org.), *História da Vida Privada: do Renascimento ao Século das Luzes*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1990, p. 90.

²⁰⁵ Estas confrarias de Penitência e os seus ritos de flagelação começaram a cair em desuso no século XIV. Regressando no

Contudo, segundo as fontes, os farricocos não tinham práticas de autoflagelação, uma vez que, segundo a definição de Raphael Bluteau, originariamente eram aqueles que levavam a tumba²⁰⁶, adaptando-se, ao longo dos tempos, na procissão de Endoenças como um constituinte que acompanhava este cortejo.

Figura 11 - Farricoco com "ruge-ruge" (início do século XX)



Fonte: *Ilustração Portuguesa*, nº 57, 25 de março de 1907.

No decorrer desta solenidade ocorriam algumas perturbações, o que não era de estranhar, se tivermos em conta o aglomerado de fiéis. Os vereadores da câmara de Braga, no século XVI, determinaram uma disposição, devido a comportamentos devassos na noite da procissão de Endoenças, que os homens não estivessem entre as mulheres, nem fossem no cortejo processional “embuçados”²⁰⁷. As entidades municipais e religiosas evidenciavam uma preocupação na moralização dos costumes²⁰⁸.

século XVI, com a Reforma Católica, tendo os principais focos na Espanha e França. Veja-se Muir, Edward, *Ritual in early modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, p. 206.

²⁰⁶ Bluteau, Raphael, *Vocabulário Portuguez & Latino*, vol. 4..., p. 37.

²⁰⁷ É aquele que tem a parte do rosto coberto com a capa. Bluteau, Raphael, *Vocabulário Portuguez & Latino*, vol. 3..., p. 49.

²⁰⁸ Coelho, Constantino Ribeiro, “Braga antiga, velharias bracarenses,... memórias de velho tempo e outros textos”, in

Já no século XVIII, por volta de 1792, Inácio José Peixoto, descreveu nas suas “Memórias”, que rapazes atiravam pedras aos farricocos no decorrer da procissão desse ano²⁰⁹. Anteriormente, já a Misericórdia ponderava a presença dos fogaréus. No ano de 1720 foi decidido em Mesa, que os fogaréus não deveriam ir na procissão, pelos distúrbios causados neste ato devoto. E que para alumiar as ruas, em seu lugar, se dispusessem pelas ruas os novelos de alcatrão²¹⁰. A decisão foi revogada em 1723, porém acordou-se que não se lhe daria nem de comer, nem de beber, somente 9 vinténs²¹¹.

Em 1775, a Mesa lembrou que estas figuras personificavam os israelitas na procissão de Cristo e, por isso, eram necessárias, pois “he o fim para que se ordenou esta procissão a que em semelhantes termo se pratica em quazi todas as cidades e villas deste reyno [...] fossem os fugareos na forma antiga”²¹². Ou seja, à Misericórdia custava-lhe deixar de fora elementos que criavam um ambiente festivo, mas simultaneamente, recorre à festa religiosa.

No ano de 1781, a assistência dos fogaréus continuava a perturbar, levando a Mesa a decidir que estes não iriam mais na procissão²¹³. Esta resolução foi anulada, em 1783, determinando-se que “na procissão de endoenças houvesse os cocos na forma que antigamente se faria”²¹⁴. Em 1795, volta a ser deliberado pelos mesários, a presença dos fogaréus, sendo que pelo maior número de votos “sahissem os ditos fugareos na porção”, com a condição de fazer apenas a despesa com a comida e o salário. Todavia, os fogaréus nesse ano não saíram, pois, o arcebispo D. Frei Caetano Brandão (1790-1805) pediu, ao que a Santa condescendeu, recebendo em troca esmolas para o hospital de S. Marcos²¹⁵. Apesar de as Misericórdias não

separata de “theologica”, vol. XXIV – XXVI, 1989-1991, pp. 209-210.

²⁰⁹ Peixoto, Inácio José, *Memórias Particulares de Inácio José Peixoto: Braga e Portugal na Europa do século XVIII*, Braga, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, 1992, p. 121.

²¹⁰ ADB, Fundo da Santa da Misericórdia de Braga, 9.º *Livro dos Termos*, 1709-1723, nº 11, fls. 218-218v; desde 1664 que se utilizava novelos de alcatrão, em vez das canhotas. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 6.º *Livro dos Termos*, 1662-1678, nº 8, fl. 84v.

²¹¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 9.º *Livro dos Termos*, 1709-1723, nº 11, fl. 266.

²¹² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 15.º *Livro dos Termos*, 1769-1776, nº 17, fls. 234-235v.

²¹³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 17.º *Livro dos Termos*, 1780-1787, nº 19, fl. 27.

²¹⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 17.º *Livro dos Termos*, 1780-1787, nº 19, fl. 115.

²¹⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 19.º *Livro dos Termos*, 1791-1799, nº 21, fls. 149v.-150, 153-153v.

estarem sob autoridade eclesiástica, era necessário manter boas relações de cordialidade com a Igreja, assim como angariar fundos para o hospital.

Outros motivos afetaram a procissão de quinta-feira, quer por razões externas, quer internas. Um decreto de D. João V, em 1743, ordenou que o cortejo saísse às três horas da tarde²¹⁶. As razões do rei não se encontravam exaradas em ata, mas podem estar relacionadas com algum ato ocorrido no ano anterior, porque as procissões noturnas proporcionam um momento oportuno a excessos e abusos²¹⁷.

D. José de Bragança ordenou prender dezassete cónegos na procissão de Endoenças, por não quererem pegar nos cetos²¹⁸. Passados quarenta dias saíram por decreto de D. João V²¹⁹. Um ano depois, em 1743, numa carta enviada de Lisboa, os capitulares ficaram obrigados a assistir à procissão²²⁰. Estes mesmo capitulares, segundo uma carta de 1742, por parte de D. João V, endereçada ao Cabido e Deão, eram considerados de “genio inquieto”, faltando as suas obediências e que “uzará S. Magestade das demonstrações do seu justo e Real poder”²²¹. Mais do que assinalar uma desobediência à procissão, o que estava em causa eram as más relações do arcebispo com os cónegos da Sé, habituados a gozarem de grande poder ao longo do período de Sé Vacante (1728-1741)²²².

²¹⁶ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *11.º Livro dos Termos*, 1734-1746, n.º 13, fl. 325.

²¹⁷ Fernández Cortizo, Camilo, “«La misión por las calles»: las procesiones de penitencia en ciudades y villas de Galicia (siglos XVII-XIX)”..., p. 272.

²¹⁸ Esta ação foi considerada um escândalo devido às pessoas envolvidas e ao momento solene em que se encontravam. Ferreira, Monsenhor J. Augusto, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, tomo III ..., p. 292.

²¹⁹ADB, Fundo das Gavetas do Cabido, *Livro 2.º dos Acordãos do Cabido*, n.º 115, não paginado.

²²⁰ADB, Fundo das Gavetas do Cabido, *Livro das Cartas D’El Rey D. João 5.º dos annos de 1703 ate 1749*, tomo 6.º, n.º115, não paginado.

²²¹ADB, Fundo das Gavetas do Cabido, *Livro das Cartas D’El Rey D. João 5.º dos annos de 1703 ate 1749*, tomo 6.º, n.º114, não paginado.

²²² Em 1742, aquando das ações de graça pela melhoria de saúde de D. João V, o Cabido mandou tocar os sinos da Sé, não pedindo autorização a D. José de Bragança. O arcebispo ordenou que a situação não se voltasse a repetir, mas o Cabido respondeu que os sinos pertenciam à Sé, tendo direitos sobre eles. Atente-se em Braga, Paulo Drumond, “Igreja, igrejas e culto”, in Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal: Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil*, vol. VII..., 2001, p. 97.

Dentro da confraria, situações de disciplina também ocorriam. O irmão António Coelho Moniz de Melo não aceitou a incumbência de dar os doces aos penitentes, em 1714²²³, ou o irmão António Monteiro Correia faltou à procissão, na qual iria levar uma lanterna, tendo sido visto no decorrer desta a passear pela cidade. Para explicar a situação, em reunião com os mesários, entregou uma certidão médica “por onde queria persuadir não poder levar a dita lanterna”. Mas a Mesa determinou, que além de ter entregue a certidão tardiamente era “bem notorio ter elle muito boa saude”. E pelo maior número de votos, deixaria de ser irmão²²⁴, ou seja, fui expulso, pois o que estava em causa era a representação simbólica da confraria. Num momento de grande exposição, a Santa Casa exigia a presença de todos com uma postura de elevação e dignidade.

Ao longo da centúria de oitocentos, a realização da procissão de Endoenças deparou-se com algumas dificuldades, e um resfriar na devoção. Em 1822, foi debatido pelos mesários que “huma das principais desta casa a que provisoriamente se acabava suspensa por motivos de iconomia somente”, mas a Mesa deliberou que as despesas desta festividade não pusessem em causa o desempenho de outras obrigações²²⁵.

Já em 1864, “achava tam enfranquecida” a visita as igreja e sepulcros durante a procissão, pois às oito horas da noite, a maioria destes locais sagrados encontravam-se fechados. E por isso, mudou-se a hora para às quatro da tarde²²⁶. Repercute-se estes cenários, devido aos sinais do tempo, com o liberalismo e a progressiva secularização, que se sentiu na sociedade e nas instituições. Inclusive, as Misericórdias fizeram parte de um vasto processo de desamortização, em 1866²²⁷, o que demonstra um enfraquecimento económico e social deste tipo de fundações.

²²³ ADB, Fundo da Santa da Misericórdia de Braga, *9.º Livro dos Termos*, 1709-1723, n.º 11, fls. 90v.-91.

²²⁴ ADB, Fundo da Santa da Misericórdia de Braga, *14.º Livro dos Termos*, 1757-1769, n.º 16, fls. 479v.-480.

²²⁵ ADB, Fundo da Santa da Misericórdia de Braga, *22.º Livro dos Termos*, 1817-1826, n.º 24, fl. 155.

²²⁶ ADB, Fundo da Santa da Misericórdia de Braga, *27.º Livro dos Termos*, 1863-1867, n.º 29, fls. 45v.-46v.

²²⁷ Silveira, Luís Espinha da, “A venda dos bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem”, in *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, p. 87.

2.5. S. Pedro Mártir

O santo S. Pedro Mártir invocado na Santa Casa de Braga é o S. Pedro Mártir de Verona. Foi um frade dominicano, inquisidor, taumaturgo e notável pregador, uma vez que possuía um grande domínio sobre as Sagradas Escrituras. Nasceu em Verona e, ainda jovem decidiu abandonar a sua família e ingressar na Ordem Dominicana. Começou, a partir daqui, uma intensa luta contra a heresia, sendo, em 1232, nomeado Inquisidor Geral do norte da península Itálica, por Gregório IX (1227-1241), fundador do Santo Ofício. De acordo com a lenda, Carino fraturou-lhe o crânio, com vários golpes, e Pedro ainda conseguiu escrever, antes de falecer, as palavras que outrora tivera recitado, o *Credo in deum*. Foi canonizado, sensivelmente, um ano depois da sua morte, por Inocêncio IV (1243-1254), a 9 de março de 1253, tornando-se num dos patronos da Inquisição²²⁸. Mesmo antes da criação da sua confraria, o papa Clemente IV (1265-1268), assinou uma bula, para se celebrar uma festa em honra de S. Pedro Mártir, a 29 de abril²²⁹.

Ainda durante a sua vida criou a *Socità della Fede o dei Fedeli* e a *Societas Beatae Mariae Virginis*, que se passou a designar só por *Societas Sancti Petri Martyris*, após a sua morte. Foi reativada por um inquisidor de Bolonha, Conrado da Alemanha, em 1450. Entre 1530 a 1611 vão-lhe sendo reconhecidos vários privilégios por parte do papado, criando-se assim, a confraria de S. Pedro Mártir, destinada apenas aos membros da Inquisição. Em Portugal e Espanha, começaram a surgir as confrarias dos familiares do Santo Ofício na primeira metade do século XVII, com o objetivo de acompanhar os enterros dos seus confrades, rezar pelas suas almas e, celebrar as festas anuais, assim como visitar os presos da Inquisição e estar presente nas procissões dos autos da fé²³⁰. Como forma de perpetuar a devoção por este mesmo santo, e preservar as irmandades com a sua invocação, D. Francisco de Castro, Bispo da Guarda e, inquisidor-geral do Santo Ofício, ordenou que se fizesse um Compromisso particular, em 1632, “por onde se governasse a Irmandade em todos as Inquiziçoins deste Reino, e seus estatutos

²²⁸ Leia-se para este assunto Gómez- Chacón, Diana Lucía, “San Pedro Mártir de Verona”, in *Revista Digital de Iconografia Medieval*, vol. VI, n° 11, 2014, pp. 79-80.

²²⁹ ADB, Fundo dos Manuscritos, *Compromisso para a congregação de S. Pedro Mártir dos Familiares do Sancto Officio, estabelecida na Real Caza da Sancta Misericórdia desta cidade de Braga no anno de 1805*, n° 1020, fls. 4v.-5.

²³⁰ Braga, Paulo Drumond, “Uma confraria da Inquisição. A irmandade de São Pedro Mártir (breves notas),” in *Arquipélago – História*, 2ª série, II, 1997, pp. 451-452.

conformando se aos estilos do tempo ”²³¹.

À confraria dos familiares do Santo Ofício bracarense, vai-lhe ser concedida, no ano de 1624, por parte da Misericórdia, um altar na igreja da Casa para poderem celebrar a sua festa²³², sendo a imagem de S. Pedro que lá se encontrava a do Santo Ofício²³³. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, o mordomo e o juiz dos familiares pediam licença à Santa Casa para a realização desta festividade²³⁴. No ano de 1700, os Mesários concedem, exceccionalmente, não só o espaço, mas também os ornamentos para a festa.

Figura 12 – S. Pedro Mártir de Verona (século XVIII)



Fonte: Objeto de exposição permanente no Museu do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga. Créditos de @Luís Ferreira Alves.

²³¹ ADB, Fundo dos Manuscritos, *Compromisso para a congregação de S. Pedro Mártir dos Familiares do Sancto Officio, estabelecida na Real Caza da Sancta Misericórdia desta cidade de Braga no anno de 1805*, n.º 1020, fls. 5-5v.

²³² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *2.º Livro dos Termos*, 1598-1632, n.º 4, fl. 147v.

²³³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Inventário de [todos os bens móveis pertencentes à S.ª Caza da Mizericordia da cidade de Braga]*, 1752, n.º 495, fl. 2.

²³⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *8.º Livro dos Termos*, 1694-1709, n.º 10, fls. 116v.-117.

Em 1805 os familiares do Santo Ofício estabelecem um novo regulamento com a Misericórdia, e enquanto “nos concederem venerar-se hum dos altares da sua real capella a Imagem do nosso santo, nesta mesmo faremos assento da nossa Congregação [...], de seu nome, “Congregação de S. Pedro Martir, Protector dos familiares da Santa Inquição”²³⁵.

No que diz respeito à festa do santo, os confrades ordenavam que na véspera se cantasse o ofício com música ou cantochão e órgão, escolhendo o sacerdote mais qualificado. E no dia da missa se cantaria com sermão, e a armação da igreja deveria ser feita com “a possível decência”. Todos os familiares do Santo Ofício, com a sua insígnia à vista, assistiam às vésperas e à festa, tendo cada um uma tocha. Faltando a esta obrigação, seriam multados com 480 réis, aplicados na despesa da cera²³⁶.

Uma outra manifestação de devoção a este Santo era realizada com os capelães da capela de S. Pedro Mártir, nos claustros de Santo Amaro da Sé, através de um contrato feito por Diogo Monteiro. Delegando que a Misericórdia ficaria responsável de rezar uma missa quotidiana na capela de S. Pedro Mártir, e pagar anualmente 60000 réis, mais duzentos alqueires de pão, aos capelães, que eram quatro. Estes teriam de acompanhar a confraria na procissão de Endoenças, nas procissões pelo tempo, e assistir ao ofício dos defuntos²³⁷.

2.6. São João Marcos

A história de como as relíquias de S. João Marcos foram levadas para Braga, ou se são mesmo do santo, ainda hoje é incerta. A lenda, diz que foi D. Gualdim Pais quem as trouxe para a capela. Contudo, na *Historia Ecclesiástica dos Arcebispos de Braga*, mencionava que o arcepreste Juliano, juntamente com o arcebispo de Toledo, Bernardo (m. 1128), “afirma que vio as preciosas reliquias com os olhos, e venerou com o peito por terra”²³⁸. Denotamos uma anacronia, pois o arcebispo de Toledo faleceu em 1128, quando D. Gualdim Pais, tinha apenas 10 anos de idade.

²³⁵ ADB, Fundo dos Manuscritos, *Compromisso para a congregação de S. Pedro Mártir dos Familiares do Sancto Officio, estabelecida na Real Caza da Sancta Misericórdia desta cidade de Braga no anno de 1805*, n° 1020, fl. 6.

²³⁶ ADB, Fundo dos Manuscritos, *Compromisso para a congregação de S. Pedro Mártir dos Familiares do Sancto Officio, estabelecida na Real Caza da Sancta Misericórdia desta cidade de Braga no anno de 1805*, n° 1020, fls. 9v.-12.

²³⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *6.º Livro de Títulos*, 1523-1673, n° 449, fls 129-131v.

²³⁸ Cunha, Rodrigo, *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos, e Varoes illustres, que florecerão neste*

A necessidade de o arcebispado bracarense demonstrar o seu poder ao obter tais relíquias, poderia advir da rivalidade com Santiago de Compostela, e do episódio, que ficou conhecido como o *pio latrocinio*, em 1102, quando o arcebispo Diego Gelmírez (1100-1140), numa visita a Braga, roubou os restos mortais de São Silvestre, Santa Susana, São Cucufate e São Frutuoso, alegando que estes mereciam um local mais condigno²³⁹.

Algumas fontes da época, como o *Peregrino Curioso da vida, Morte, Trasladação e Milagres do Gloriosissimo Senhor S. João Marcos na Augusta Cidade de Braga e a Noticia da Trasladaçam dos ossos do Glorioso S. Joam Marcos*²⁴⁰, atribuem como sendo S. João Marcos, um dos apóstolos de Jesus, que acompanhou Paulo e Barnabé na missão de evangelização. Este é várias vezes confundido com o evangelista João, que tem as suas relíquias reclamadas tanto em Veneza como em Alexandria²⁴¹.

O culto das relíquias, era uma das maiores devoções dos fiéis católicos durante a Época Moderna, procurando o consolo ou as respostas para os seus problemas. Esta prática desenvolveu-se a partir do século VIII, em Roma, tendo grande presença na zona do Mediterrâneo²⁴². Mas foi na XXV sessão do Concílio de Trento, que a veneração das relíquias e objetos sagrados, se consolidou. Este facto, permitiu o aparecimento de novos cultos e a construção e renovação do património religioso²⁴³. A redescoberta das catacumbas romanas, em 1578, também contribuiu para a proliferação deste culto.

Arcebispado, parte 1, Braga, s.e., 1634, p. 108.

²³⁹ Para saber mais sobre esta temática atente-se no trabalho de García Turza, Javier, “The Formulation, Development and Expansion of the *translatio* of St James”, in Pazos, Antón (ed.), *Translating relics of St. James: from Jerusalem to Compostela*, Nova Iorque/Londres, Routledge, 2017, p. 105.

²⁴⁰ Faria, António de Mariz, *Peregrino Curioso da vida, Morte, Trasladação e Milagres do Gloriosissimo Senhor S. João Marcos na Augusta Cidade de Braga*, Lisboa, Officina de António Pedrozo Galvão, 1721, pp. 1-114. Mascarenhas, José Freire de Monterroio, *Noticia da Trasladaçam dos ossos do Glorioso S. Joam Marcos, Bispo de Attina, Apostolo de Celtiberia, Martyr da primitiva Igreja, hum dos 72 Discipulos de Jesu Christo N.S.*, Lisboa, Officina de Pascoal da Silva, 1718, p. 3.

²⁴¹ Farmer, David Hugh, *The Oxford dictionary of saints...*, p. 323.

²⁴² Brown, Peter, *The cult of the saints: Its rise and function in Latin Christianity*, Chicago/Londres, The University of Chicago Press, 1981, p. 73.

²⁴³ Machado, Manuela, “Festividades e devoções na Misericórdia de Braga em torno do culto a S. João Marcos (século XVIII)”, in *Interconexões – Revista de Ciências Sociais*, vol. 1, nº 1, 2013, pp. 89-90.

No século XVIII, reativou-se o culto das relíquias na zona da Galiza, em parte, devido ao envio de relíquias de Roma²⁴⁴. Foi, possivelmente, com este panorama, associado à atenção e dedicação do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, assim como o empenho da Santa Casa, que possibilitou que o culto de S. João Marcos se engradecesse, colocando as suas relíquias num local condigno, pois estas jaziam, por ordem de D. Diogo de Sousa, desde o século XVI, num arcossólio da parede da capela²⁴⁵.

Numa carta enviada a 12 de março de 1718 por Domingos Pinheiro, cônego e provisor de D. Rodrigo de Moura Teles, em resposta a este, menciona que a suplica do arcebispo, poderia ser atendida pelo Cabido. E como a trasladação das relíquias seria feita para o mesmo local em que este já se encontrava, apenas iria “estar com mais veneração”, não era necessário a aprovação da Sé Apostólica. Somente era preciso a licença do arcebispo com o consentimento do Cabido. Este refere também que o caixão ou túmulo deveria ser de madeira, pedra ou metal dourado, coberto com um pano rico. À trasladação da sepultura para o caixão só poderiam assistir “pessoas eclesiásticas, e das primeiras, e principais dignidades”. O arcebispo deveria pegar no caixão ao sair e recolher da procissão, vestido de pontifical ou com capa e mitra. E o túmulo seria transportado aos ombros pelas “maiores dignidades”, debaixo do pálio, que levaria os nobres da cidade. De regresso à igreja, as relíquias seriam colocadas em cima do altar, cerimónia acompanhada por uma antífona²⁴⁶, antes de os cônegos colocarem na tribuna da capela mor²⁴⁷.

Dois dias após esta resposta, D. Rodrigo de Moura Teles, a 14 de março de 1718, enviou uma carta ao Cabido, expressando a vontade do provedor João Alpoim da Silva e dos irmãos da Misericórdia, em trasladar as relíquias de S. João Marcos para um “túmulo mays decente”, no dia

²⁴⁴ Muitas destas relíquias foram enviadas já em finais do século XVIII, mas a importância destas era de tal ordem, que em finais do século XVII, a condessa de Aulnoy comentava a fixação dos espanhóis em usar medalhas e relicários em tão elevado número, referindo que nem as igrejas tinham tantos. Sobre esta temática consulte-se González Lopo, Domingo Luis, “El papel de las reliquias en las prácticas religiosas de los siglos XVII y XVIII”, in *Actas de la II Reunión Científica de la Asociación Española de Historia Moderna*, vol. II, Moratalla, Universidad de Murcia, 1992, pp. 248, 259.

²⁴⁵ Ferreira, Monsenhor J. Augusto, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, tomo III ..., p. 254. Já no século XVI, D. Diogo de Sousa denotou uma enorme afluência de fiéis à sepultura de S. João Marcos. ADB, Fundo dos Manuscritos, *Memorias de Braga Escriptas e Illustradas por João Baptista Vieira Gomes*, 1828-1850, n.º 1059, p. 221.

²⁴⁶ Era o que se cantava antes e depois dos salmos. Raphael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 1..., p. 408.

²⁴⁷ ADB, Fundo das Gavetas do Cabido, *Privilégios, honras e jurisdições do Cabido*, n.º 101, não paginado.

27 de abril desse ano²⁴⁸. Tendo a aprovação do Cabido, o arcebispo pediu a comparência desta autoridade no tríduo, ou seja, nos três dias de festa da trasladação do santo. Nesta mesma correspondência menciona que início das celebrações teria lugar a 27 de abril. No primeiro dia, a missa seria conduzida pelo arcebispo, no segundo uma missa cantada por um reverendo do Cabido e no terceiro pelo bispo de Uranópolis, Luís Alves de Figueiredo²⁴⁹. A procissão, que iria custar 92580 réis à Misericórdia²⁵⁰, seria a 26 de abril, onde o percurso constaria no edital afixado²⁵¹.

A ordem da procissão começaria com “um grande numero de danças de varias sortes”, seguido de todas as ordens religiosas com as suas cruzes, guiões e andor. Atrás destas, continuavam as comunidades regulares do clero, depois o Cabido, com os cônegos envergando capas de brocado²⁵² carmesim e, logo a seguir, o túmulo debaixo do pálio.

Um dia antes do cortejo processional, abriu-se o túmulo para examinar o que nele continha, e o estado em que se encontrava os restos mortais. Estiveram presentes várias entidades municipais e eclesiásticas e ainda, dois médicos. No final da inspeção, colocaram num novo cofre as relíquias, envoltas em tafetá²⁵³ carmesim, e fecharam. Os únicos detentores da chave eram o arcebispo, o provedor da Santa Casa e o Senado²⁵⁴.

²⁴⁸ ADB, Fundo das Gavetas do Cabido, *Livro das Cartas do Arcebispos de Braga do anno de 1426 ate 1725*, tomo 7º, nº 127, não paginado.

²⁴⁹ O bispo de Uranópolis pediu a quatro cônegos de Braga para lhe assistir no seu Pontifical, no último dia do tríduo. Estes eram José Monteiro, Simão Barbosa de Almeida, Ângelo Lima e Baltazar de Sousa. ADB, Fundo das Gavetas do Cabido, *Livro das Cartas de Prelados e Cabidos*, tomo 8º, nº 45.

²⁵⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *Despeza do Tesoureiro*, 1711-1724, nº 670, fl. 239.

²⁵¹ ADB, Fundo das Gavetas do Cabido, *Livro das Cartas do Arcebispos de Braga do anno de 1426 ate 1725*, tomo 7º, nº 128, não paginado.

²⁵² É um tipo de tecido, normalmente de seda, ricamente decorado, com relevos bordados, por norma, em ouro ou prata. Veja-se em Rosenthal, Margaret F.; Jones, Ann Rosalind (ed.), *The clothing of the Renaissance world: Europe, Asia, Africa, the Americas*, Londres, Thames & Hudson, 2008, p. 583.

²⁵³ Tecido leve e acetinado, de simples aparência. Rosenthal, Margaret F.; Jones, Ann Rosalind (ed.), *The clothing of the Renaissance world...*, p. 592.

²⁵⁴ Mascarenhas, José Freire de Monterroio, *Noticia da Trasladaçam dos ossos do Glorioso S. Joam Marcos...*, p. 6.

Foram três dias intensivos de festa e toda “a Cidade era hum teatro de desenfadados festivos, onde ninguém respirava mais que alegria”²⁵⁵. Além das missas, o tríduo incorporava sermões e o Santíssimo Sacramento estava exposto²⁵⁶.

Esta prática cultural durante o tríduo se manteria ao longo do século XVIII, com novena, exposição do Senhor, música, luminárias, sermões²⁵⁷ e procissão com o Santíssimo Sacramento no último dia pelo Campo dos Remédios²⁵⁸. Festejava-se também o dia do santo a 27 de setembro, saindo o Cabido em procissão até à igreja de S. João Marcos em desfile processional²⁵⁹.

Os relatos de milagres obrados pelo santo começaram rapidamente a difundir-se depois da sua transladação. O poder destes prodígios era enorme, pois, apesar dos avanços da medicina, ao longo da centúria de setecentos, principalmente nos seus finais, muitas doenças e condições ainda não tinham explicação científica²⁶⁰.

A obra publicada por José Mascarenhas, em 1718, a *Noticia da Trasladaçam dos ossos do Glorioso S. Joam Marcos*, narra alguns destes milagres, os quais curavam os males descritos no gráfico 3. Como se pode observar, a maioria correspondia a ter algum dos membros paralisados, seguido dos “achagues”²⁶¹ e febres com 11%, e sem algum dos sentidos, como visão e a audição a 8%. Havia casos que por não conseguirem aceder ao templo onde se encontravam os restos mortais do santo, outras pessoas intercediam por estes, implorando em seu nome. Foi o que aconteceu com uma mulher do Couto da Laje, a qual ouvindo os rumores sobre estes

²⁵⁵ Mascarenhas, José Freire de Monterroio, *Noticia da Trasladaçam dos ossos do Glorioso S. Joam Marcos...*, pp. 7-8.

²⁵⁶ Freitas, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga*, tomo II, Braga, Imprensa Católica, 1890, p. 180.

²⁵⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *9.º Livro dos Termos*, 1709-1723, n.º 11, fl. 230v. Num termo de Mesa a 1733, foi referido que as luminárias representavam uma grande despesa. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *10.º Livro dos Termos*, 1723-1734, n.º 12, fl. 308v.

²⁵⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *17.º Livro dos Termos*, 1780-1787, n.º 19, fl. 43v.

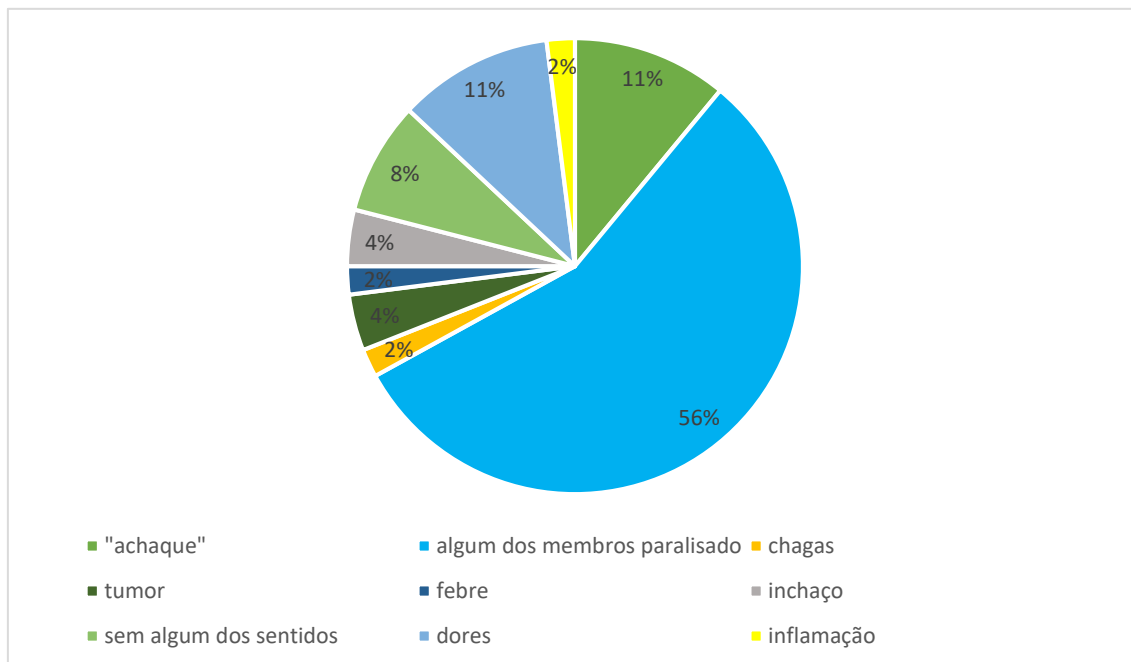
²⁵⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *Instituição da Capella do Spirito Santo do hospital de S. Marcos*, 1682, n.º 397, fls. 4-4v; Fundo dos Manuscritos, *Livro Curioso*, n.º 341, pp. 651-652.

²⁶⁰ Para saber mais sobre a história da medicina durante a Época Moderna leia-se Lindemann, Mary, *Medicine and society in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, p. 86.

²⁶¹ O que se pode chamar de má disposição do temperamento, debilitando o corpo. Viterbo, Frei Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, tomo I, Lisboa, A. J. Fernando Lopes, 1865, p. 30.

milagres, dirigiu-se até Braga e tocou com uma toalha no túmulo. Ao regressar a casa cingiu a toalha na cinta do seu marido, que não se mexia, e ele imediatamente se levantou²⁶².

Gráfico 3 - Milagres de S. João Marcos descritos na *Notícia da Trasladaçam*



Fonte: Mascarenhas, José Freire de Monterroio, *Notícia da Trasladaçam dos ossos do Glorioso S. Joam Marcos...*, pp. 8-15.

A *Gazeta de Lisboa* do mês de agosto de 1718, escreveu, que após estes milagres descritos nesta obra, que vão até à data de 16 de maio desse ano, o santo, num espaço de sensivelmente três meses, curou trinta e nove pessoas, e os seus restos mortais recebiam fiéis de todo o reino²⁶³.

António de Mariz Faria também publicou em 1721, o *Peregrino Curioso da vida, Morte, Trasladação e Milagres do Gloriosissimo Senhor S. João Marcos na Augusta Cidade de Braga*, onde analisa a vida e os milagres de S. João Marcos. O autor tentou oferecer à Santa Casa “pelo custo da empresa”, mas esta não aceitou, não esclarecendo os motivos desta decisão²⁶⁴.

O manuscrito o *Livro Curioso*, conta que os milagres de S. João Marcos estagnaram em 1720, recomeçando apenas no mês de julho de 1779. Quando uma senhora que morava na rua Nova não conseguia andar, nem havia tratamento médico para tal, levaram-na até ao caixão do

²⁶² Mascarenhas, José Freire de Monterroio, *Notícia da Trasladaçam dos ossos do Glorioso S. Joam Marcos...*, p. 10.

²⁶³ *Gazeta de Lisboa*, nº 31, 4 de agosto de 1718, p. 272.

²⁶⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 10.º *Livro dos Termos*, 1723-1734, nº 12, fl. 31.

santo, e saiu de lá locomovendo-se. A notícia rapidamente se espalhou, e começaram a entrar doentes na igreja “huns em carros, outros em bestas, outros apegados a paos”²⁶⁵. A Santa Casa, a 11 de julho de 1779, elegeu quatro irmãos para assistir na igreja, pois “concorre muito pobo”, devido aos recentes milagres²⁶⁶.

Para corresponder à grande afluência de devotos que visitavam as relíquias logo após a sua transladação, tornou-se indispensável tomar algumas resoluções estipuladas maioritariamente no termo de Mesa a 18 de julho de 1718, para uma melhor organização do espaço e dos diferentes tipos de esmolos recebidos. Então, determinaram fazer um caixão “de madeiras fortes e seguras”, com três gavetas, a mais forte para as esmolos em dinheiro deixadas pelos fiéis, e as outras duas para guardar o livro do registo do dinheiro entregue, as esmolos das missas e o livro do registo das ofertas em pão e linho. As esmolos do pão e linho eram colocadas numa arca “mais alta que comprida”, tendo as suas chaves três pessoas²⁶⁷. O mesmo se sucedeu com as chaves das esmolos em dinheiro, que estavam à disposição do provedor do hospital, do escrivão da Misericórdia e do tesoureiro responsável pelas esmolos do santo²⁶⁸.

Criou-se o cargo de tesoureiro das esmolos de S. João Marcos, eleito pela Mesa, aquando da restante distribuição de cargos, a 2 de julho. O tesoureiro teria de ser uma “pessoa abonada de verdade”, e seria o responsável de registar a despesa e receita das esmolos em dois livros distintos, devidamente rubricados e numerados. Não poderia fazer qualquer tipo de despesa sem a autorização da Mesa, com o risco de ter de pagar do seu próprio dinheiro.

Ao fim do mês, e com a ajuda de dois irmãos, registaria as esmolos em dinheiro recebidas. A arca das ofertas em pão e linho deveria ser aberta a cada oito dias, ficando ao arbítrio do tesoureiro o momento da abertura. As esmolos em cera e peças ficariam pendentes as que o tesoureiro quisesse e, as restantes, informaria a Mesa.

Os animais ofertados ao santo, eram usados pelo tesoureiro do hospital para os incluir na alimentação dos doentes. Aqueles que sobrassem seriam vendidos a pregão à porta da igreja, com a ajuda dos dois irmãos que registavam as esmolos, a quem fizesse a melhor oferta. Caso o

²⁶⁵ ADB, Fundo dos Manuscritos, *Livro Curioso*, n° 341, pp. 342-344.

²⁶⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *16.º Livro dos Termos*, 1776-1780, n° 18, fl. 208v.

²⁶⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *9.º Livro dos Termos*, 1709-1723, n° 11, fl. 172.

²⁶⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *9.º Livro dos Termos*, 1709-1723, n° 11, fl. 174.

preço não fosse ajustado, o tesoureiro deveria registrar e avisar a Mesa, bem como todos os assuntos que superintendia²⁶⁹.

O tesoureiro podia contar com a ajuda de mais dois irmãos para assistir na igreja e na caixa das esmolos. Por ser uma tarefa árdua, mas igualmente uma honra, seria distribuída pelos demais irmãos, rotativamente, não havendo distinção entre irmãos nobres e de segundo foro, e que “corrão todos quando lhe tocar com zelo e caridade que pede obra tão pia e Santa do serviso de Deos”. Exceccionalmente, os irmãos da Mesa e deputados não se ocupariam desta tarefa, por terem outros serviços institucionais²⁷⁰. Aqueles que faltassem a esta obrigação teriam de doar 240 réis ao santo²⁷¹, como aconteceu, a 19 de setembro de 1723, com o irmão António Veloso, ourives, que foi riscado, por ter faltado, e não querer pagar a dita quantia, afirmando que iria tirá-la do prato das esmolos²⁷².

Os dois irmãos teriam cada um uma chave da gaveta das esmolos em dinheiro e da arca do pão e linho e registariam num livro rubricado e numerado, todos os donativos oferecidos, e as missas que os devotos mandassem celebrar em invocação ao santo²⁷³.

Várias foram as resoluções tomadas no que concerne às esmolos, como a de 2 de julho de 1720, quando se determinou que as ofertas em ouro e prata fossem dependuradas na imagem do santo e assentadas num inventário elaborado pelo capelão. Nenhuma destas peças, incluindo as roupas e os linhos, poderiam ser vendidas sem autorização dos mesários. Estas só podiam ser retiradas dos seus locais no dia do leilão²⁷⁴.

A crescente afluência de pessoas a visitar e adorar as relíquias de S. João Marcos continuava a crescer, preocupando os órgãos gerentes, que tiveram de tomar novas medidas, a 3 de abril de 1719. Deliberaram que o compartimento situado atrás da sacristia seria utilizado para se guardar os ornamentos, a cera, e tudo o mais que fosse quer dos objetos de culto, quer das

²⁶⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *9.º Livro dos Termos*, 1709-1723, n.º 11, fl. 172v.

²⁷⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *9.º Livro dos Termos*, 1709-1723, n.º 11, fls. 173- 173v.

²⁷¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *10.º Livro dos Termos*, 1723-1734, n.º 12, fl. 23.

²⁷² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *10.º Livro dos Termos*, 1723-1734, n.º 12, fls. 24-25v.

²⁷³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *9.º Livro dos Termos*, 1709-1723, n.º 11, fl. 173v.

²⁷⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *9.º Livro dos Termos*, 1709-1723, n.º 11, fls. 206-206v.

ofertas. A criação de uma nova imagem do santo, mais pequena, tornou-se necessária, para ser transportada até aos enfermos “que piedosamente apelavao para a sua saude e melhora”²⁷⁵.

Foi necessário, também, adicionar um novo cargo, o de servo, para a assistir na igreja do hospital e no culto ao santo. Este homem, à semelhança dos restantes servos, teria de andar vestido de azul, e usar uma cruz de prata com a imagem de S. João Marcos. Competia-lhe ajudar nas celebrações litúrgicas, cuidando da limpeza e manutenção dos altares e, fechar e abrir as portas da igreja. Estava ainda incumbido de entregar os avisos emitidos pela Mesa aos irmãos, relativos a assistência na caixa das esmolos. E era obrigado a viver na casa do hospital²⁷⁶.

A escolha deste cargo recaiu em Bento Ribeiro, filho do alfaiate Filipe Ribeiro, o qual receberia de salário trinta alqueires de pão e doze mil réis em dinheiro, anualmente. O seu salário era pago com os rendimentos das esmolos de S. João Marcos²⁷⁷ que, aliás, serviram para satisfazer muitas das despesas da gestão hospitalar, da administração e reformas na igreja e no hospital.

Porém, surgiram alguns imprevistos, como se verificou com o roubo das grades de prata, que fechavam o túmulo²⁷⁸, ou o desentendimento entre a Misericórdia e o capelão do hospital, pois este reclamou a necessidade de uma nova licença para expor o Santíssimo Sacramento no dia da festa, a 27 de setembro, o que acabou por não se realizar, por não se ter chegado a nenhum acordo. Com o aproximar da celebração da trasladação, os mesários resolveram expor a situação a D. Gaspar de Bragança, que respondeu que o capelão não deveria ter dúvidas, não sendo necessário licença, “em rezão das mesmas festas se fazerem com a referida solenidade por assim mandar insinuar a esta meza o illustrissimo e excelentissimo sr. D. Rodrigo de Moura Telles arcebispo primaz sendo provedor desta caza da mizericordia”²⁷⁹.

Em 1788, as relíquias de S. João Marcos tiveram de ser outra vez trasladadas, por causa do arco da tribuna da capela mor que se abriu, e as paredes que o suportavam se encontrarem inclinadas. A urna dos restos mortais foi transferida em procissão até à igreja da Misericórdia²⁸⁰,

²⁷⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *9.º Livro dos Termos*, 1709-1723, n.º 11, fls. 187-187v.

²⁷⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *9.º Livro dos Termos*, 1709-1723, n.º 11, fls. 187v., 189v.-190.

²⁷⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *9.º Livro dos Termos*, 1709-1723, n.º 11, fls. 187v., 189v.-190.

²⁷⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *14.º Livro dos Termos*, 1757-1769, n.º 16, fl. 391v.

²⁷⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *14.º Livro dos Termos*, 1757-1769, n.º 16, fls. 481-481v.

²⁸⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *18.º Livro dos Termos*, 1787-1791, n.º 20, fls. 63-63v.

disposta da seguinte forma: à frente seguiam duas confrarias, que estavam no convento dos Remédios²⁸¹, depois a irmandade de Santa Cruz e a Santa Casa, e por último, as relíquias em cima de um andor²⁸². Assim percorreu, ordenadamente, pelas ruas de S. Marcos e do Souto até à igreja da Misericórdia²⁸³.

O caixão permaneceu no altar da capela mor da igreja da Misericórdia até dia 27 de abril de 1796, após finalizadas as obras, data em que foi para a igreja de S. Marcos, igualmente, em desfile processional²⁸⁴.

2.7. São João de Deus

Em 1733 decidiu-se reviver a devoção a S. João de Deus, por esta ter “secado”²⁸⁵. Este culto não era exclusivo da Misericórdia bracarense, encontrando-se nas suas congéneres em Viana do Castelo, Castelo Branco, Évora, Montemor-o-Novo, Portel e Guarda²⁸⁶.

João de Deus foi um santo português distinguido pelo seu préstimo no campo da assistência. É responsável pela criação da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, instituição nascida no século XVI, na cidade de Granada, com o propósito de criar e gerir hospitais. Aquando

²⁸¹ A comunidade de Nossa Senhora dos Remédios foi responsável pela fundação de algumas confrarias, como a de Nossa Senhora da Piedade, a das Almas do Purgatório, a de Nossa Senhora de Guadalupe, a de S. João Evangelista e a do Santíssimo Sacramento. Para saber mais sobre este assunto leia-se Silva, Ricardo, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2012, tese de Doutoramento policopiada, p. 566.

²⁸² O último andor feito para os ofícios de S. João Marcos, foi a em 1733, teria de ser “hum andor de talha com todo o primor da arte para as funções do S. João Marcos para o qual se faria hum modelo bem curioso para assim se evitar as despesas”. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *10.º Livro dos Termos*, 1723-1734, n.º 12, fl. 338v.

²⁸³ ADB, Fundo dos Manuscritos, *Livro Curioso*, n.º 341, pp. 593-594.

²⁸⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *19.º Livro dos Termos*, 1791-1799, n.º 21, fls. 194-195v.

²⁸⁵ A mais antiga representação de S. João de Deus nas Santas Casas portuguesas é numa bandeira da Misericórdia da Guarda. Leia-se Borges, Augusto Moutinho, *Os Reais Hospitais Militares em Portugal administrados e fundados pelos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus, 1640-1834*, Lisboa, Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa da Universidade Nova de Lisboa, 2007, tese de Doutoramento policopiada, pp. 292-293.

²⁸⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *10.º Livro dos Termos*, 1723-1734, n.º 12, fl. 308v.

da Guerra da Restauração, entre 1640 a 1668, administrou alguns hospitais reais, de que se destacam os hospitais das praças de Elvas, Olivença e Campo Maior, na província do Alentejo²⁸⁷.

O dia de celebrar esta festividade era a 8 de março e, as despesas eram aportadas pelas rendas do hospital. Aos fiéis eram ofertados, na igreja, uns pães benzidos, os “moletinhos” de S. João de Deus. A sua confeção era deliberada em ata, pois exigia esforços financeiros por parte do hospital, que tinha receitas próprias. Para os confeccionar, a Santa Casa oferecia alqueires de trigo.

Houve anos em que os “moletinhos” não foram distribuídos, devido aos corpos gerentes nem sempre chegaram a consenso e à grande afluência de pessoas que apareciam para visitar o hospital, provocando enormes perdas monetárias e instabilidade aos enfermos, pois circulavam por entre os corredores das enfermarias. Em 1781, ordenou-se que “as portas deste hospital se ficassem e se não ademetissem pelos corredores”²⁸⁸. O hospital era um lugar de resguardo e os internados precisavam de descanso, por isso, a presença de muita gente incomodava-os. Mas há ainda que considerar a falta de segurança. Com muitas pessoas no interior do edifício, era impossível manter a segurança dos seus internos e dos bens, preocupando o órgão gestor.

Numa dessas visitas surgiu António Gonçalves, emigrado no Brasil, o qual foi acompanhado pelo mordomo João de Oliveira, que lhe mostrou como os doentes eram bem tratados, o que representava grande parte das despesas. Comovido, António doou 200000 réis, para dourar a capela de S. João de Deus, situada no claustro do hospital, e onde estava o Santíssimo Sacramento para administrar aos enfermos²⁸⁹. Estas visitas serviam também de estratégia para angariar donativos para o hospital, como se comprova com o exemplo citado.

O arcebispo Gaspar de Bragança, tinha por hábito ir todos os anos visitar os doentes do hospital no dia 8 de março, e fazer uma oração a S. João de Deus. Normalmente, dava uma

²⁸⁷ Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 81.

²⁸⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 17.º *Livro dos Termos*, 1780-1787, n.º 19, fls. 37v.-38.

²⁸⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 16.º *Livro dos Termos*, 1776-1780, n.º 18, fls. 197v.-198.

esmola a cada um de 800 réis²⁹⁰, à semelhança, atrás, do que fizeram outros arcebispos, como aconteceu com D. Rodrigo de Moura Teles²⁹¹.

3. As procissões pelo tempo

Esta prática de culto, de cariz penitencial, não tinha uma data própria, sendo celebrada aquando das necessidades da comunidade ou num dia da invocação de um santo em particular. Eram feitas em momentos de privação e infortúnio como secas, guerras, epidemias, fome, doença, a morte de figuras régias ou do alto clero²⁹², mas também para agradecer a bondade divina por ouvir as suas súplicas.

A realização destas era do interesse mútuo, tanto das comunidades como das instituições religiosas, que viam como um meio de fortalecer ainda mais as devoções, através da intercessão de Cristo, da Virgem e dos santos. No entanto, esta não era uma prática exclusiva da religião católica²⁹³.

Tem várias designações como “ladainhas”, “rogações” ou “clamores”. A palavra ladainha deriva da palavra latina “litaneia”, que significa “rogo”, e por isso, também se podiam chamar de “rogações”²⁹⁴. O “ladairo” ou “ladário”, é como também se designavam estas procissões, que se faziam até às igrejas, santuários e capelas. Similarmente, havia as “romagens penitenciais” a

²⁹⁰ ADB, Fundo dos Manuscritos, *Livro Curioso*, nº 341, p. 46; Peixoto, Inácio José, *Memórias Particulares de Inácio José Peixoto: Braga e Portugal na Europa...*, p. 48.

²⁹¹ Ficou conhecido pela sua ação caritativa e de ajuda para com os pobres. Visitava duas vezes por semana os doentes internados no hospital de S. Marcos, ajudando a servir o jantar, e distribuía doces e esmolas em dinheiro a cada um dos enfermos- Atente-se em Araújo, Maria Marta Lobo de, “A oferta assistencial na Braga Setecentista”, in Rey Castelao, Ofélia; López, Roberto J. (ed.), *El mundo urbano en el siglo de la ilustración*, Santiago de Compostela, Junta da Galiza, 2009, p. 250.

²⁹² João Luís Jácome, nas suas memórias, a 18 de janeiro de 1789, referiu que D. Gaspar de Bragança estava doente, e nenhuma cura estava a resultar. Pedindo, então, que se fizessem preces e procissões, a implorar as suas melhoras. Jácome, João Luís, *Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense (1787-1810)*, Braga, Arquivo Distrital de Braga/ Universidade de Minho, 2013, p. 110.

²⁹³ Barriendos, Mariano, “Les variations climatiques dans la péninsule ibérique: l’ indicateur des processions (XVIe-XIXe siècle)”, in *Revue d’ histoire moderne et contemporaine*, nº 57-3, 2010, p. 158.

²⁹⁴ Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 5..., p. 15.

santuários e ermidas, com percursos a locais retirados, na maioria realizados à noite, o que ocasionava situações propícias a infrações e imoralidades. A juntar a isto, era um ritual com reminiscências pagas, que levou a que, no início do século XIX, algumas fossem proibidas pela Igreja²⁹⁵.

José Leite de Vasconcelos diferencia “ladainha” de “clamor”, dizendo que os clamores são as procissões penitenciais, onde se cantam as ladainhas, sendo a expressão “clamor” utilizada, sobretudo, na zona de Entre Douro e Minho²⁹⁶.

Na cidade de Metz, na França, mais do que qualquer outro préstito, as procissões de rogação eram o principal momento para se dirigirem a Deus em situações de privação, atribuindo 47% das procissões feitas, entre 1403-1525, a condições meteorológicas²⁹⁷. Em Portugal este tipo de ritual acontecia, se bem que muitas destas manifestações poderiam ter um nome diferente. Na cidade de Lisboa, por exemplo, duas procissões como a de Nossa Senhora da Saúde e a do Ferrolho, foram institucionalizadas por causa da peste de 1569, após a qual se seguem outras. A de 1599, constituiu uma grande ameaça de epidemia²⁹⁸.

Isabel dos Guimarães Sá mencionava que estas procissões são um dos rituais menos conhecidos das Misericórdias, fazendo referência a Aveiro, que durante o século XVII fez diversas procissões pela falta ou excesso de chuva, e a dos Açores, que organizava estes cortejos processionais devido aos terramotos²⁹⁹.

Na Misericórdia de Caminha o mesmo se sucedia, tornando-se ao longo do século XVIII, um costume rotineiro na confraria. Recorrendo, não só, por causas naturais, mas também, em circunstâncias de perigo, como anexação da coroa portuguesa a Castela, em 1580³⁰⁰.

²⁹⁵ Para saber mais sobre esta temática consulte-se Marques, João Francisco, “Oração e devoções” in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 614.

²⁹⁶ Vasconcelos, José Leite de, *Etnografia Portuguesa*, vol. IX, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 403.

²⁹⁷ Litzenburger, Laurent, “Temps de fêtes, temps de prières: les pratiques culturelles liées au climat à Metz (vers 1400 – vers 1525)”, in *Annales de l'Est*, n° 1, 2014, p. 189.

²⁹⁸ Sobre os rituais destas duas procissões leia-se respetivamente Oliveira, João Carlos, “Os divertimentos”, in Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal: Do Renascimento à crise dinástica*, vol. V..., p. 673. Gomes, Maria Eugénia Reis, *Contribuição para o estudo da festa em Lisboa no Antigo Regime...*, p. 23.

²⁹⁹ Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal...*, p. 100.

³⁰⁰ Pinto, Sara, *Santa Casa da Misericórdia de Caminha – 500 anos*, Caminha, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, 2015, p. 28.

O primeiro registo deste ritual nas atas da Santa Casa de Braga é de 1617, para se fazer as “procissões pelo tempo”, mandando um aviso ao Cabido³⁰¹. No projeto de 1618-1625, dos estatutos da confraria, mencionaram três percursos³⁰², que se deveriam seguir nos três dias em que se realizavam estas procissões, contudo, não sabemos se estes trajetos se mantiveram na posterioridade. A primeira, dirigir-se-ia a Nossa Senhora a Branca pela rua do Souto, regressando pela rua de São Marcos, até à rua de São João, e depois de visitar a capela do Santíssimo Sacramento, na Sé, se recolheria à Misericórdia. O segundo itinerário iria pela rua de São João até ao convento dos Remédios, retornando pela rua do Anjo em direção ao colégio de S. Paulo³⁰³, seguindo pela rua D. Gualdim Pais, recolhendo-se da mesma forma da primeira. O último percurso dirigia-se ao convento do Salvador através do Campo dos Touros, seguindo pela rua dos Biscainhos até à de São Miguel-o-Anjo, voltando pela rua de Maximinos, entrando pela porta principal da Sé.

A Santa Casa ainda delegou que as bandeiras seriam as mesmas que desfilavam na procissão de Endoenças. Debaixo do pálio ia o andor com Cristo crucificado, que seria levado por quatro ou seis homens “pessoas nobres e dignas de tal lugar”³⁰⁴. O pálio era transportado, por decisão de Mesa a 1630, pelos antigos provedores e escrivães³⁰⁵, e o santo lenho também seguiria debaixo deste³⁰⁶.

³⁰¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, 2.º *Livro dos Termos*, 1598-1632, nº 4, fl. 113.

³⁰² Manuela Milheiro chamou-lhe procissões rogativas e, refere que os seus percursos cercavam os muros da cidade. Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga: A cidade e a festa no século XVIII*, Braga, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, 2003, p. 314.

³⁰³ Na época estava lá instalada a Companhia de Jesus.

³⁰⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Estatutos e assentos desta Santa Caza da Misericordia*, 1618-1625, nº 1, fls. 18v.-18.

³⁰⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, 2.º *Livro dos Termos*, 1598-1632, nº 4, fl. 225.

³⁰⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 5.º *Livro dos Termos*, 1653-1661, nº 7, fl. 100; o Santo Lenho representava, o albergar do corpo de Cristo. Quando não estava exposto, guardava-se no sacrário só podendo ser aberto na presença de todos. Apenas três pessoas tinham a chave, sendo estas o provedor, o escrivão e o mordomo. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 7.º *Livro dos Termos*, 1678-1694, nº 9, fls. 53-53v. Um dos principais bens da Ordem Terceira de Braga era a relíquia do Santo Lenho. Veja-se Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*, Braga, Universidade do Minho, 2009, tese de Doutoramento policopiada, p. 68.

Figura 13 – Santo Lenho com relicário (século XVII)



Fonte: Objeto de exposição permanente no Museu do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga. Créditos de @Luís Ferreira Alves.

No Compromisso de 1628, estes cortejos já não aparecem descritos, contudo, continuou-se, nos séculos XVII e XVIII, a cumprir com este ritual. No ano de 1658, era a terceira vez que a Misericórdia realizava as “procissões pelo tempo”, para evitar as doenças, o mau tempo e, como retribuição, celebrar “bom sucesso de nossas armas”³⁰⁷, uma vez que Portugal encontrava-se no período da guerra da Restauração (1640-1668)³⁰⁸, ou seja para além da alusão à doença, havia também uma dimensão política. Já em 1660, realizaram-nas pela falta de água, pelo gado e pelas colheitas de centeio³⁰⁹.

³⁰⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 5.º *Livro dos Termos*, 1653-1661, nº 7, fl. 100.

³⁰⁸ Acerca da situação das Misericórdias do Alto Minho durante a guerra da Restauração atente-se em Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias do Alto Minho no contexto da guerra da Restauração”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. 1, XXXVI, 2002-2003, pp. 461-473.

³⁰⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 5.º *Livro dos Termos*, 1653-1661, nº 7, fl. 146. As têmperas em dezembro, originalmente serviam para agradecer a intercessão divina nas colheitas do vinho e cereais. Consulte-se Vaz, A. Luís, *Natal de Braga, Natal português: origens, história, significado*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p. 42

Os gastos com estes desfiles processionais de penitência e preces incluía o sacristão que tangia os sinos, os servos na assistência, as armações, a música, os sermões e lenha para lavar os pés dos penitentes que levavam a imagem de Cristo³¹⁰. Estes dados, escassos, só nos apareceram até 1715, no livro da despesa do mordomo.

As procissões realizavam-se em conjunto com o Cabido e outras confrarias, que era “uso antequicimo sahir esta Irmandade em procissão [...]. Aonde o Reverendo Cabido hia de manham com a sua procissão; hir esta de tarde”³¹¹, ou seja, o Cabido executava as procissões da parte da manhã, e a Santa Casa da parte da tarde. Todavia, a confraria não requeria deste órgão eclesiástico ou do arcebispado qualquer tipo de permissão, nestas circunstâncias³¹².

A reunião de outras instituições religiosas para revigorar e dignificar estas “procissões pelo tempo”, era uma prática que se vai tornando ordinária. A Misericórdia, além de obrar com o Cabido, também o fez com a confrarias do Bom Jesus do Monte e de Santa Maria Madalena, da Falperra. A primeira, pedia em 1788, licença para trazer a sua imagem em “via crucis” até à igreja da Santa Casa, indo depois acompanhar a confraria até à igreja de S. Victor. No ano a seguir, pediu permissão para trazer outra vez a imagem, para implorar o fim das chuvas³¹³.

Todavia, a confraria de Santa Maria Madalena, da Falperra, irá solicitar muitas mais vezes à Mesa para expor a imagem da sua santa na igreja da Misericórdia. Esta constituiu-se em 1635, anteriormente já existia no monte da Falperra uma capela dedicada à santa, que D. Diogo de Sousa mandou fazer lá obras no período da sua prelatura. Mais tarde, em 1741, a confraria ordenou construir umas casas, pois era um local de passagem de romeiros³¹⁴.

Denotava-se que era uma instituição dependente da caridade de outras congéneres, pois a sua igreja foi-se edificando com donativos, como, por exemplo, de D. Rodrigo de Moura Teles que doou 3.000 cruzados, durante o seu mandato como arcebispo³¹⁵. Assim como pediu à Santa

³¹⁰ Em 1695, o custo do padre que ia ranger os sinos era de 350 réis, os servos a 350 réis, e a lenha para lavar os pés a 60 réis. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n.º 681, fl. 38v.

³¹¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *10.º Livro dos Termos*, 1723-1734, n.º 12, fl. 113.

³¹² O provisor do arcebispado queria que a Santa Casa lhe pedisse permissão para saírem as procissões nos três dias, mas “se rezolveo que pella posse em que estamos e provizois dos senhores reis se não pede licença nem ouveça procissão”. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *10.º Livro dos Termos*, 1723-1734, n.º 12, fls. 114-114v.

³¹³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *18.º Livro dos Termos*, 1787-1791, n.º 20, fls. 80v., 109.

³¹⁴ *Estatutos da Irmandade de Santa Maria Madalena do Monte*, Braga, s.e., 1952, pp. 5-6.

³¹⁵ *Estatutos da Irmandade de Santa Maria Madalena do Monte*, Braga, s.e., 1952, p. 6.

Casa um vestido para a Santa Maria Madalena, em 1737, que custou 78635 réis³¹⁶, e em 1750, a 84500 réis, mais uma esmola para a confraria de 12800 réis³¹⁷.

A devoção a Santa Maria Madalena teria ocorrido na Santa Casa, em 1700, aquando da realização de uma missa, com música, que envolveu atabales, charamelas e trombeta, gastando-se 1,140 réis, mais com capelão mor e os seus assistentes a 300 réis³¹⁸.

Contudo, foi em 1745, que pediu licença à Misericórdia para deslocar a imagem de Santa Madalena, a para a sua igreja, fazendo culto à sua imagem³¹⁹. Em 1755, os irmãos solicitaram a realização de uma procissão com a santa e a imagem de Cristo, devido ao terramoto de Lisboa³²⁰, pois ela funcionava como a “advogada do bom tempo”³²¹. Pelo mesmo motivo, a 31 de janeiro de 1761, “hum grande tremor de terra que durou coaze hum coarto de hora”, provocando a derrocada de casas, o arcebispo mandou que as preces fossem feitas, e saísse a procissão à noite com as imagens de Nossa Senhora da Torre, S. Francisco de Borja, o Santo Lenho debaixo do palio, e cinco padres a pregar³²². Numa outra procissão a 5 de outubro de 1768, para parar a chuva, além da imagem de Santa Maria Madalena e do Bom Jesus do Monte, também se juntaram as do Senhor dos Passos, a da Senhora da Torre, a da Senhora da Piedade, e outras que as confrarias levavam nos seus respetivos andores. Mesmo com fortes aguaceiros, a procissão saiu, indo as mulheres a gritar pelas ruas, pedindo misericórdia divina³²³. Pelo contrário, em 1775, D. Gaspar de Bragança, pediu aos cônegos do Cabido, para fazerem uma procissão de ação de graças, como forma de agradecimento pelas chuvas, o que permitiu “esperança de termos pão quotidiano.”³²⁴

³¹⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *11.º Livro dos Termos*, 1734-1746, nº 13, fls. 135-135v.

³¹⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro da Despesa do Tezoureiro da Santa Casa*, 1724-1756. nº 671, fls. 396, 487.

³¹⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, nº 681, fls. 134v.-135.

³¹⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *11.º Livro dos Termos*, 1734-1746, nº 13, fl. 390v.

³²⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *13.º Livro dos Termos*, 1751-1757, nº 15, fl. 192v. Após este terramoto, o rei D. José instituiu a procissão de Todos os Santos, no segundo domingo do mês de novembro, em agradecimento pela salvaguarda da família real durante esta catástrofe. Leia-se Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga: A cidade e a festa no século XVIII...*, p. 317.

³²¹ Peixoto, Inácio José, *Memórias Particulares de Inácio José Peixoto: Braga e Portugal na Europa...*, p. 53.

³²² ADB, Fundo dos Manuscritos, *Livro Curioso*, nº 341, pp. 76-77.

³²³ ADB, Fundo dos Manuscritos, *Livro Curioso*, nº 341, pp. 178-179.

³²⁴ ADB, Fundo das Gavetas do Cabido, *Cartas do Arcebispo Dom Gaspar dos anos de 1575 té o de 1788*, tomo 13º, nº

Figura 14 - Imagem de Santa Maria Madalena



Fonte: *Estatutos da Irmandade de Santa Maria Madalena do Monte*, Braga, s.e., 1952, não

paginado³²⁵.

Até 1800 foram várias as petições feitas para trazer a imagem, assim como em 1778, para levar igualmente a figura do Bom Jesus, como se verificou em 1778³²⁶. Em agosto de 1808, ano em que os franceses tomaram a cidade, suspendeu-se muitas cerimónias, pelo medo e terror imposto. O arcebispo José da Costa Torres (1806-1813), interrompeu as procissões de penitência noturnas, e nesses três dias de preces, tudo foi feito sem grande aparato. Tanto José da Costa Torres (1806-1813) como o seu coadjutor não compareceram a nenhum ofício. Inácio José Peixoto traçou Braga nesse período como “Fanfarronando de padres pelas ruas com espadas, fitas, cordoens e armas e as igrejas desertas de sacerdotes! Todos inquietos e não faz o clero uma procissão devota publica e de dia!”³²⁷.

Apesar deste cenário, ao longo do século XIX, a imagem de Santa Maria Madalena continuou a marcar presença na igreja da Misericórdia, sendo o mês de agosto o escolhido para a sua vinda, sem nenhum motivo relacionado com as preces pelo tempo³²⁸.

174.

³²⁵ Os estatutos consideram esta como a imagem mais antiga da Santa e, provavelmente a que era levada para a igreja da Misericórdia.

³²⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *16.º Livro dos Termos*, 1776-1780, nº18, fl.157

³²⁷ Peixoto, Inácio José, *Memórias Particulares de Inácio José Peixoto: Braga e Portugal na Europa...*, p. 282.

³²⁸ Veja-se para esta matéria Castro, Maria de Fátima, *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga...*, p. 229.

4. As relações da Misericórdia com as outras instituições religiosas bracarenses na prática do culto e nas celebrações festivas

As relações entre confrarias para enaltecer o culto religioso era uma prática recorrente, estabelecendo tratos de cordialidade, demonstrando o poder económico de umas em relação a outras, como é o caso da Misericórdia. Nas fontes consultadas é visível a ajuda da Santa Casa a outras confrarias, sobretudo no que referia à cedência de paramentos e alfaiais. Houve mesmo ocasiões em que ofertou esmolas.

Enquanto a Misericórdia realizava a procissão de Endoenças na quinta-feira, a irmandade de Santa Cruz fazia a procissão do Enterro e o Descimento do Senhor na sexta-feira Santa³²⁹. Contrariamente à Santa Casa, o poder económico desta não conseguia suportar as despesas destas duas procissões, pelo que foi decidido nos estatutos da irmandade de Santa Cruz em 1762 que estas se realizassem apenas de dois em dois anos, e nunca as duas no mesmo ano, visando tornar as despesas mais suaves. Nesse mesmo ano, os confrades de Santa Cruz enviaram uma petição para pedir as cortinas para o Lausperene, ao que a Mesa da Misericórdia determinou que “o mordomo da caza e capelão mor desem tudo o que necessario for para a referida função”³³⁰. Mas já no ano de 1745 a situação económica não devia ser favorável, escrevendo duas cartas às confrarias da Misericórdia e dos Passos, para estes lhe cederem os paramentos necessários para a procissão do Enterro do Senhor, pois os seus mesários não tinham recursos monetários para os comprar³³¹.

Em 1783, a Mesa, juntamente com a junta de deputados, decide emprestar os ornatos à irmandade³³², assim como em 1792, ceder as lanternas de prata, e pela sua generosidade “a Irmandade também se ofereçeo a imprestarem as suas a esta caza”³³³. Alguns anos antes, os irmãos de Santa Cruz, conjuntamente com o dos Santos Passos³³⁴, solicitavam à Santa Casa o

³²⁹ Em 1760, a Santa Casa mandou fazer um camarote para assistir ao descimento da Cruz. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *14.º Livro dos Termos*, 1757-1769, nº 16, fl. 94v.

³³⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *14.º Livro dos Termos*, 1757-1769, nº 16, fl. 159v.

³³¹ Leia-se a propósito Silva, Elsa Liliana Antunes da, *As festas da confraria de Santa Cruz de Braga no século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2013, tese de Mestrado policopiada, pp. 40-44.

³³² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *17.º Livro dos Termos*, 1780-1787, nº 19, fls. 113-113v.

³³³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *19.º Livro dos Termos*, 1791-1799, nº 21, fl. 24.

³³⁴ Estas duas confrarias, a de Santa Cruz e do Bom Jesus dos Santos Passos, focavam-se na devoção da paixão e morte

pano de veludo que cobria a tumba, para o usarem na “na função do aniversario da mesma caza”, ao qual à Mesa autorizou, também pela relação de mútua correspondência com estas confrarias³³⁵.

Por vezes, a Misericórdia também alugava tochas para a procissão do Enterro, como estava escrito no recibo do mordomo Domingos de Moura, que alugou cinquenta e oito tochas para a irmandade de Santa Cruz³³⁶. O mesmo acontecia para os irmãos do Santo Ofício na festa que realizavam na igreja da Misericórdia a S. Pedro Mártir, que alugavam cera e tochas³³⁷, assim como para uma procissão do Cabido, que alugaram dezassete tochas, entre 1739 a 1740³³⁸.

As relações com o Cabido tendiam em certas ocasiões, para a discórdia, pois é com estas manifestações que se fazem ver, no seio da sociedade, as hierarquias eclesiásticas e civis³³⁹. Em 1628 os cônegos não foram à véspera, nem cantar as vésperas de Santa Isabel. Em retribuição a Santa Casa não os foi acompanhar na procissão de sexta-feira Santa³⁴⁰. Contudo, como já abordámos no tema das procissões pelo tempo, estas duas identidades mantinham uma relação afável no decorrer destas celebrações. A par de outras congregações religiosas, como a de Santa Maria Madalena, à qual era permitia a vinda da imagem da mesma santa para a igreja da Misericórdia, e que o mordomo da casa emprestava os ornatos e o mais que fosse preciso para o decorrer da sua procissão³⁴¹.

A igreja de S. João Marcos, por estar sob a administração do hospital, que necessitava recorrentemente de elevadas verbas para o manter, talvez se descuidasse um pouco no brio do seu culto. No ano de 1785, os mesários, com a junta de deputados, mandaram fazer uma capa

de Cristo. Consulte-se Ferraz, Tiago, “As confrarias bracarenses no século XVIII: uma abordagem”, in *Oficina do Historiador*, EDIPUCRS, v.9, nº1, Porto Alegre, 2016, p. 345.

³³⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *15.º Livro dos Termos*, 1769-1776, nº 17, fl. 275.

³³⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Recibo de Mordomos*, 1732-1810, nº 678, fl. 13.

³³⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Recibo de Mordomos*, 1732-1810, nº 678, fls. 19v., 38.

³³⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Recibo de Mordomos*, 1732-1810, nº 678, fl. 18.

³³⁹ Romero Mensaque, Carlos José, “Sentimento religioso y actitudes conflictivas en las hermandades de penitencia de Sevilla durante el siglo XVIII”, in *Revista de Humanidades*, nº 18, 2011, p. 71.

³⁴⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *2.º Livro dos Termos*, 1598-1632, nº 4, fl. 210.; ADB, Fundo das Gavetas do Cabido, *Livro 2º das Sentenças*, nº 13, não paginado.

³⁴¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *15.º Livro dos Termos*, 1769-1776, nº 17, fl. 466v.

de asperges de damasco³⁴² branco castelhano, para a função da novena do tríduo de S. João Marcos, evitando assim que se voltasse a pedir a “diferente corporações”³⁴³.

Os únicos aos quais era possível emprestar os ornamentos de S. João Marcos, era ao convento dos Remédios, pela boa relação que mantinham com o hospital³⁴⁴. Mas em 1734, os mesários ordenaram que não se cedesse qualquer tipo de ornamentos a nenhuma instituição religiosa, e que o irmão que o fizesse pagaria uma multa no valor de 4800 réis³⁴⁵.

Relativamente às esmolas concedidas em dinheiro, a Santa Casa recebia petições³⁴⁶ dos religiosos de São Frutuoso, para ajudar a expor o Santíssimo Sacramento e para a cera de quinta-feira de Endoenças³⁴⁷. O mesmo se sucedeu com os religiosos do convento do Carmo, para ajudar na compra da cera do santo sepulcro, nesse mesmo pedido 1200 réis foram para os religiosos do Carmo, e 2400 réis, para os de São Frutuoso³⁴⁸. As petições para a cera do santo sepulcro ou exposição do Santíssimo Sacramento, por vezes, não eram só de instituições locais, estendendo-se aos religiosos de São Francisco, de Guimarães³⁴⁹, de São Francisco, de Vila do Conde³⁵⁰, de São Paio do Monte³⁵¹ ou às freiras do Calvário, da cidade de Évora³⁵².

³⁴² Para saber o que é damasco consulte-se no capítulo III, p. 107, nota de rodapé 78.

³⁴³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 17.º *Livro dos Termos*, 1780-1787, nº 19, fl. 186v.

³⁴⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 9.º *Livro dos Termos*, 1709-1723, nº 11, fls. 232v.-233.

³⁴⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 9.º *Livro dos Termos*, 1709-1723, nº 11, fls. 28-28v.

³⁴⁶ Sobre esta temática, das petições feitas por instituições religiosas à Misericórdia de Braga veja-se em Araújo, Maria Marta Lobo de, “Assistir os pobres e alcançar a salvação”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013...*, pp. 474-476.

³⁴⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 14.º *Livro dos Termos*, 1757-1769, nº 16, fl. 159; 16.º *Livro dos Termos*, 1776-1780, nº 18, fl. 66.

³⁴⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 10.º *Livro dos Termos*, 1723-1734, nº 12, fl. 184.

³⁴⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 15.º *Livro dos Termos*, 1769-1776, nº 17, fl. 142.

³⁵⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 14.º *Livro dos Termos*, 1757-1769, nº 16, fls. 241v.-242.

³⁵¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 10.º *Livro dos Termos*, 1723-1734, nº 12, fl. 234.

³⁵² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro da Despesa do Tezoureiro da Santa Casa*, 1726-1754, nº 671, fl. 31.

Capítulo III- As práticas e objetos de culto nas festividades da Misericórdia de Braga

1. As esmolas

O número de pobres na cidade de Braga e nos seus arredores aumentou na segunda metade do século XVI, devido a vários fatores, entre os quais as pestes. As confrarias viam a sua capacidade de ajuda reduzida, com a falta de cereais e preços inflacionados¹. Perante a incapacidade de socorrer todos os que necessitavam, foi preciso selecionar, criando-se critérios. Assim, se uns foram considerados merecedores, outros não beneficiaram da esmola por não serem tidos como pobres merecedores². Por exemplo, D. Manuel I na Misericórdia de Lagos, deu autorização para examinar os pedintes, e selecionar os “bons pobres” ou na confraria de São Vicente de Braga, quando se recebia as petições particulares, entregava-se o documento ao visitador dos enfermos, para este investigar sobre as circunstâncias em que vivia o requerente³. Laurinda Abreu, caracterizou este pobre “merecedor” como trabalhador, mas que em momentos de fragilidade económica foi auxiliado pela família, vizinhos ou instituições, ao contrário, do pobre que pedia nas ruas, sujeito a uma licença para mendigar⁴.

Os mais carenciados recorriam à ajuda destas instituições, na maioria das circunstâncias, por enfermidades, velhice, falta de posses monetárias, em momentos de guerra, instabilidade agrícola e migrações, entre outros, consequentemente, a atuação das Misericórdias no campo da assistência espiritual e material era crucial.

Como forma de manifestações públicas, as Santas Casas esmolavam aos pobres regularmente, às quartas e aos domingos, após a celebração da missa, distribuindo esmolas em

¹Araújo, Maria Marta Lobo de, “Pedir, dar y recibir: las limosnas a los pobres en la Misericordia de Braga (siglos XVII- XVIII)”, in *Espacio, Tempo y Forma*, serie IV, nº 29, 2016, p. 210.

² Sobre esta temática atente-se em Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 35.

³ Para a confraria de São Vicente consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Assuntos de pobres: as esmolas dos confrades de São Vicente de Braga (1783-1839)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord.), *Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica*, Braga, CITCEM, 2011, p. 115

⁴ Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, pp. 22-37.

dinheiro e pão⁵. As festividades onde os mais necessitados viam uma assistência redobrada eram nos dias de Santa Isabel, dia de Todos os Santos, Natal e ao longo da Quaresma.

O dia de Santa Isabel, conjugava a caridade e o poder, demonstrando a capacidade económica da Misericórdia, pois os gastos em esmolas eram avultados e, por isso, assentados em Mesa. As esmolas poderiam ser dadas geral ou particularmente, em dinheiro ou em géneros, como pão e roupa, dando, por exemplo, quatro mil réis para “roupas de bestir de que mais necessitar”, em julho de 1741⁶. Os tipos de peças de vestuário⁷ não apareciam descriminados.

Sentia-se dificuldades, por vezes, em cobrir o valor das esmolas, como no ano de 1741, em que só esmolou aos pobres 44000 réis à porta⁸, determinando mesmo em ata “acudir primeiro a necessidade da caza, do que a dos pobres”⁹. Perante a dificuldade de conseguir o equilíbrio orçamental, a instituição dava por vezes, prioridade à manutenção quer da Casa, quer do hospital de S. Marcos, deixando os pobres para um segundo plano¹⁰.

Apesar de os mesários revelarem esta preocupação neste ano, houve anos em que o valor das esmolas foi abaixo de 44000 réis, como aconteceu em 1765, 1770 e 1773, como se pode observar no gráfico 1, elaborado com base nos anos que continham mais informação discriminada. Este permite-nos ainda constatar que a distribuição das esmolas “gerais e

⁵ A distribuição de esmolas em dinheiro e roupa era uma das responsabilidades das Misericórdias. Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Charity practices in the portuguese brotherhoods of Misericórdias (16th-18th centuries)”, in Laurinda Abreu (ed.), *European Health and Social Welfare Policies*, Blansko, Compostela Group of Universities, 2004, p. 2.

⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 12.º *Livro dos Termos*, 1746-1751, nº 14, fl. 161v.

⁷ Estas peças poderiam ser os capotes, as capas ou mantilhas pois “encobriam todas as misérias”. Acerca deste tema leia-se Lopes, Maria Antónia, *Protecção social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 193.

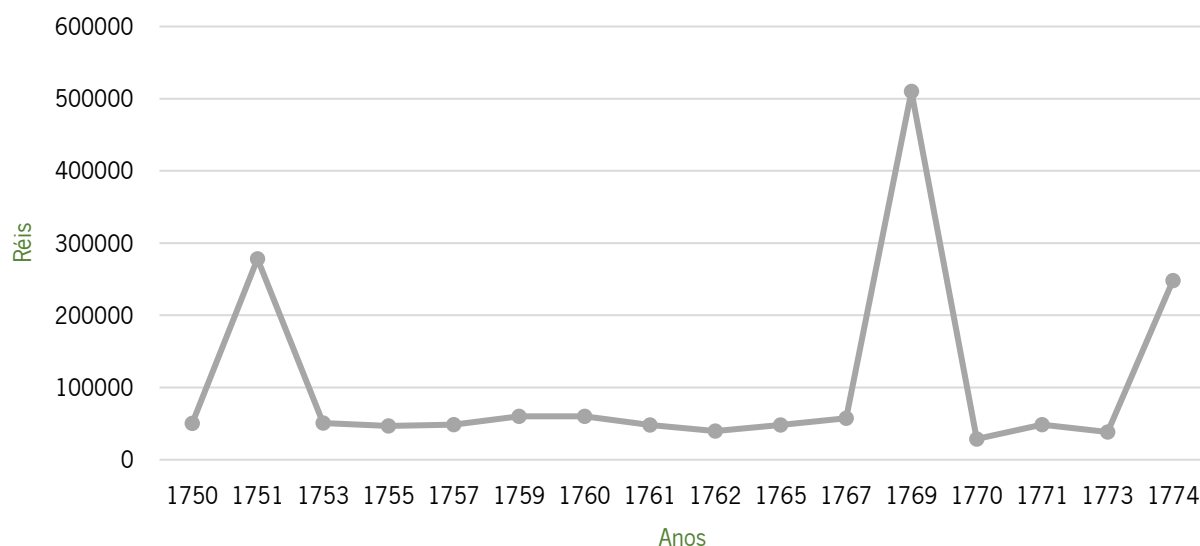
⁸ Em 1679, a distribuição de esmolas no dia da Visitação, ocorreu dentro da igreja, dando a todos os pobres que lá se encontravam. Atente-se em Araújo, Maria Marta Lobo de, “Assistir os pobres e alcançar a salvação”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga: 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 465-466.

⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 11.º *Livro dos Termos*, 1734-1746, nº 13, fl. 266v.

¹⁰ No ano de 1706, na Misericórdia de Braga, enquanto não se terminassem as obras do hospital, propostas pela Mesa, as esmolas em dinheiro e vestuário não seriam distribuídas. Eram satisfeitas, apenas as petições dos doentes que não se pudessem deslocar ao hospital. Consulte-se Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Assistência Material e Espiritual (das origens a cerca de 1910)*, vol.III, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e Autora, 2006, p. 71.

particulares” não era linear, existindo picos discrepantes como verificou nos anos de 1751, 1774 e 1769. Nessa altura, a despesa ascendeu a 509980 réis.

Gráfico 1 - Esmolas "gerais e particulares" nas festas de Santa Isabel (1750-1774)



Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 15.º *Livro dos Termos*, 1769-1776, nº 17; *Livro da Despesa do Tezoureiro da Santa Casa*, 1726-1754, nº 671; *Livro de despesas*, 1757- 1792, nº 674.

As despesas com os presos do castelo também integravam este rol, bem como a criada da “panela dos presos” e o servo da sacristia, os servos, os irmãos pobres e seus filhos e as beatas do Campo da Vinha. Estes três últimos recebiam esmolas em géneros, como aconteceu no ano de 1771, com a distribuição de quarenta e dois alqueires para os servos, a cada irmão pobre dois, assim como para cada uma das beatas, com a exceção da regente, que recebeu quatro alqueires¹¹.

As esmolas “gerais” poderiam ser oferecidas à porta da Misericórdia, no final da missa¹². As petições particulares também poderiam ser feitas por membros de ordens religiosas, como foi o caso dos frades franciscanos de S. Frutuoso. Esta ordem religiosa, como Stuart Woolf referiu, escolhia uma pobreza voluntária ou envergonhada, sendo uma característica que lhe conferia um estatuto específico na sociedade¹³. A estes religiosos, em 1754, foi-lhes concedida uma esmola

¹¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 15.º *Livro dos Termos*, 1769-1776, nº 17, fls. 112v.-113.

¹² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 14.º *Livro dos Termos*, 1757-1769, nº 16, fl. 161v.

¹³ Woolf, Stuart, *The poor in Western Europe in the eighteenth and nineteenth centuries*, London, Methuen, 1986, p. 9.

de três mil réis¹⁴. Porém, também recebiam esmolas em carne, na época da Quaresma, e em dinheiro pela responsabilidade que lhes era atribuída frequentemente de pregarem o sermão durante a Quaresma e o dia de Santa Isabel.

O ritual da morte, era uma das principais manifestações das Misericórdias e, claro está, o dia dedicado aos que já partiram não poderia ser esquecido. Os dias de Todos os Santos¹⁵ e dos Fiéis Defuntos, requeriam outros rituais, mas as esmolas também representavam uma parte da despesa.

Em Mesa, os irmãos decidiam quem iria repartir as broas¹⁶, que eram feitas com os alqueires entregues pelo celeireiro, e o dinheiro pelos mais necessitados, atendendo-se, assim, às petições particulares¹⁷. No ano de 1788, “havião feito para se poder suprimir esta despesa, era necessario deliberar se havia ou não de dar a dita esmola”, decidiu-se que se dessem nove alqueires de trigo a cada um dos irmãos para repartir, ou seja, não se confeccionariam as broas¹⁸.

No rol dos beneficiados integravam-se também os presos. Em 1794, estes recebiam 120 réis cada um, tanto os do aljube como os do castelo. A cada uma das beatas de Santo António dava-se 480 réis; aos serventes da casa 480 réis, e aos filhos destes 240 réis; aos serventes do hospital também 240 réis, à exceção de dois procuradores, Custódio Lopes e Rafael António Palhão, que recebiam 480 réis cada um¹⁹.

Através do gráfico 2, elaborado com os anos para os quais tínhamos mais informação, podemos constatar que o valor com estas esmolas poderia chegar aos 193260 réis, sendo inferior aos máximos das esmolas de Santa Isabel (ver gráfico 1). O mesmo se observa com o valor mínimo

¹⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 13.º *Livro dos Termos*, 1751-1757, nº 15, fl. 112v.

¹⁵ No *Almanaque Enciclopédico*, de 1897, dirigido por Eça de Queirós, a Festa de Todos os Santos era denominada “Dia do Pão por Deus”. Em algumas vilas portuguesas, neste dia os rapazes iam pedir pelas portas o pão, e recebiam tremoços e nozes. Leia-se para este assunto Vasconcelos, José Leite de, *Etnografia Portuguesa*, vol. VIII, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 478.

¹⁶ No ano de 1710, de janeiro a junho, a padeira cozeu broas para se distribuir aos sábados. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, nº 681, fl. 310.

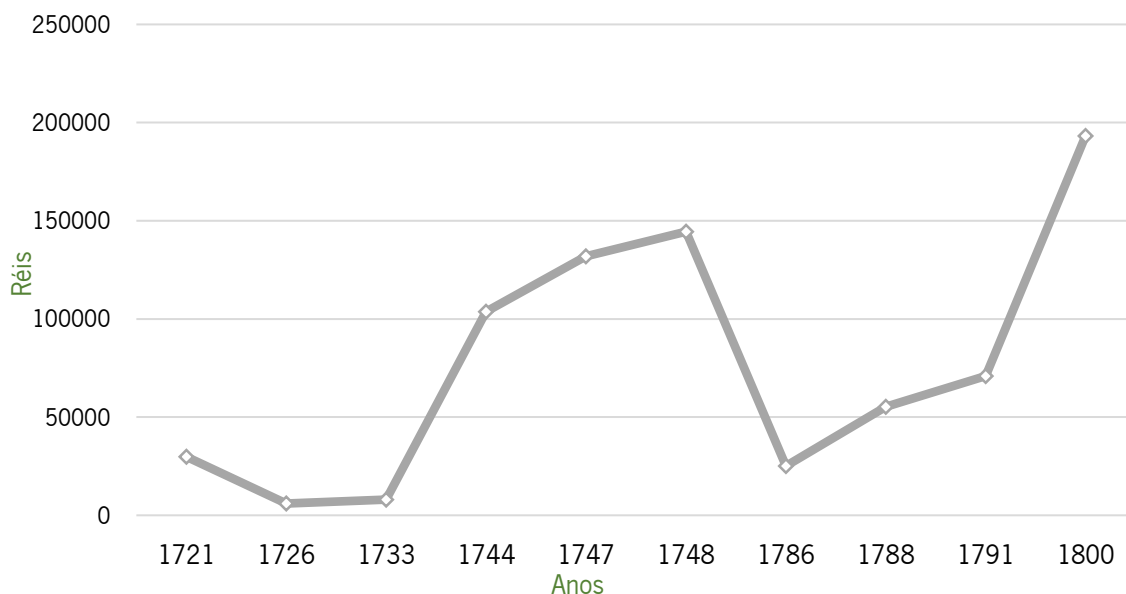
¹⁷ Na Misericórdia de Ponte de Lima, repartia-se, no dia dos Fiéis Defuntos, uma esmola em alimentos, podendo ser carne, peixe ou pão. Em 1677, as esmolas davam-se também em dinheiro. E a partir de 1724, distribuía-se somente pão. Sobre este assunto consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de “A festa dos Fiéis-Defuntos na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII e XVIII)”, in *Revista CEPIHS*, 6, 2016, p. 190.

¹⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 18.º *Livro dos Termos*, 1787-1791, nº 20, fl. 82.

¹⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 19.º *Livro dos Termos*, 1791-1799, nº 21, fls. 136-136v.

das esmolas, que para esta festividade era de 6000 réis, e para a de Santa Isabel era de 28800 réis, demonstrando a importância e o reconhecimento que a Misericórdia bracarense esperava ter no dia da sua padroeira.

Gráfico 2 - Esmolas em dinheiro concedidas nos dias de Todos os Santos e Fiéis Defuntos (1721-1800)



Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 12.º *Livro dos Termos*, 1746-1751, nº 14; 20.º *Livro dos Termos*, 1799-1806, nº 22; *Despeza do Tesoureiro*, 1711-1724, nº 670; *Livro da Despeza do Tezoureiro da Santa Caza*, 1726-1754, nº 671; *Livro de despesas*, 1757-1792, nº 674.

A prática de distribuir esmolas “gerais” em épocas festivas, como os dias de Todos os Santos e Fiéis Defuntos e de Santa Isabel foi progressivamente perdendo força, acabando mesmo por findar no século XIX, com exceção das que eram dadas aos irmãos, seus filhos e conhecidos. Os motivos deveram-se à diminuição do número de legados e, um aumento dos gastos na área da saúde²⁰, como já referido. Em 1788, a Junta, ponderou suprimir a despesa das esmolas por ocasião de Todos os Santos e Fiéis Defuntos. No ano de 1800, no dia dos Fiéis Defuntos, o mordomo António José Duarte de Carvalho gastou três mil e duzentos e sessenta réis, só com as

²⁰ Araújo, Maria Marta Lobo de, “Pedir, dar y recibir: las limosnas a los pobres en la Misericordia de Braga (siglos XVII-XVIII)” ..., p. 219.

esmolas a nove irmãos pobres; quarenta e um filhos de irmãos pobres e trinta e cinco presos do castelo e do aljube²¹.

Uma outra festividade importante para os católicos é o Natal, sinónimo de compaixão. Como já referimos, a partir de 1685, Pedro da Lomba, que faleceu no Brasil, instituiu um legado, que consistia em comprar carros de lenha, com o dinheiro a juro que deixou à Misericórdia, para distribuir aos pobres mendicantes e “quem reportarse esta lenha terem cuidado de dizer aos ditos pobres que rezacem um padre nosso he huma ave maria pela alma do dito testador”, despendendo quase todos os anos o valor de 8000 réis²².

Por ser um bem essencial, muitas vezes em falta, os alimentos complementavam os salários e, por isso, os géneros alimentares tinham também uma função importante de remunerar os funcionários²³. Assim, retribuía-se a consoada dos servos na véspera de Natal, que rondava os 300 réis²⁴, assim como as pitanças dadas a certos assalariados, que complementavam o seu ordenado.

Segundo o Compromisso, após o Natal, os irmãos eram incumbidos de fazer uma visita geral, vendo quais eram as necessidades dos locais que administrava, como o hospital de S. Marcos e o recolhimento de Santo António do Campo da Vinha; mas também a cadeia do castelo. Quatro dias após o dia de São Miguel, deveriam ir pelos bairros para verificar se as esmolas eram bem empregues²⁵, ou seja, se eram distribuídas aos merecedores.

Na Quaresma, originalmente, o jejum era uma prática penitencial, que servia para reforçar a força espiritual, que se realizava durante dois dias, tornando-se, a partir do século IV, num período de quarenta dias, que consistia em não ingerir carne, nem produtos de origem animal, e

²¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *20.º Livro dos Termos*, 1799-1806, n.º 22, fl. 47.

²² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *7.º Livro dos Termos*, 1678-1694, n.º 9, fls. 59v.-60.

²³ O mesmo se sucedia nas Misericórdia de Viana de Foz do Lima (atual Viana do Castelo), e nas restantes congéneres. Sobre este assunto atente-se em Magalhães, António, “Dar de comer aos famintos e salário aos que trabalham: a dupla função dos géneros alimentares na atividade caritativa da Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Lázaro, António Clemente; Ramos, Anabela; Esteves, Alexandra (coord.), *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo*, Braga, CITCEM, 2012, pp. 104-106.

²⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n.º 681, fls. 145v., 245; *Livro de Mordomos-Despeza*, 1717-1748, n.º 682, fls. 98v., 309, 339v.

²⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, n.º 2, fl. 11.

comer peixe em dias específicos²⁶. As *Constituições Sinodais* de 1697 estabeleciam que os almotacés e mais oficiais proibissem a venda de carne nos açougues, nas praças e ruas, exceto a que fosse necessecária para os doentes. Também os jovens em idade inferior a vinte e um anos, os idosos que passassem dos sessenta anos e as mulheres grávidas²⁷. A carne entregue aos grupos que assinalaremos visava, provavelmente, fortalecer os seus corpos num período de rigor alimentar.

Esta modalidade de ajuda, em bens alimentares, era recorrente para com aqueles que estavam sob administração da Santa Casa, como as beatas do Campo da Vinha²⁸ e os doentes do hospital, que poderiam ver a sua alimentação melhorada, mas também aos servos da casa, aos frades de S. Frutuoso e os presos²⁹.

A maioria das despesas registadas não especifica o dia festivo em que é distribuída a carne, porém em 1712, particulariza-se o sábado de Aleluia, com o envio de uma arroba de carne aos frades de S. Frutuoso, e meia arroba às beatas³⁰.

Em 1717 a Misericórdia enviou a “carne dos Religiosos de S. Francisco uma arroba de carne na festa da Pascoa”³¹. Os restantes registos apresentam apenas a quantidade recebida,

²⁶Cross, Frank Leslie; Livingstone, Elizabeth A. (ed.), *The Oxford dictionary of the Christian Church*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1997, pp. 599-600.

²⁷ *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha no anno de 1639 e mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa arcebispo de Braga primas das Espanhas em Janeiro de 1697*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697, pp. 165, 167.

²⁸ O consumo da carne era zelosamente controlado. As recolhidas estavam proibidas de a ingerir às segundas e quartas-feiras, com exceção se recaísse num dia santo. Atente-se no trabalho de Machado, Manuela, “Alimentar o corpo e saciar o espírito no recolhimento de Santo António no século XVIII”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord.), *Hábitos Alimentares e práticas quotidianas nas instituições portuguesas da Idade Moderna ao Período Liberal*, Braga, Lab2PT, 2015, pp. 32-33. Em Ponte de Lima, a Ordem Terceira provinha auxílio aos presos, pelos menos no Natal e na Páscoa, pois estava estipulado nos estatutos. Consulte-se Barbosa, António Francisco Dantas, “A atitude da Ordem Terceira de Ponte de Lima no século XVIII face aos pobres”, in Santos, Carlota (coord.), *Família, espaço e património*, Porto, CITCEM, 2011, p. 253.

²⁹ Em algumas Misericórdias, estes podiam também ver a sua alimentação melhorada no dia dos Fiéis Defuntos. Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de “As Misericórdias portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII”, in *História: Questões e Debates*, n° 45, 2006, p. 167.

³⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despeza do Tesoureiro*, 1711-1724, n° 670, fl. 20v.; *Despeza do Tesoureiro*, 1711-1724, n° 670, fl. 20v.

³¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despeza do Tesoureiro*, 1711-1724, n° 670, fl. 195v.

sem menção ao tipo de carne, havendo anos em que nada se refere, talvez por ser uma despesa ordinária, sempre com o mesmo custo³², ou por não ter sido distribuída. A carne dos servos referente a quatro domingos e ao dia de Páscoa custava à Misericórdia 1100 réis, e para os presos nos mesmos dias, 3500 réis³³. A “panela dos presos” ainda poderia ser complementada com bacalhau, feijão e azeite nos domingos da Quaresma³⁴.

As esmolas em dinheiro distribuídas pela Misericórdia de Braga eram parcas, e um dos poucos exemplos é o de abril de 1710 “com a Paschoa a mulher de Antonio da Costa a Nossa Senhora a Branca”, a receber uma “esmola para duas crianças que tinha doentes e serem pobres 240 réis”³⁵, ou ajudar outras instituições religiosas.

A Santa Casa, possivelmente, proporcionava um jantar no dia de Endoenças, assim como na procissão à noite, eram distribuídos doces, vinho e lenha para lavar os pés dos penitentes no fim do desfile³⁶.

No ano de 1733, os mesários decidiram reviver a veneração a S. João de Deus, sendo oferecido aos devotos, na igreja de S. Marcos, uns pães benzidos, os “moletinhos” de S. João de Deus.

Tabela 1 - Número de alqueires usados para a confeção dos "moletinhos" (1748-1797)

Anos	Número de alqueires	Anos	Número de alqueires
1748	6	1783	32
1763	34	1784	6
1773	6	1787	16
1774	6	1788	16
1775	30	1789	16
1776	19	1792	12
1777	13	1793	16
1778	13	1795	20

³² Uma arroba de carne para os frades de S. Frutuoso correspondia a 960 réis, e meia arroba de carne para as beatas do Campo da Vinha valia 480 réis.

³³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despeza do Tesoureiro*, 1711-1724, n° 670, fl. 176.

³⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despeza do Tesoureiro*, 1711-1724, n° 670, fl. 110v.

³⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro da Despeza dos Thesoueiros*, 1702-1711, n° 669, fl. 186.

³⁶ Sobre o ritual do lava-pés e do jantar oferecido no dia de Endoenças consulte-se o capítulo II pp. 54-55.

1780	13	1796	24
1782	8	1797	24

Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *12.º Livro dos Termos*, 1746-1751, nº 14; *14.º Livro dos Termos*, 1757-1769, nº 16; 15.º; *Livro dos Termos*, 1769-1776, nº 17; *16.º Livro dos Termos*, 1776-1780, nº 18; *17.º Livro dos Termos*, 1780-1787, nº 19; *18.º Livro dos Termos*, 1787-1791, nº 20; *19.º Livro dos Termos*, 1791-1799, nº 21.

Para a sua confeção eram utilizados alqueires de trigo oferecidos quer pela Misericórdia, quer pelo hospital. Esta tabela demonstra a junção dos alqueires de ambas as partes, com a exceção dos anos de 1748, 1773, 1774, 1782 e 1784, em que apenas a Mesa faz referência aos alqueires que iam ser oferecidos só pela Santa Casa. O celeireiro era responsável por os entregar ao tesoureiro do hospital, para este fazer a repartição pelos “ministros”, irmãos e serventes para estes distribuírem.

Contudo, a Misericórdia também tirava proveitos das ocasiões festivas para obter alguns lucros. A única referência evidente que encontramos, foi sobre as esmolas recebidas na quinta-feira Santa. Ao analisar o gráfico 3, verificamos que um dos picos de maior incidência correspondia aos anos entre 1790-1791, em que para além do dinheiro “que rendeu na caldeira das esmolas de 5^a” também se juntou “a caldeira do Ecce Homo na porsição da penitensia”³⁷. Voltando os valores a ascender, a partir de 1792 até 1795-1796, ano em que atinge o seu maior valor com 2323 réis. Porém, não se pode comparar aos valores de esmolas oferecidas pela Santa Casa nas épocas festivas, uma vez que são muito inferiores, com máximos que nem chegam a representar as ofertas de esmolas mais baixas.

As ofertas a S. João Marcos, como já referimos³⁸, foram uma preocupação por parte dos mesários, pois as modalidades de esmolas recebidas eram variadas. No entanto, nas fontes consultadas não encontrámos nenhum rol destas esmolas, apenas um livro, pouco escrito, que serviria para registar as esmolas de S. João Marcos que eram dadas a juros. Através da escritura feita a 7 de fevereiro de 1746, de António Antunes e da sua mulher Felícia da Silva, podemos verificar que as esmolas não eram de S. João Marcos, mas também de S. Bento, sendo “40 mil reis pertencentes ao senhor São João Marcos; e 20 mil reis pertencentes ao senhor ao milagroso São Bento da parede do hospital”³⁹.

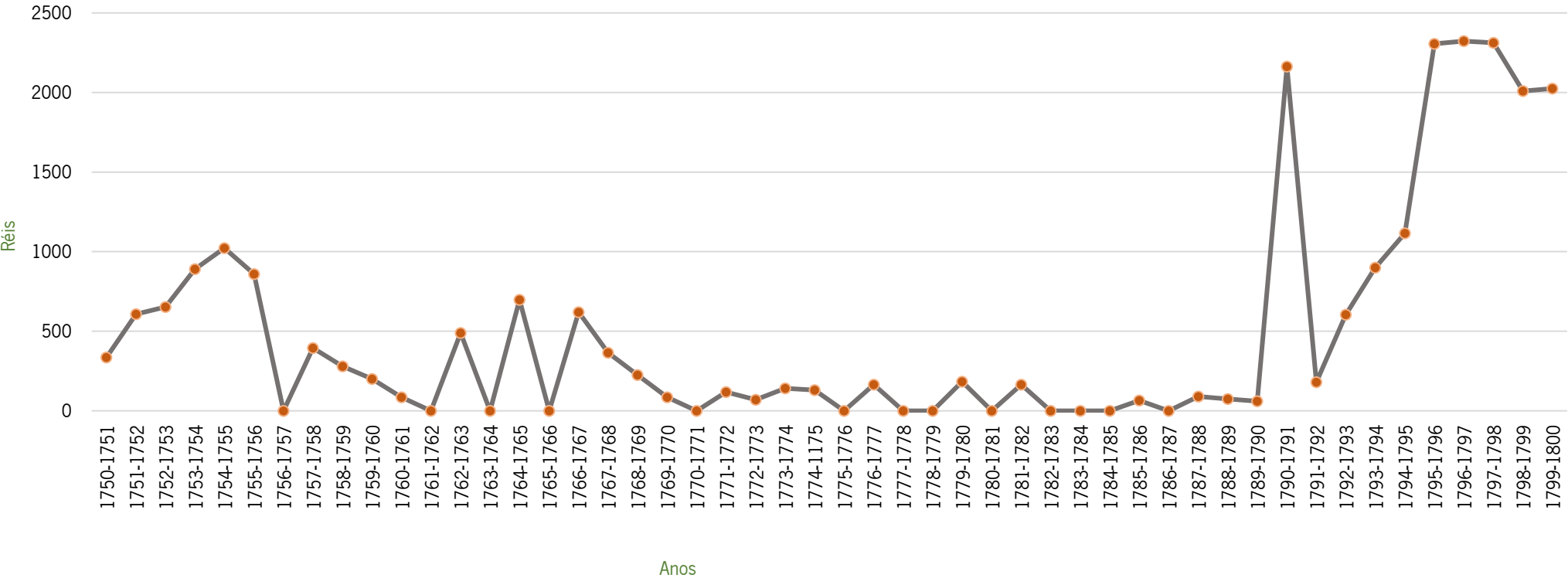
³⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Recibo de Mordomos*, 1732-1810, nº 678, fl. 83v.

³⁸ Para saber as decisões da Mesa relativamente às esmolas ofertadas a S. João Marcos veja-se n o capítulo II, pp. 75-77.

³⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro das Escripturas do dinheiro a juros das esmolas de S. João Marcos e inventário dos Ornamentos*, nº 645, fl. 20.

Como se pode observar, a Misericórdia tinha nestes dois santos uma interessante fonte de receitas. Através destas esmolas, os fiéis ajudavam a confraria, servindo-se estas das devoções para usufruir maiores doações.

Gráfico 3 - Esmolas recebidas na quinta-feira Santa (1750-1800)



Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia, *Recibo de Mordomos*, 1732-1810, n° 678.

2. Os sermões

O pregar sempre foi um elemento primordial dos ministérios cristãos. Acreditava-se que esta ação estaria sobre a autoridade divina, tanto os pregadores como os ouvintes. As suas origens remontam aos profetas do Antigo Testamento, que acreditavam ser os porta-vozes de Deus. Mas foi Jesus, quem se tornou no modelo de pregador, uma vez que ele serviu como elo de união entre Deus e a Humanidade. Desde o século I d.C., que o pregar tinha o objetivo de ensinar, fortalecer e atrair os fiéis para o Cristianismo. Ao longo dos tempos, era cada vez mais necessário reviver este rito, que se tornou num movimento religioso, no século XII, com S. Francisco de Assis, fundador da Ordem dos Frades Menores e, com São Domingos de Gusmão, com a Ordem dos Pregadores, ambas conhecidas como Ordem de São Francisco e Ordem Dominicana, respetivamente. Era uma das vertentes do estudo teológico, pois zelava-se pela arte de bem pregar, ou seja, saber comunicar de forma persuasiva e eficaz, empregando influências da retórica da civilização greco-romana⁴⁰.

Em Portugal, a retórica integrava o currículo dos estudos da universidade portuguesa, mas só em inícios do século XVI, na sequência do Humanismo renascentista, é que se deu ênfase à oratória, uma outra componente dos discursos que eram pregados⁴¹.

Na missa, o momento dedicado à pregação chamava-se “estação”, que compreendia em três partes distintas. A primeira, era dedicada a variadas preces, a segunda, abarcava diferentes anúncios, desde festas, procissões, aniversário de defuntos, sermões, entre outros e, por último, assim como proclamações. Por último, instruíam-se os fiéis acerca das verdades e preceitos da religião.

Durante o período do Concílio de Trento, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, compôs um catecismo, para a diocese de Braga⁴², que rapidamente se propagou por todo o reino. Ordenou, que este fosse lido em cada domingo e festas de guarda, no sermão ou noutra prática. Estava dividido em dois livros, um com vinte e dois capítulos da doutrina cristã, e outro teria as vinte e cinco

⁴⁰Cross, Frank Leslie; Livingstone, Elizabeth A. (ed.), *The Oxford dictionary of the Christian Church...*, pp. 1317-1318.

⁴¹ Confira-se para esta matéria Marques, João Francisco, “A palavra e o livro”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 399.

⁴² No século XV, as constituições sinodais, de Braga, Guarda e Lisboa proibiram a pregação enquanto abuso. Consulte-se Marques, José, “A pregação em Portugal na Idade Média: alguns aspectos”, in *Via Spiritus*, nº 9, 2002, p. 319.

práticas espirituais e seis sermões, indicando os dias em que deveriam ser lidos. No período em que foi arcebispo, a pregação ocorria em qualquer local ou hora, pois esta também nunca se circunscreveu apenas ao interior dos templos⁴³.

O ato de pregar manteve-se depois do meio-dia nas tardes de domingo e nos dias determinados em manifestações públicas de piedade, como novenas, Lausperenes, festas dos oragos, orações mentais ou ao recitar o terço. Existia também duas designações para denominar uma pregação breve, com a leitura do evangelho da missa, que era a “homilia” e, aquela que era proferida uma celebração litúrgica ou devoção piedosa, num templo ou préstito, o “sermão”⁴⁴.

Foram estes sermões que a Santa Casa bracarense incutiu na maioria das suas festividades, atraindo um grande número de devotos, com o Santíssimo Sacramento sempre exposto no seu decorrer⁴⁵. As *Constituições Sinodais*, de 1697, determinavam que “[...] o officio de pregador, que por ser tão alto, e de tanta preeminencia requiere, além da sufficiencia, que seja acompanhada com madureza de idade, inteireza de vida, e costumes, prudencia, piedade, e devoção; sem os quaes adjuntos se não deve de cômeter este grande officio a pessoa alguma, por sufficiente, e douto que seja [...]”⁴⁶, pois a força das palavras consegue ser incomensurável, como é o caso, por exemplo, apresentado por Bronislaw Geremek, em que a pobreza era exaltada nos ensinamentos religiosos, em especial nos sermões, transmitindo a mensagem aos pobres de que a sua condição, na conceção da salvação da alma, era uma virtude, pois representavam a humildade⁴⁷.

⁴³ Marques, João Francisco, “A palavra e o livro” in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., pp. 393-394, 398. As pregações, muitas vezes, eram feitas em espaços abertos, pois as pessoas presentes poderiam transcender a capacidade das igrejas. Leia-se Ciappelli, Giovanni, *Carnevale e Quaresima. Comportamenti Sociali e Cultura a Firenze nel Rinascimento*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1997, p. 156.

⁴⁴ Veja-se Marques, João Francisco, “A palavra e o livro”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., pp. 398-399.

⁴⁵ Marques, João Francisco, “A renovação das práticas devocionais”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 567.

⁴⁶ *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha no anno de 1639 e mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa arcebispo de Braga primas das Espanhas em Janeiro de 1697...*, pp. 313-314.

⁴⁷ Acerca deste tema atente-se em Geremek, Bronislaw, *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*, Lisboa, Terramar, 1995, p. 47.

De acordo com as fontes, as celebrações que tinham sermões eram o dia de Santa Isabel, o de Nossa Senhora da Misericórdia, a Quaresma, as procissões pelo tempo e, na igreja do hospital, as duas festividades de S. João Marcos, em abril e setembro. Os pregadores eram recrutados entre as ordens religiosas da cidade ou no seu limítrofe, com particular preferência pelos frades de S. Frutuoso, da Ordem dos Frades Menores, para o dia de Santa Isabel e a Quaresma (ver tabela 2). A razão desta escolha desconhecemos, mas possivelmente, eram selecionados por pertencerem a uma Ordem com o preceito da pregação, que vivia da generosidade alheia. A seguir a estes, eram os religiosos do Carmo, da Ordem dos Carmelitas Descalços. Estas duas Ordens, eram mendicantes, que eram adestrados a pregar tanto aos seus irmãos (*sermones ad frates*) como para as comunidades (*sermones ad populum*). Esta característica evidenciava-se em particular nos Dominicanos e nos Franciscanos, que exploraram os registros linguísticos e estilísticos do seu público alvo⁴⁸. As ordens mendicantes, os carmelitas, os agostinhos e os colégios jesuíticos, contribuíram para o sermão barroco português, através da produção literária, e as mudanças ocorridas nas mentalidades do pós-Trento⁴⁹.

O sermão que ocorria no dia de Santa Isabel tinha um custo máximo de 4800 réis, havendo anos em que o valor foi de 2400 réis⁵⁰. Contudo, a partir de 1775, foi deliberado em ata que por cada sermão não se pagasse mais de 4800 réis. Na eventualidade de o máximo imposto se ultrapassasse, o responsável teria de o pagar do seu bolso⁵¹. Este preço máximo também se pagava no sermão de Nossa Senhora da Misericórdia⁵². O que significa, que a Misericórdia não dispunha de verba suficientes para continuar a gastar grandes somas nas festividades que realizava.

Denotava-se uma preocupação da Misericórdia com os sermões da Quaresma, por ser um momento tão solene, mas também pelo número de pregações que se realizavam. A escolha do pregador ficava ao encargo do provedor⁵³. Em 1603, decidiu-se que as quartas-feiras da

⁴⁸ Richards, Earl Jeffrey, "The prayer *Anima Christi* and Dominican popular devotion", in Mews, Constant J.; Welch Anna (ed.), *Poverty and devotion in mendicant cultures, 1200-1450*, Londres, Routledge, 2016, p. 113.

⁴⁹ Leia-se Marques, João Francisco, "O púlpito barroco português e os seus conteúdos doutrinários e sociológicos – a pregação seiscentista do *Domingo das Verdades*", in *Via Spiritus*, nº 11, 2004, p. 113.

⁵⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 12.º *Livro dos Termos*, 1746-1751, nº 14, fls. 116, 219v.

⁵¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 15.º *Livro dos Termos*, 1769-1776, nº 17, fl. 272.

⁵² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 17.º *Livro dos Termos*, 1780-1787, nº 19, fl. 108.

⁵³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 10.º *Livro dos Termos*, 1723-1734, nº 12, fl. 200v.

Quaresma, que num total eram cinco, teriam sermão, chegando o seu valor ao máximo de 24000 réis⁵⁴. No ano de 1759, passaram a ser aos domingos⁵⁵. Ficou igualmente decidido, em 1735, que ao recolher da procissão de Endoenças houvesse um “sermão da paixão”, pago a 4800 réis⁵⁶.

Na igreja de S. Marcos, no tríduo do seu padroeiro, aquando da sua trasladação, as pregações foram à tarde. No primeiro dia, por António de Mariz Faria, mestre de cerimónias do arcebispado, que fez um sermão panegírico sobre a vida do santo; no segundo, foi frei Francisco, de Santa Maria, religioso eremita de Santo Agostinho⁵⁷; no terceiro, por Manuel Rodrigues Claro, abade de Gavião, tendo sido, também, provisor de Lamego⁵⁸. Estes sermões continuaram nas festividades do tríduo, mas foi deliberado pelos mesários, em 1733, que o seu valor não poderia ultrapassar 2400 réis⁵⁹. No ano de 1750, igualmente em Mesa, ficou decidido que os pregadores ficariam sob a responsabilidade dos mesários. Caso, o provedor do hospital e o tesoureiro de S. João Marcos não obedecessem, pagariam a despesa às suas custas⁶⁰. Mais uma vez se comprava, um desejo por parte da confraria em controlar os gastos

Poderia haver situações, em que a remuneração dos sermões excedesse os valores impostos, como aconteceu no tríduo de S. João Marcos, no ano de 1763, pois o pregador tinha “boa fama” e, por isso, acrescentaram-se mais 2400 réis⁶¹, ou, em 1792, pelo orador ter

⁵⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2.º *Livro dos Termos*, 1598-1632, nº 4, fl. 30v.

⁵⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 14.º *Livro dos Termos*, 1757-1769, nº 16, fl. 61v.

⁵⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 11.º *Livro dos Termos*, 1734-1746, nº 13, fls. 90-90v. O sermão do quinto domingo da Quaresma, pela liturgia era intitulado da Paixão, aparecendo frequentemente nos textos impressos do sermonário do século XVI. Sobre este assunto leia-se Marques, João Francisco, “O púlpito barroco português e os seus conteúdos doutrinários e sociológicos – a pregação seiscentista do *Domingo das Verdades*” ..., p. 112.

⁵⁷ Foi o responsável pela obra, a qual não conseguimos encontrar, *Apologia Historica, e Critica sobre os milagrosos ossos de São João Marcos, que se venerão no seu Hospital de Braga*. Barbosa, José, *Elogio do Revmo. Padre Mestre Fr. Francisco de Santa Maria*, Lisboa, Officina Pinheirense, 1746, p. 35.

⁵⁸ Faria, António de Mariz, *Peregrino Curioso da vida, Morte, Trasladação e Milagres do Gloriosissimo Senhor S. João Marcos na Augusta Cidade de Braga*, Lisboa, Officina de António Pedrozo Galvão, 1721, pp. 185-186. Mascarenhas, José Freire de Monterroio, *Noticia da Trasladaçam dos ossos do Glorioso S. Joam Marcos, Bispo de Attina, Apostolo de Celtiberia, Martyr da primitiva Igreja, hum dos 72 Discipulos de Jesu Christo N.S.*, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1718, pp. 7-8.

⁵⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 10.º *Livro dos Termos*, 1723-1734, nº 12, fl. 308v.

⁶⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 12.º *Livro dos Termos*, 1746-1751, nº 14, fl. 197v.

⁶¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 14.º *Livro dos Termos*, 1757-1769, nº 16, fl. 205.

adoecido, pelo trabalho de que o novo pregador teve, pagou-se-lhe mais 1200 réis⁶². Na Quaresma, em 1771, determinou-se dar 28800 réis, por cinco domingos, pela “atenção ao grande zelo com que pregou e exortou os pecadores a verdadeira contrição”⁶³.

Tabela 2 - Pregadores e festividades (1702-1786)⁶⁴

Anos	Instituição religiosa dos pregadores	Festividades
1702	Frades de S. Frutuoso, da Ordem dos Frades Menores ⁶⁵	Quaresma
1725	Convento dos Congregados, dos padres oratorianos	Quaresma
1726	Frades de S. Frutuoso	Quaresma
1731	Frades de S. Frutuoso	Quaresma
1735	Religioso do mosteiro de Santo André de Rendufe, da ordem de S.Bento	Quaresma
1746	Frades de S. Frutuoso	Quaresma
1748	Frades de S. Frutuoso	Quaresma
1749	Frades de S. Frutuoso	Quaresma
1750	Frades de S. Frutuoso	Quaresma
1751	Religiosos do Convento do Carmo	Santa Isabel
1753	Venerável Ordem Terceira de São Francisco	Santa Isabel
1754	Frades de S. Frutuoso	Quaresma
1755	Frades de S. Frutuoso	Quaresma
1755	Padre João, de Mendonça	Procissões pelo Tempo
1757	Frades de S. Frutuoso	Quaresma Santa Isabel
1758	Frades de S. Frutuoso	Santa Isabel
1760	Religiosos do convento do Carmo, da Ordem dos Carmelitas Descalços	Quaresma
1763	Religiosos do convento do Carmo	Quaresma
1765	Colégio de Nossa Senhora do Pópulo, da Ordem dos eremitas de Santo Agostinho	Quaresma
1766	Frades de S. Frutuoso	Quaresma
1769	Frades de S. Frutuoso	Santa Isabel
1775	Frades de S. Frutuoso	Quaresma
1776	Colégio de Nossa Senhora do Pópulo	Quaresma e tríduo de S. João Marcos

⁶² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 19.º *Livro dos Termos*, 1791-1799, nº 21, fl. 27.

⁶³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 15.º *Livro dos Termos*, 1769-1776, nº 17, fls. 99v-100.

⁶⁴ A seleção dos anos da tabela foi feita consoante os dados disponíveis, ou seja, nos quais se mencionava a instituição religiosa que pregou.

⁶⁵ Na restante tabela designam-se apenas por frades de S. Frutuoso. O mesmo se aplica para os religiosos do convento do Carmo e os do Colégio de Nossa Senhora do Pópulo.

1776	Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista	Santa Isabel
1777	Religiosos do convento do Carmo	Quaresma
1778	Religiosos do convento do Carmo	Apenas em dois domingos da Quaresma
1785	Religiosos do convento do Carmo	Quaresma
1786	Frades de S. Frutuoso	Quaresma

Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *11.º Livro dos Termos*, 1734-1746, n.º 13; *12.º Livro dos Termos*, 1746-1751, n.º 14; *14.º Livro dos Termos*, 1757-1769, n.º 16; *15.º Livro dos Termos*, 1769-1776, n.º 17; *16.º Livro dos Termos*, 1776-1780, n.º 18; *17.º Livro dos Termos*, 1780-1787, n.º 19; *Despeza do Tizoureiro*, 1688-1702, n.º 668; *Livro da Despeza do Tezoureiro da Santa Casa*, 1726-1754, n.º 671; *Livro de despesas*, 1757-1792, n.º 674; *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n.º 682.

3. Os paramentos

Desde o século XIII, que o vestuário religioso tem variado na forma e no material utilizado, pois, cada vez mais, foi-se adaptando ao gosto do período em que se vivia. Porém, foi sempre regulado pela Igreja Católica, devido ao valor simbólico que acarretava⁶⁶, mas também, porque a roupa caracterizava as diferentes hierarquias sociais, articulando com as práticas sociais⁶⁷. Num dos acórdãos do Cabido bracarense deferiu-se que os forros das vestes no tempo da Quaresma e do Advento fossem de cetim roxo, e no resto do ano de cetim carmesim⁶⁸. Havia, por conseguinte, regras a cumprir que não podiam ser descuradas.

A riqueza do vestuário utilizado era imensa e, a Misericórdia primava sempre por o manter em bom estado. E por isso, o capelão era incumbido de fazer um inventário duas vezes ao ano, um em outubro e outro próximo ao dia de Santa Isabel de todos os paramentos e objetos litúrgicos, que entregaria ao escrivão⁶⁹. Era com base nesta lista que, em caso de necessidade, se procedia à renovação ou manutenção do espólio⁷⁰. No ano de 1744, o conserto dos paramentos da sacristia custou 24315 réis, o que correspondeu ao trabalho diário de vários alfaiates durante cinquenta e

⁶⁶Consulte-se Cross, Frank Leslie; Livingstone, Elizabeth A. (ed.), *The Oxford dictionary of the Christian Church...*, p. 1690.

⁶⁷ Jones, Ann Rosalind; Stallybrass, Peter, *Renaissance clothing and the materials of memory*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, p. 2.

⁶⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro 1º dos Acórdãos do Cabido*, n.º 126, não paginado.

⁶⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, n.º2, fl. 24.

⁷⁰ Quando as peças ficavam gastas eram queimadas ou vendidas. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Recibo de Mordomos*, 1732-1810, n.º 678, fls. 10, 45.

três dias⁷¹. Os inventários eram igualmente feitos, com o propósito de controlar o número de peças que tinham, havendo apenas quatro pessoas que possuíam as chaves do “caixão dos ornamentos”, sendo o provedor, o escrivão e os mordomos da fazenda e da casa⁷². O empréstimo de ornamentos e paramentos era proibido, salvo exceções em que a Mesa deliberava o contrário, mas deveria ser realizado sempre com cautela, pois “já se emprestou a outras irmandades que danificaram”⁷³; o mesmo se aplicava a igreja de S. João Marcos⁷⁴.

Os paramentos, assim como as alfaias litúrgicas eram produzidos ou comprados ao longo de todo o ano, consoante as necessidades. Mas, o tempo da Quaresma sobressaía, fazendo-se, por exemplo, uma capa de asperges⁷⁵ para o capelão mor levar na procissão de Endoenças, esta teria de ser de veludo roxo, tal como o pálio⁷⁶. Assim como, no ano de 1731, para as festas que se realizavam no hospital de S. Marcos, mandaram fazer duas dalmáticas⁷⁷. Em 1785, os mesários, decidiram fabricar uma capa de asperges de damasco⁷⁸ “branco castelhano”⁷⁹, para a novena do tríduo de S. João Marcos. A execução desta ficou à responsabilidade do vestimenteiro António José de Moraes, que cobrou 22185 réis, passando a ser o tecido de damasco, vindo da península Itálica⁸⁰.

Num inventário dos mordomos, reformado em 1697, os ornamentos, que incluía os paramentos e os respetivos aparelhos que os compunham, eram os ornatos brancos e vermelhos

⁷¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro da Despeza do Tezoureiro da Santa Casa*, 1726-1754, n.º 671, fls. 304v., 306v.

⁷² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *5.º Livro dos Termos*, 1653-1661, n.º 7, fl. 86v.

⁷³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *12.º Livro dos Termos*, 1746-1751, n.º 14, fls. 42-42v.

⁷⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *12.º Livro dos Termos*, 1746-1751, n.º 14, fls. 229-230.

⁷⁵ Também se pode designar de pluvial, pois, esta é uma vestimenta de origem romana, que se chamava *paenula* ou *pluviale*. Veja-se Cross, Frank Leslie; Livingstone, Elizabeth A. (ed.), *The Oxford dictionary of the Christian Church...*, p. 415.

⁷⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *11.º Livro dos Termos*, 1734-1746, n.º 13, fl. 342v.

⁷⁷ *10.º Livro dos Termos*, 1723-1734, n.º 12, fl. 239.

⁷⁸ Tecido modelado, feito de seda ou linho fino. De origem oriental, originalmente fabricado ou vendido na cidade de Damasco, na Síria. Rosenthal, Margaret F.; Jones, Ann Rosalind (ed.), *The clothing of the Renaissance world: Europe, Asia, Africa, the Americas*, Londres, Thames & Hudson, 2008, p. 586.

⁷⁹ Os negócios entre os “castelhanos”, ou seja, indivíduos que provinham do reino de Castela, e a Misericórdia já eram frequentes, pois estes mercadores “tinham fazendas e sedas a um bom preço”. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *17.º Livro dos Termos*, 1780-1787, n.º 19, fls. 91-91v.

⁸⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *17.º Livro dos Termos*, 1780-1787, n.º 19, fl. 188.

e os roxos, ambos oriundos da China; um ornato branco, outro verde e ainda um de damasco vermelho. Estes integravam dalmáticas, pluviais, véus de costas, estolas, manípulos⁸¹, capelos, sobrepelizes, alvas⁸² e ainda casulas⁸³. Os tecidos utilizados poderiam ser damasco, chamalote⁸⁴ ou veludo, que eram bordados a ouro⁸⁵. O gosto europeu pela ornamentação chinesa, era visível, sobretudo, nas peças secundárias, como os panos laterais das casulas e dalmáticas, com representações de motivos vegetalistas, florais e animais⁸⁶. A presença de ornamento chineses é ainda fomentada por alguns legatários. O irmão Francisco Carvalho Aranha, assistente na Índia, enviou, em 1645, três “ornatos ricos da China”, em troca de se rezarem três missas por semana pela sua alma⁸⁷.

No decorrer do século XVIII, quando D. Rodrigo de Moura Teles foi provedor da Santa Casa, entre 1709 e 1712, fizeram-se numerosas aquisições de paramentos e alfaia de culto de

⁸¹ A confeção dos manípulos e estolas esteve quase sempre associada, devido ao tipo de tecido e passamanaria. O manípulo era colocado no braço esquerdo, em cima da alva, como símbolo das dores do mundo, e a estola sobrepunha-se sobre a dalmática e a alva, representando a imortalidade da alma. Para aprofundar esta temática atente-se no trabalho de Abellán Pérez, Juan, *Ornamentos y tejidos litúrgicos de la Iglesia Parroquial de Lebrija: en la época de los Reyes Católicos, producción y comercio*, Lebrija, Agrija Ediciones, 2002, pp. 81-83.

⁸² As beatas do Campo da Vinha também faziam as peças mais “simples”, como as alvas. Em 1718, pelo feitio de três alvas foram gastos 1800 réis. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n° 682, fl. 16v.

⁸³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Inventário dos Mordomos*, 1634-1780, n° 675, fls. 68-69.

⁸⁴ Tecido de lã ou pelo, de várias cores, que poderia ser mistura com alguma seda. Veja-se Costa, Manuela Pinto da, “Glossário de termos têxteis e afins”, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I série, vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 142.

⁸⁵ Para saber mais sobre este assunto veja-se Ferreira, Maria João Pacheco, “Os paramentos bordados sino portugueses no contexto das artes decorativas do barroco”, in *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 535.

⁸⁶ Ferreira, Maria João Pacheco, “Os paramentos bordados sino portugueses no contexto das artes decorativas do barroco”..., p. 538. A adoração portuguesa por têxteis e outras peças de origem indiana, persas e chinesas denota-se a partir de meados do século XVI, derivado das relações comerciais, que se intensificaram com a chegada dos portugueses à Índia, em 1498, com a Carreira da Índia, que ligava Goa a Lisboa. Consulte-se Ferreira, Maria João Pacheco, “Os “Panos da Índia” em Portugal: integração e consumo dos artigos têxteis asiáticos na sociedade portuguesa dos séculos XVI e XVIII”, in Torras, Begoña Farré (coord.), *Actas do IV Congresso de história da arte portuguesa em homenagem a José-Augusto França*, Lisboa, Autores e Associação portuguesa de historiadores da arte, 2014, pp. 72, 77.

⁸⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *4.º Livro dos Termos*, 1645-1653, n° 6, fls. 5-5v.

grande qualidade⁸⁸. Não esquecer, que Braga no século XVIII, era um núcleo urbano importante, com uma forte presença de grupos nobres, fidalgos e eclesiásticos, permitindo a existência de um comércio de luxo, com produtos raros e de alta qualidade, além dos originários do comércio oriental, eram provenientes do Norte da Europa, em particular da Inglaterra, França, Países Baixos, Espanha e da restante zona do Mediterrâneo. Assim como de produtos nacionais, dos centros manufatureiros do Sul e da Serra da Estrela, com panos de lã, baetas de todas as cores ou damascos⁸⁹.

Em 1712, no fim do seu mandato, foi mandado fabricar uma capa de asperges, com sete côvados⁹⁰ de damasco branco, por 8335 réis, mais quatro côvados de damasco carmesim, que custou 5000 réis, e ainda se pagou ao vestimenteiro António Crasto pelo seu trabalho, 2260 réis⁹¹. Apesar deste enorme dispêndio, a Misericórdia vivia tempos difíceis, remetendo grande parte do seu dinheiro no campo da assistência, principalmente ao hospital. Contudo, o arcebispo decidiu investir em paramentos e outros objetos de culto não só para primar por uma boa apresentação pública da Santa Casa, mas igualmente, como forma de deixar um legado com peças intemporais.

⁸⁸ Consulte-se Meireles, Maria José; Moscov, Patrícia, “Os paramentos da Santa Casa da Misericórdia de Braga: a história por entre linhas e pontos”, in *Misericórdia de Braga. Apointamentos Históricos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2015, p. 37.

⁸⁹ Dinis, Celeste; Barbosa, António Francisco Dantas, “Pobreza e caridade: a ação assistencial do cabido bracarense em período de Sé Vacante (1728-1741)”, in *Cadernos do Noroeste. Série História* 3, vol. 20 (1-2), Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2003, p. 501.

⁹⁰ Equivalente a 66cm. Consulte-se Barroca, Mário Jorge, “Medidas-padrão medievais portuguesas”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. 9, Porto, 1992, p. 55.

⁹¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fl. 335.

Figura 1 - Dalmática (século XVIII), em fio de seda, lâmina metálica prateada e dourada



Figura 2 - Casula (século XVII-XVIII), em veludo, fio de seda e lâmina de pele (ouro chinês)



Figura 3 - Estola (século XVII-XVIII), em veludo e fio de seda,



Figura 4 - Manipulo (século XVII-XVIII), em veludo, fio de seda e lâmina de pele (ouro chinês)



Figura 5 - Pluvial (século XVIII), em fio de seda, lâmina metálica prateada e dourada



Fonte: Exposição “Os parementos litúrgicos na Quaresma e na Semana Santa”, que decorreu entre 4 a 29 de março de 2016, no Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga⁹².

4. A limpeza das igrejas e dos seus objetos de culto

As igrejas e sacristias deviam estar limpas, pois as *Constituições Sinodais* de Braga, de 1697, assim o compeliam “Ordenamos, e mandamos aos Priores, Abbades, Reytores e Curas deste nosso Arcebispado, que tenham muito cuidado, e sejam muito curiosos em ter sempre suas igrejas muito limpas”. Estas ainda ordenavam que as igrejas deviam ser varridas ao sábado, pelo menos uma vez por semana, e durante o mês limpar o pó e tirar-lhe as teias de aranha⁹³.

A Misericórdia tomava esta diretiva muito a sério, ordenando e pagando a jornaleiros para limpar os retábulos, os azulejos, as janelas, a sacristia, e tudo o mais que fosse preciso. Houve anos em que o preço por esta limpeza geral foi de 3040⁹⁴ réis ou de 1800 réis⁹⁵. Mas também se pagava aos armadores para lavar os retábulos, a “pedraria” e as frestas⁹⁶. Este asseio ocorria

⁹² As imagens apresentadas apenas servem como exemplo.

⁹³ *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha no anno de 1639 e mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa arcebispo de Braga primas das Espanhas em Janeiro de 1697...*, pp. 323. Em 1710, os confrades compraram quatro vassouras para a sacristia da igreja. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n.º 681, fl. 316.

⁹⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n.º 681, fl. 361.

⁹⁵ Desta vez só se pagou a um homem, de seu nome David Lopes. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n.º 682, fl. 38v.

⁹⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n.º 681, fl. 309.

ainda na parte de fora da igreja, dando 120 réis ao “Coelho por limpar a fronteira da igreja”, em junho de 1710⁹⁷.

Os objetos de prata, assim como os quadros eram mandados limpar e restaurar a ourives e douradores⁹⁸. Como, por exemplo, ao dourador José Soares da Silva, que morava por de trás da Sé, pagaram 68000 réis para dourar os quadros e limpar as suas imagens⁹⁹ ou ao ourives Jerónimo Antunes de limpar os lampadários, castiçais e mais peças de prata¹⁰⁰. A roupa da sacristia era todos os meses lavada por uma lavadeira, e passada a ferro pela engomadeira¹⁰¹, que, por vezes, eram as beatas do recolhimento do Campo da Vinha que faziam este trabalho. Em 1730, a beata Serafina da Glória engomou os corporais e as tolhas, pelo qual recebeu 480 réis¹⁰². Uma das poucas referências, em que especifica a época festiva para a qual se engomou, foram as toalhas e corporais da festa de Natal. A instituição pagou à beata Maria Jesus por engomar a roupa para o Lausperene ou às beatas por passarem a ferro a roupa para a festa de Santa Isabel, despendendo com estes serviços 670 réis, 800 e 700, respetivamente¹⁰³.

Na igreja do hospital de S. Marcos, como já referimos, com a massificação do culto do santo S. João Marcos, foi necessário criar um lugar de servo, o qual entre as tarefas que tinha cumpria-lhe, igualmente, manter o espaço asseado.

Todas as instituições religiosas teriam de seguir estes preceitos de limpeza, a confraria do Santíssimo Sacramento do Pico dos Regalados preocupava-se em ter a roupa sempre lavada, com sabão em água corrente ou na pia batismal. As pias de água benta eram semanalmente cheias de água limpa, e os ornamentos deveriam ficar guardados num armário para não se danificarem¹⁰⁴. Apresentar um espaço bem preservado e asseado, assim como os objetos

⁹⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fl. 308v.

⁹⁸ Para saber sobre o processo utilizado pelos douradores consulte-se Alves, Natália Marinho Ferreira, “O douramento e a policromia no Norte de Portugal à luz da documentação dos séculos XVII e XVIII”, in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. III, Porto, 2004, p. 88

⁹⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa do Tesoureiro*, 1711-1724, n° 670, fl. 27v.

¹⁰⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fl. 273.

¹⁰¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681; *Mordomos – Despesa*, 1717-1748, n° 682.

¹⁰² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despesa*, 1717-1748, n° 682, fl. 170v.

¹⁰³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despesa*, 1717-1748, n° 682, fls. 341v., 351, 356v.

¹⁰⁴ Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria do Santíssimo Sacramento do Pico dos Regalados (1731-1780)*, s.l., ATAHCA,

dedicados ao culto significava capacidade económica para o manter, provando o seu poder. Ao mesmo tempo atraía mais devotos e congregava em si admiração pela capacidade de apresentar alfaias e objetos de culto de boa qualidade, preservados e limpos.

5. As armações da igreja

Segundo a definição de Raphael Bluteau, as armações eram compostas volantes¹⁰⁵, almofadas, cobertores, tafetas, e passamanes¹⁰⁶, para ornar as paredes, os tetos, as janelas, os arcos e as colunas¹⁰⁷. Adornar os espaços de culto era de primordial interesse, principalmente nas épocas festivas, pois, como António Francisco Dantas Barbosa referiu, as instituições religiosas dependiam muito das reproduções cénicas e simbólicas para impor, e transmitir certos ideais perante as comunidades, através dos seus altares, procissões e nas mais diversas manifestações públicas. Na confraria do Santíssimo Sacramento de Ponte de Lima, as armações representavam um gasto dispendioso, dividido entre o material utilizado e o salário pago ao armador¹⁰⁸.

O mesmo se sucedia na Misericórdia de Braga com estas armações, que eram arquitetadas nas principais festividades como o dia de Santa Isabel, o Natal e a Quaresma. Apesar de termos várias informações sobre as procissões pelo tempo, só em 1708, foi referido que a igreja era ornamentada¹⁰⁹. Contudo, talvez pela sua ostentação, chegaram a ser proibidas, em

2001, p. 60.

¹⁰⁵ Tecido estreito e comprido, feito de fios de lã, entretecidos por prata ou ouro, e eram pregados com alfinetes e “com diversas figuras, que os Armadores lhe dão com singular destreza”. Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 8, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, pp. 565-566, versão eletrónica disponível em <https://www.bbm.usp.br>.

¹⁰⁶ Eram fitas ou galões entretecidos a fios de ouro, prata ou seda e algodão. Davam origem aos trabalhos de passamanaria, com várias técnicas de tecelagem. Consulte-se Costa, Manuela Pinto da, “Glossário de termos têxteis e afins”..., p. 154.

¹⁰⁷ Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 1..., p. 497.

¹⁰⁸ Leia-se Barbosa, António Francisco Dantas, *Tempos de Festa em Ponte de Lima (Séculos XVII- XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2013, tese de Doutoramento policopiada, p. 176; esta dissertação teve a sua obra publicada em 2017.

¹⁰⁹ O custo total foi de 480 réis, incluindo o conserto do andor. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n.º 681, fl. 267.

Mesa, tanto na igreja da Santa Casa¹¹⁰ como na de S. João Marcos¹¹¹, nos anos de 1759 e 1744, respetivamente. Devido aos danos que causavam nas paredes e retábulos. Mas, a despesa das mesmas continua a aparecer nos livros de despesa do tesoureiro, tornando-se, possivelmente, numa medida temporária ou talvez não cumprida.

Os armadores não variavam muito, e eram quase sempre responsáveis pelas armações do ano todo, sendo pagos perto do dia de Santa Isabel, pois era o termino do ano administrativo da confraria, e consequentemente deviam saldar as despesas. Em 1714, o armador João de Freitas Gentil foi remunerado pelo seu trabalho durante todo o ano com 3500 réis. Todavia, é de ressaltar que este apenas poderia ser o valor do trabalho da mão de obra, não incluindo a despesa dos materiais empregues¹¹², nem as merendas que eram oferecidas enquanto trabalhava¹¹³. Os principais responsáveis por este mester foram, Gerado e Henrique Fajardo¹¹⁴, até por volta da década de 30, do século XVIII, e igualmente João de Freitas Gentil, e na de 70, por Luís de Sousa. Este foi promovido, pois o seu antecessor não cumpriu com as suas obrigações, que não se encontravam estipuladas na ata¹¹⁵ e, permaneceu, até pelos menos, 1790, data da sua última referência, quando confeccionou umas cortinas¹¹⁶.

Nenhum dos livros de despesa de tesoureiro e mordomo especifica os gastos nos materiais usados, apenas referem, na maioria das vezes, o gasto total da armação. No dia de

¹¹⁰ Apenas permitiram que se colocassem as cortinas. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *14.º Livro dos Termos*, 1757-1769, n.º 16, fl. 75v. As cortinas também poderiam ser dispostas em celebrações como os Fiéis de Deus, que seriam de cor roxa. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n.º 681, fl. 143v.

¹¹¹ Havia armações na igreja de S. João Marcos, mas não encontramos dados relevantes sobre como eram constituídas. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *11.º Livro dos Termos*, 1734-1746, n.º 13, fl. 346.

¹¹² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n.º 681, fl. 362v.

¹¹³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n.º 682, fl. 30v. Sobre o uso da comida como um acréscimo ao salário dos funcionários consulte-se no capítulo III, p. 95.

¹¹⁴ Eram familiares, pois refereriam que um deles era genro, e morava atrás da Sé, mas não especificava se era o Henrique ou o Geraldo. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n.º 682, fl. 132v.

¹¹⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *15.º Livro dos Termos*, 1769-1776, n.º 17, fl. 174v. No ano de 1736, que a armação ficou ao cuidado de “pessoas curiosas”, por falta de armador. ADB, ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n.º 682, fl. 264

¹¹⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *18.º Livro dos Termos*, 1787-1791, n.º 20, fl. 143.

Santa Isabel, o altar-mor era adornado com rosas, ramos e volantes¹¹⁷, mas também eram postos panos de seda na porta lateral¹¹⁸. Outros despêndios com juncos¹¹⁹, ramos, travessas, pregos, alfinetes, linhas e diversas pequenezas, já no século XVII¹²⁰. No Natal, ficaria o altar-mor ornado até o dia de reis, nos anos de 1702 e 1710, com duas dúzias e meia de rosas¹²¹ e juncos¹²². Um idêntico número de rosas foi pedido para a Quaresma, no ano de 1702, ao sobrinho do padre Teotónio de Sousa.¹²³

A Quaresma, poderia ter no mínimo, o altar-mor armado em duas ocasiões: no Lausperene e na Semana Santa, em especial o dia de quinta-feira. No Lausperene, expunha-se o Santíssimo Sacramento em cima de uma pianha¹²⁴, sendo venerado durante quarenta horas, ou seja, a igreja nesse período encontrava-se permanentemente aberta e, por isso, ter-se-ia um cuidado especial na decoração do altar, envolvendo-o com luzes e flores, “convidando os fiéis à adoração”¹²⁵. Os gastos só com a armação do Lausperene poderiam rondar entre os 7200 réis¹²⁶ e os 14400 réis¹²⁷, pois ornamentavam-se os altares, a tribuna e as frestas¹²⁸. Comparativamente com a armação de Santa Isabel, o valor era muito superior, pois o preço máximo desta aproximava-se

¹¹⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fls. 42, 152v., 310.

¹¹⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fl. 310.

¹¹⁹ Além desta planta, também usavam o mentrasto, uma hortelã silvestre, conhecida pelas suas características curativas. Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 5..., p. 428.

¹²⁰ Castro, Maria de Fátima, *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga. Devoções, procissões e outras festividades (do século XVI e começos do século XX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e autora, 1998, p. 260.

¹²¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fls. 163, 303.

¹²² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fl. 136.

¹²³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fl. 168v. Também se pediu ao padre Teotónio os “ramos e rosas de cera” para as procissões pelo tempo. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fl. 73v.

¹²⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despesa*, 1717-1748, n° 682, fl. 25. Que servia para sustentar alguma estátua ou figura. Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 6..., p. 491.

¹²⁵ Marques, João Francisco, “A renovação das práticas devocionais”..., p. 568.

¹²⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despesa*, 1717-1748, n° 682, fl. 43.

¹²⁷ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despesa*, 1717-1748, n° 682, fls. 63v., 152.

¹²⁸ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despesa*, 1717-1748, n° 682, fl. 223v.

dos 4000 réis¹²⁹, igualmente para a armação do dia de quinta-feira de Endoenças que alcançaria os 4500 réis¹³⁰.

Através das fontes foi possível aferir também, que no decorrer de toda a Quaresma, incluindo o Lausperene, o tecido de baeta¹³¹, os penachos¹³² para os anjos, os alfinetes e tachas¹³³, eram usados, assim como os armadores eram responsáveis de tirar e pôr as imagens¹³⁴.

Momentos insólitos também ocorreram, quando o servo Domingos José Correia roubou algumas madeiras das armações, que provavelmente seriam para a festa de Santa Isabel, pois foi no mês de junho. O mesmo foi ainda responsável por levar jarras de louça para a sua casa com azeite e panos de damasco¹³⁵.

6. A música

O desenvolvimento da música ocidental resultou, em grande parte, devido à Igreja Católica, com a prática da entoação dos salmos, e, conseqüentemente, com o crescimento do movimento monástico, o incremento do Rito Romano e os ofícios litúrgicos. A par disto, a música, torna-se numa das quatro faculdades, o *quadrivium*, que constituíram a base do conhecimento educativo nos inícios da Idade Média¹³⁶.

Em Portugal, as horas do ofício divino eram diariamente cantadas nas diversas instituições religiosas, onde a reza coral fosse um dever. O canto de vésperas, do *Te Deum* e ladainhas complementavam as tardes de domingo e dias santificado. Estes rituais trespasam da Época Medieval para a Moderna, derivado, também, ao domínio do clero na música sacra. Havendo, por

¹²⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n° 682, fl. 86.

¹³⁰ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n° 682, fl. 93v.

¹³¹ Em 1743, pediram vinte e três côvados de baeta. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, n° 682, fl. 326. Tecido de lã grosseiro. Veja-se Costa, Manuela Pinto da, “Glossário de termos têxteis e afins”..., p. 139.

¹³² Eram penas de avestruz. Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez & Latino*, vol. 6..., p. 397.

¹³³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fl. 233v.

¹³⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n° 681, fl. 305v.

¹³⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *20.º Livro dos Termos*, 1799-1806, n° 22, fls. 27-27v.

¹³⁶ Veja-se Seay, Albert; Stevens Denis, “Medieval Music”, in Raeburn, Michael; Kendall, Alan (ed.), *Heritage of music: classical music and its origins*, vol. 1, Oxford, Oxford University Press, 1989, pp. 25-26.

exemplo, nas sés e colegiadas a figura do chantre, que era a segunda dignidade do Cabido, responsável por ensinar a cantar, e que fosse hábil no cantochão¹³⁷. O mesmo se sucedia no meio conventual, onde poderia existir, um vigário do coro, que o regia¹³⁸.

Na Misericórdia de Braga, a música era uma componente de extrema relevância, quer nos ofícios diários, quer nas festividades religiosas. O coro¹³⁹, era responsável pela música religiosa, assim como para ajudar nos restantes ofícios e, seguia um conjunto de regras estipuladas nos seus regimentos. O único, a que as fontes nos permitiram ter acesso compreende entre os anos de 1746 a 1794. Este obrigava a que nos dias festivos de Santa Isabel, Nossa Senhora da Misericórdia, quinta-feira de Endoenças, Páscoa e Nossa Senhora da Assunção, a missa fosse cantada, acompanhada de órgão¹⁴⁰.

Os organistas tinham a obrigação de assistir a todos os domingos, aos dias de festas de Santa Isabel, e às suas vésperas, por invocação a Nossa Senhora, Natal e Todos os Santos¹⁴¹. E não poderiam ficar em falta a nenhuma das suas obrigações, nem ter sob a sua tutela nenhum

¹³⁷ É uma prática monofônica de canto religioso, sendo considerado a música oficial da Igreja. A maior parte destes cânticos tiveram origem na Idade Média. Consulte-se Grout, Donald J.; Palisca, Claude V., *História da música ocidental*, Lisboa, Gradiva, 1994, pp. 50-51.

¹³⁸ Marques, João Francisco, “A música religiosa e litúrgica: a longa persistência da polifonia”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2... , p. 487.

¹³⁹ A criação da capelania do coro na igreja da Misericórdia deveu-se ao instituidor Domingos Peres. Consulte-se Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Assistência Material e Espiritual...*, p. 423. A responsabilidade de colocar padres nos respetivos coros das duas igrejas aqui estudadas deveu-se tanto ao abade Domingos Peres, como ao benfeitor João de Meira Carrilho. Atente-se em Araújo, Maria Marta Lobo de, *Enquanto o Mundo durar: João de Meira Carrilho e o legado instituído na Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2017, pp. 119-127. Sobre a instituição da capela do Espírito Santo por João de Meira Carriço veja-se no capítulo II, pp. 34-35..

¹⁴⁰ Diariamente dever-se-ia celebrar a missa com canto e órgão, nos mesmo dias em que a Sé também o oficia-se. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Regimento para os reverendos Capellães do Choro da St^a Casa da Misericórdia 1746-1794*, N^o 708, fl. 373. Em 1785, ordena-se fazer um novo órgão, por 96000 réis, pois o que existia estava “desconcertado”. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *17.º Livro dos Termos*, 1780-1787, n^o 19, fl. 5v.

¹⁴¹ Em muitas igrejas de Portugal, no dia dos Fiéis de Deus, que sucedia ao de Todos os Santos, incluía-se um ofício acompanhado a canto de órgão. Atente-se em Ferraz, Tiago, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, tese de Doutoramento policopiada, p. 26.

aprendiz¹⁴². Se o tivesse, à primeira vez seria avisado, à segunda multado em cinco tostões, à terceira em dez tostões, e caso continuasse a insistir, seria expulso. Estas clausulas foram estipuladas com o mestre de órgão Geraldo de Crasto¹⁴³. Vários foram os que o sucederam nesta função, como José de Sousa Cardoso, até 1710, que foi precedido por João de Sousa. Este inicialmente tocava gratuitamente, devido a uma promessa que fez a Nossa Senhora¹⁴⁴. Mas em 1714, a Mesa, decidiu pagar-lhe 6000 réis, que passaria a ser o valor do seu ordenado anual¹⁴⁵. A partir da década de 40, surgiu nos livros de despesa de mordomo, que o tocador de órgão era João Francisco Alvez, pelo menos para o Lausperene, pois em 1748, foi João Moutinho quem tocou na missa do Espírito Santo e no dia de Santa Isabel¹⁴⁶.

Os livros de despesas estudados, apresentavam apenas o valor total que se gastou com a música nas celebrações do dia de Santa Isabel, abarcando o ofício de vésperas, que teria um custo de 4000 réis; com a procissão de Endoenças, pelo canto de órgão¹⁴⁷ do Salmo *Miserere Mei Deus*¹⁴⁸, pagou-se 4500 réis, e com os músicos que assistiram nas procissões pelo tempo, por 2600 réis¹⁴⁹. Ainda poderia acrescer as charamelas, atabales e trombetas¹⁵⁰.

¹⁴² Em 1797, ao servo da sacristia António José Rodrigues, a Santa Casa ofereceu 6400 réis para aprender a tocar órgão. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *14.º Livro dos Termos*, 1757-1769, nº 16, fl. 395.

¹⁴³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *7.º Livro dos Termos*, 1678-1694, nº 9, fls. 225-225v.

¹⁴⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *9.º Livro dos Termos*, 1709-1723, nº 11, fls. 41v.-42.

¹⁴⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *9.º Livro dos Termos*, 1709-1723, nº 11, fl. 93.

¹⁴⁶ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, nº 682, fls. 331, 370; *Recibo de Mordomos*, 1732-1810, nº 678, fl. 27.

¹⁴⁷ Canto acompanhado de instrumental. Marques, João Francisco, “A música religiosa e litúrgica: a longa persistência da polifonia”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 490.

¹⁴⁸ Gregorio Allegri foi o compositor do *Miserere*, um salmo cantado *a cappella*, durante o papado de Urbano VIII (1623-1644). Era oficiado na Capela Sistina nas matinas. Scholes, Percy A., *The concise Oxford dictionary of music*, Londres, Oxford University Press, 1964, p. 15.

¹⁴⁹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despeza dos Thesoueiros*, 1702-1711, nº669; *Despeza dos Mordomos*, 1693-1717, nº 681; *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, nº 682.

¹⁵⁰ A definição de atabales, trombetas e charamleas veja-se no capítulo II, pp. 37, notas de rodapé 57,58,59, respetivamente. No ano de 1730, além do custo de 4000 réis, que incluía os cantos e órgão, acrescentou-se as charamelas a 600 réis, os atabales a 300 réis e as trombetas a 170, que perfazia um total de 5070 réis em gastos totais com a música naquele ano na festividade de Santa Isabel. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Mordomos – Despeza*, 1717-1748, nº 682, fl. 170.

As charamelas, eram também utilizadas para assistir nos três dias do Lausperene. Estas seriam acompanhadas por canto e órgão, nos ofícios das matinas e laudes, pois determinou-se que “se fizesse a função do Sagrado Lausperene com toda a decencia e que se fizem matinas cantadas por clérigos de boas vozes”¹⁵¹. A 30 de março de 1789, a Mesa acordou que no Lausperene do hospital se oficiasse igualmente as matinas¹⁵². Ainda nas quartas-feiras, e posteriormente, aos domingos da Quaresma, as missas eram cantadas, com o cântico *adjuva nos*¹⁵³.

Como já demonstrámos, a igreja de S. Marcos, sofreu cortes nas suas despesas, para dar prioridade à gestão hospitalar. Com a música aconteceu o mesmo, a partir de 1744, as festas que lá ocorressem integravam somente cantochão e órgão, sem instrumentos adicionais, para conter os gastos¹⁵⁴. A novena do tríduo de S. João Marcos, também era acompanhada por cantochão e órgão¹⁵⁵.

As despesas acrescidas neste setor, com receitas que chegavam tarde e não eram suficientes para cobrir os gastos, era natural que se cortasse nos dispêndios com as festas e, que as cerimónias fossem mais controladas em termos financeiros.

¹⁵¹ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *19.º Livro dos Termos*, 1791-1799, n.º 21, fl. 148.

¹⁵² ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *18.º Livro dos Termos*, 1787-1791, n.º 20, fl. 97v.

¹⁵³ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesa dos Mordomos*, 1693-1717, n.º 681, fls. 148v., 220v.

¹⁵⁴ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *11.º Livro dos Termos*, 1734-1746, n.º 13, fl. 357.

¹⁵⁵ ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *13.º Livro dos Termos*, 1751-1757, n.º 15, fl. 197v.

Conclusão

Manifestações e ritos de índole popular, com reminiscências pagas, as festas religiosas foram um dos principais meios de sociabilidade e de relações entre os diferentes grupos sociais na Época Moderna, em grande parte devido ao aumento do número de confrarias e, conseqüentemente, às devoções que lhe estavam associadas. Os espaços onde estas celebrações atuavam eram de domínio público. Servindo, igualmente, como uma arma de controlo social, por parte das entidades eclesiásticas e municipais. Foi neste cenário, que as Misericórdias construíram as suas manifestações festivas, que atingiram o seu expoente máximo de exaltação e grandeza na primeira metade do século XVIII, devido ao barroco.

A Misericórdia de Braga, através das fontes consultadas, desenvolveu momentos festivos muito relevantes, como era o caso dos dias de Santa Isabel, de Todos os Santos, dos Fiéis Defuntos, do Natal e do período da Quaresma. Porém, também o Lausperene, a partir de 1710, e ainda as procissões pelo tempo que ocorriam consoante as necessidades constituíam momentos celebrados com grandiosidade. Além do Lausperene, ainda permitiu enaltecer e crescer outros cultos como a S. Pedro Mártir, e na igreja de S. Marcos, a S. João Marcos e a S. João Deus.

É de ressaltar, que na igreja de S. Marcos se celebravam as festas do calendário litúrgico, porém não encontramos referências que nos permitissem elaborar um panorama destas celebrações. Pensamos, no entanto, que não se afastariam dos rituais promovidos na igreja da Misericórdia.

Nas duas igrejas, denotamos que os gastos na segunda metade da centúria de setecentos são muito menores que na primeira, havendo mesmo cortes em certas festividades por não se poder suportar tanta despesa. Esta situação sentiu-se muito mais na igreja de S. Marcos, pois a gestão hospitalar era uma prioridade, a par das constantes obras e remodelações que a igreja sofreu; colocando os aparatos festivos num segundo plano. Por estas razões, mas também por outras de variada natureza, perderam o esplendor e a exaltação do barroco, dando lugar ao movimento cultural do iluminismo, que procurou mobilizar o poder da razão.

O melhor exemplo foi a festividade em torno de S. João Marcos, que aquando da sua trasladação, em 1718, criou uma nova data de comemoração, com o tríduo em abril, além da festa já realizada a 27 de setembro. Ambas foram celebradas durante o século XVIII, mas não com o mesmo cuidado e grandiosidade, que foi tido no período seguinte à sua trasladação, que foi um

momento importante para a cidade de Braga na época, pois envolveu as diversas entidades, que reuniram esforços para engradecer esta ocasião. A queda deste culto merecia maior aprofundamento, uma vez que é sentida nas décadas imediatas à sua trasladação. Não o pudemos fazer no âmbito do nosso trabalho, mas reconhecemos a necessidade de um maior investimento nesta temática.

A problemática da tendência da diminuição de poder económico tornou-se numa situação generalizada das Santas Casas, pois foi o culminar de acontecimentos já provenientes do século XVII, derivado de créditos malparados, da inflação, do excessivo número de missas, que não conseguiram “despachar”, da má administração e corrupção dos corpos dirigentes, entre outros. Contudo, as esmolas ofertadas tanto no dia de Santa Isabel, como nos dias de Todos os Santos e Fiéis Defuntos aparecem melhor discriminadas na segunda metade do século XVIII, relevando os enormes gastos da confraria com esta prática.

No entanto, o facto de os livros de mordomo disponíveis no Arquivo Distrital de Braga só chegarem a 1748, não nos permitiu fazer uma abordagem tão completa, como a que realizámos para primeira metade do século XVIII. Uma outra dificuldade foi nestes livros de despesa, tanto de mordomo como de tesoureiro, não serem discriminados os gastos totais das festas, uma vez, que houve anos em que não conseguimos compreender se os parcos dispêndios se deveram à falta de cuidado de quem os anotou, ou se simplesmente, pouco se investiu nas celebrações. O mesmo se sucedeu com a cera, pois era uma despesa habitual todos os meses, não sendo possível distinguir qual era a quantidade utilizada em cada festa.

Apesar das diversas transformações sociais, que ocorreram após o século XVIII, até aos dias de hoje serem imensas, existem certas condições e manifestações que o homem não consegue dissociar de si, como as festas religiosas, provando que nem as vicissitudes do tempo diminuíram a sua importância nas sociedades com um passado intrinsecamente ligado à religião Católica.

Fontes

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Braga (ADB)

Fundo dos Manuscritos, *Cumulo de sentenças notáveis de diversos homens ilustres de coisas santas e espirituais*, século XVIII, n.º 154.

Livro Curioso, n.º 341

Compromisso para a congregação de S. Pedro Mártir dos Familiares do Sancto Officio, estabelecida na Real Caza da Sancta Misericórdia desta cidade de Braga no anno de 1805, n.º 1020.

Memorias de Braga Escriptas e Illustradas por João Baptista Vieira Gomes, 1828-1850, n.º 1059.

Fundo das Gavetas do Cabido, *Privilégios, honras e jurisdições do Cabido*, n.º 101.

Livro das Cartas D'El Rey D. João 5º dos annos de 1703 ate 1749, tomo 6º, n.º 114, 115.

Livro das Cartas do Arcebispos de Braga do anno de 1426 ate 1725, tomo 7º, n.º 127, 128.

Livro das Cartas de Prelados e Cabidos, tomo 8º, n.º 45.

Cartas do Arcebispo Dom Gaspar dos anos de 1575 té o de 1788, tomo 13º, n.º 174.

Livro 1º dos Acordãos do Cabido, n.º 126.

Livro 2º dos Acordãos do Cabido, n.º 115.

Livro 2º das Sentenças, n.º 13.

Registo Geral do Cabido, *Livro n.º 122*.

Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Estatutos e assentos desta Santa Caza da Misericordia*, 1618-1625, n.º 1.

Compromisso da Misericórdia de Braga, 1628-1630, n.º 2.

2.º Livro dos Termos, 1598-1632, n.º 4.

3.º Livro dos Termos, 1632-1645, n.º 5.

4.º *Livro dos Termos*, 1645-1653, nº 6.
 5.º *Livro dos Termos*, 1653-1661, nº 7.
 6.º *Livro dos Termos*, 1662-1678, nº 8.
 7.º *Livro dos Termos*, 1678-1694, nº 9.
 8.º *Livro dos Termos*, 1694-1709, nº 10.
 9.º *Livro dos Termos*, 1709-1723, nº 11.
 10.º *Livro dos Termos*, 1723-1734, nº 12.
 11.º *Livro dos Termos*, 1734-1746, nº 13.
 12.º *Livro dos Termos*, 1746-1751, nº 14.
 13.º *Livro dos Termos*, 1751-1757, nº 15.
 14.º *Livro dos Termos*, 1757-1769, nº 16.
 15.º *Livro dos Termos*, 1769-1776, nº 17.
 16.º *Livro dos Termos*, 1776-1780, nº 18.
 17.º *Livro dos Termos*, 1780-1787, nº 19.
 18.º *Livro dos Termos*, 1787-1791, nº 20.
 19.º *Livro dos Termos*, 1791-1799, nº 21.
 20.º *Livro dos Termos*, 1799-1806, nº 22.
 22.º *Livro dos Termos*, 1817-1826, nº 24.
 27.º *Livro dos Termos*, 1863-1867, nº 29.
Instituição da Capella do Spirito Santo do hospital de S. Marcos, 1682, nº 397.
 5.º *Livro de Títulos*, 1556-1793, nº 448.
 6.º *Livro de Títulos*, 1523-1673, nº 449.
Livro de Inventário de [todos os bens móveis pertencentes à S.tª Caza da Mizericórdia da cidade de Braga], 1752, nº 495.
Inventário Geral do Hospital de S. Marcos, s.d, nº 496.
Livro das Escripturas do dinheiro a juros das esmolos de S. João Marcos e inventário dos Ornamentos, nº 645.
Despeza do Tizoureiro, 1688-1702, nº 668.
Despeza dos Thesoureiros, 1702-1711, nº 669.
Despeza do Tesoureiro, 1711-1724, nº 670.
Livro da Despeza do Tezoureiro da Santa Caza, 1726-1754, nº 671.

Livro de despesas, 1757- 1792, nº 674.

Inventário dos Mordomos, 1634-1780, nº 675.

Recibo de Mordomos, 1732-1810, nº 678.

Despesa dos Mordomos, 1693-1717, nº 681.

Mordomos – Despeza, 1717-1748, nº 682.

Regimento para os reverendos Capellães do Choro da St^a Caza da Misericórdia 1746-1794, N° 708.

Fontes impressas

Aranha, Boaventura Maciel, *Epitome da vida, e virtudes do excelentissimo senhor D.Rodrigo de Moura Telles, arcebispo de Braga Primaz das Hespanhas*, Lisboa, Officina Pinheirense, 1743.

Argote, Jeronymo Contador de, *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga Primaz das Hespanhas*, tomo I, título II, Lisboa, Officina Sylviana, 1767.

Bíblia Sagrada, Lisboa, Difusora Bíblica, 1971.

Castro, João Baptista de, *Mappa de Portugal*, Tomo III, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.

Compromisso da Misericórdia de Lisboa, Lisboa, por Pedro Craesbeeck, 1619.

Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha no anno de 1639 e mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa arcebispo de Braga primas das Espanhas em Janeiro de 1697, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697.

Cunha, Rodrigo, *Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos, e Varoes ilustres, que florecerão neste Arcebispado*, parte 1, Braga, s.e., 1634.

Estatutos da Irmandade de Santa Maria Madalena do Monte, Braga, s.e., 1952.

Faria, António de Mariz, *Peregrino Curioso da vida, Morte, Trasladação e Milagres do Gloriosissimo Senhor S. João Marcos na Augusta Cidade de Braga*, Lisboa, Officina. de António Pedrozo Galvão, 1721.

Ferreira, Monsenhor J. Augusto, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, tomo II, Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1931.

Ferreira, Monsenhor J. Augusto, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, tomo III, Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1932.

Freitas, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga*, tomo II, IV e V, Braga, Imprensa Católica, 1890.

Gazeta de Lisboa, nº 31, 4 de agosto de 1718.

Ilustração Portuguesa, nº 57, 25 de março de 1907.

Jácome, João Luís, *Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense (1787-1810)*, Braga, Arquivo Distrital de Braga/ Universidade de Minho, 2013.

Mártires, Frei Bartolomeu dos, *Cathecismo ou doutrinas christaam e praticas spirituaes ordenado por Dom Frey Bertholameu dos Martyres, Arcebispo & Senhor de Braga Primas das Hespanhas, &c. Pera se dar nas parochias deste nosso Arcebispado onde não há pregação*, Lisboa, Antonio Aluarez, 1594.

Mascarenhas, José Freire de Monterroio, *Noticia da Trasladaçam dos ossos do Glorioso S. Joam Marcos, Bispo de Attina, Apostolo de Celtiberia, Martyr da primitiva Igreja, hum dos 72 Discipulos de Jesu Christo N.S.*, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1718.

Peixoto, Inácio José, *Memórias Particulares de Inácio José Peixoto: Braga e Portugal na Europa do século XVIII*, Braga, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, 1992.

Vieira, Padre António, *Sermão de Santo António aos Peixes*, in *Colecção Clássicos da literatura portuguesa*, Porto Editora, s.d.

Dicionários

Bluteau, Raphael, *Vocabulário Portuguez & Latino*, volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728, versão eletrônica disponível em <https://www.bbm.usp.br>.

Viterbo, Frei Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Tomo I e II, Lisboa, A. J. Fernando Lopes, 1865.

Bibliografia

Abellán Pérez, Juan, *Ornamentos y tejidos litúrgicos de la Iglesia Parroquial de Lebrija: en la época de los Reyes Católicos, producción y comercio*, Lebrija, Agrija Ediciones, 2002.

Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (Séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014.

Aguiar, David Emanuel Vieira, *D. Diogo de Sousa e as ofertas de bens móveis à Sé de Braga*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2012, tese de Mestrado policopiada.

Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira, “A festa barroca no Porto ao serviço da família real na segunda metade do século XVIII. Subsídios para o seu estudo”, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto: História*, Porto, II série, vol. 5, 1988, pp. 9-67.

- Alves, Natália Marinho Ferreira, “O douramento e a policromia no Norte de Portugal à luz da documentação dos séculos XVII e XVIII”, in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. III, Porto, 2004, pp. 85-93.
- Azevedo, Carlos A. Moreira, “Mariologia portuguesa”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 445-456.
- Aranda Doncel, Juan, “Cofradías Penitenciales y Semana Santa en la Córdoba del siglo XVII: el auge de la etapa Barroca”, in *Actas del III Congreso Nacional de Cofradías de Semana Santa*, Cordoba, Cajasur, 1997, pp. 105-115.
- Aranda Doncel, Juan, “Las cofradías de Jesús Nazareno en Andalucía durante los siglos XVI e XIX”, in *Boletín de la Real Academia de Córdoba, de ciencias, bellas artes y nobles artes*, nº 140, 2001, pp. 173-196.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Festas e Rituais de Caridade”, in *Coloquio Internacional piedade popular- sociabilidades e representações*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 501-516.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria do Santíssimo Sacramento do Pico dos Regalados (1731-1780)*, s.l., ATAHCA, 2001.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Charity practices in the portuguese brotherhoods of Misericórdias (16th-18th centuries)”, in Laurinda Abreu (ed.), *European Health and Social Welfare Policies*, Blansko, Compostela Group of Universities, 2004, pp. 277-296.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias do Alto Minho no contexto da guerra da Restauração”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. 1, XXXVI, 2002-2003, pp. 461-473.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias em festa: os Passos na Santa Casa de Monção (século XVIII)”, in *Actas do Congresso Internacional do Barroco Iberoamericano*, nº4, Ouro Preto, 2006, pp. 1075-1089.

- Araújo, Maria Marta Lobo de “As Misericórdias portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII”, in *História: Questões e Debates*, nº 45, 2006, pp. 155-176.
- Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra, “Pasaportes de caridad: las “cartas de guía” de las Misericordias portuguesas (siglos XVII-XIX), in *Estudos Humanísticos. Historia*, nº6, 2007, pp. 207-225.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “A oferta assistencial na Braga Setecentista”, in Rey Castelao, Ofélia; López, Roberto J. (ed.), *El mundo urbano en el siglo de la ilustración*, Santiago de Compostela, Junta da Galiza, 2009, pp. 245-256.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “As manifestações de rua das Misericórdias portuguesas em contexto barroco”, in *Hispania Sacra*, LXII, 125, 2010, pp. 93-113.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas Misericórdias portuguesas da época moderna”, in *Comunicação e Cultura*, nº 10, 2010, pp. 101-114.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Assuntos de pobres: as esmolas dos confrades de São Vicente de Braga (1783-1839)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord.), *Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica*, Braga, CITCEM, 2011, pp. 109-126.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Das origens à atualidade: um itinerário de 500 anos”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 19-86.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os serviços de saúde e a assistência à doença”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 373-374.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Assistir os pobres e alcançar a salvação”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 446-533.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Um itinerário de investigação: os arquivos das Misericórdias portuguesas da Idade Moderna”, in *Misericórdia de Braga*, nº 9, 2013, pp. 101-122.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “O quotidiano de S. Marcos de Braga na Idade Moderna”, in Iglesias Rodríguez, Juan José; Pérez García, Rafael M.; Fernández Chaves, Manuel F. (ed.), *Comercio y cultura en la Edad Moderna*, Sevilha, Editorial Universidad de Sevilla, 2015, pp. 1725-1739.

Araújo, Maria Marta Lobo de “A festa dos Fiéis-Defuntos na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII e XVIII)”, in *Revista CEPIHS*, 6, 2016, pp. 183-199.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *A intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas portuguesas: espaços e tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, pp. 231-260.

Araújo, Maria Marta Lobo de, “Pedir, dar y recibir: las limosnas a los pobres en la Misericordia de Braga (siglos XVII- XVIII)”, in *Espacio, Tempo y Forma*, serie IV, nº 29, 2016, pp. 207-222.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *Enquanto o Mundo durar: João de Meira Carrilho e o legado instituído na Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2017.

Ariès, Philippe, *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

Bandeira, Miguel Sopas de Melo “O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII”, in *Revista da Faculdade de Letras- Geografia*, I série, vol. IX, Porto, 1993, pp. 101-223.

Barbosa, António Francisco Dantas, “A atitude da Ordem Terceira de Ponte de Lima no século XVIII face aos pobres”, in Santos, Carlota (coord.), *Família, espaço e património*, Porto, CITCEM, 2011, pp. 249-256.

Barbosa, António Francisco Dantas, *Tempos de Festa em Ponte de Lima (Séculos XVII- XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2013, tese de Doutoramento policopiada; esta dissertação teve a sua obra publicada em 2017.

Barbosa, António Francisco Dantas, “O impacto dos “brasileiros” na assistência a nível local: o legado de Bento da Costa Tição (séculos XVII-XVIII)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Coelho, José Abílio; Franco, Renato (coord.), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, Rio de Janeiro/Braga, Fundação Gertúlio Vargas/CITCEM, 2013, pp. 55-69.

Barriendos, Mariano, “Les variations climatiques dans la péninsule ibérique: l’ indicateur des processions (XVIe-XIXe siècle)”, in *Revue d’ histoire moderne et contemporaine*, n° 57-3, 2010, pp. 131-159.

Barroca, Mário Jorge, “Medidas-padrão medievais portuguesas”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. 9, Porto, 1992, pp. 53-85.

Borges, Augusto Moutinho, *Os Reais Hospitais Militares em Portugal administrados e fundados pelos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus, 1640-1834*, Lisboa, Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa da Universidade Nova de Lisboa, 2007, tese de Doutoramento policopiada.

Bouza Álvarez, José Luis, *Religiosidad Contrarreformista y Cultura Simbólica del Barroco*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.

- Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, "Circulação e distribuição interna", in Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal: Do Renascimento à crise dinástica*, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 195- 247.
- Braga, Paulo Drumond, "Uma confraria da Inquisição. A irmandade de São Pedro Mártir (breves notas)," in *Arquipélago – História*, 2ª série, II, 1997, pp. 449-458.
- Braga, Paulo Drumond, "Igreja, igrejas e culto", in Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal: Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil*, vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 90-129.
- Braga, Teófilo, *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, vol. II, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985.
- Britto, Clovis Carvalho, "Luzes e Trevas; itinerários da procissão do Fogaréu em Goiás", trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de Junho, Porto Seguro, pp. 1-19.
- Brisset, Demétrio, , *La rebeldia festiva – Historias de fiestas ibéricas*, Girona, Luces de Gábilo, 2009.
- Brown, Peter, *The cult of the saints: Its rise and function in Latin Christianity*, Chicago/Londres, The University of Chicago Press, 1981.
- Burke, Peter, *La cultura popular en la Europa Moderna*, Madrid, Alianza Editorial, S.A, 1996.
- Cámara del Rio, Manuel, *Beneficencia y asistencia social: la Santa y Real Hermandad, Hospital y Casa de Misericordia de Ceuta*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceuties, 1996.
- Cardoso, José, *O IV Concílio Provincial Bracarense – e D. Frei Bartolomeu do Mártires*, Braga, APPACDM Distrital de Braga, 1994.

Carroll, Michael P., *The Penitente brotherhood: patriarchy and Hispano-Catholicism in New Mexico*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2002.

Carvalho, Joaquim Ramos de, “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna”, in Mattoso, José (dir.); Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Moderna*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, pp. 96-129.

Capela, José Viriato, “A economia social da Misericórdia e hospital de Braga”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 161-344.

Capela, José Viriato, “A Misericórdia e a sociedade bracarense”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 259-344.

Castro, Maria de Fátima, *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga. Devoções, procissões e outras festividades (do século XVI e começos do século XX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e autora, 1998.

Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Assistência Material e Espiritual (das origens a cerca de 1910)*, vol.III, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e Autora, 2006.

Ciappelli, Giovanni, *Carnevale e Quaresima. Comportamenti Sociali e Cultura a Firenze nel Rinascimento*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1997.

Coelho, Constantino Ribeiro, “Braga antiga, velharias bracarenses,... memórias de velho tempo e outros textos”, in *separata de “theológica”*, vol. XXIV – XXVI, 1989-1991, pp. 103-274.

Coelho, Maria Helena da Cruz, “Quaresma”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 86-87.

- Costa, Manuela Pinto, “Ermidas e Capelas”, in Azevedo, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000 pp. 154-158.
- Costa, Manuela Pinto da, “Presépios”, in Azevedo, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 59-62.
- Costa, Manuela Pinto da, “Glossário de termos têxteis e afins”, in *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, I serie, vol. III, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 137-161.
- Cross, Frank Leslie; Livingstone, Elizabeth A. (ed.), *The Oxford dictionary of the Christian Church*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1997.
- Dias, Geraldo José Amadeu Coelho, “A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos Modernos”, in *Revista Faculdade de Letras do Porto: História*, série II, vol. 4, 1987, pp. 227-253.
- Duby, Georges, *A História Continua*, Porto, Edições Asa, 1992.
- Duchet-Suchaux, Gaston; Pastoreau, Michel, *Guía iconográfica de la biblia e los santos*, Madrid, Alianza Editorial, S.A, 1996.
- Elias, Norbert, *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*, volume I, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.
- Elias, Norbert, *A Sociedade de Corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- Dinis, Celeste; Barbosa, António Francisco Dantas, “Pobreza e caridade: a ação assistencial do cabido bracarense em período de Sé Vacante (1728-1741)”, in *Cadernos do Noroeste. Série História 3*, vol. 20 (1-2), Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2003, pp. 497-522.

Durkheim, Emile, *The elementary forms of the religious life*, Nova Iorque, The Free Press, 1995.

Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*, vol. I, Braga, Universidade do Minho, 2010, tese de Doutoramento policopiada.

Farid, Abbad, “La confrerie condamnée ou une spontanéité festive confisquée. Une autre aspect de l’Espagne à la fin de l’Ancien Régime”, in *Mélange de la Casa de Velasquez*, vol. XIII, 1977, pp. 361-384.

Farmer, David Hugh, *The Oxford dictionary of saints*, Oxford, Oxford University Press, 1992.

Fernandes, Paula Sofia Costa, “Legados que atravessam mares protegendo pobres na Misericórdia de uma terra lusa: a utilização dos bens dos “brasileiros” na Misericórdia de Penafiel na Idade Moderna”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Coelho, José Abílio; Franco, Renato (coord.), *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, Rio de Janeiro/Braga, Fundação Gertúlio Vargas/CITCEM, 2013, pp. 35-54

Fernández Cortizo, Camilo, “«La misión por las calles»: las procesiones de penitencia en ciudades y villas de Galicia (siglos XVII-XIX)”, in Rey Castelão, Ofelia; Mantecón Movellán, Tomás A. (ed.), *Identidades urbanas en la monarquía hispánica (siglos XVI-XVIII)*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2015, pp. 271-292.

Ferraz, Tiago, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, tese de Doutoramento policopiada.

Ferraz, Tiago, “As confrarias bracarenses no século XVIII: uma abordagem”, in *Oficina do Historiador*, EDIPUCRS, v.9, nº1, Porto Alegre, 2016, pp. 341-355.

Ferreira, Maria João Pacheco, “Os paramentos bordados sino portugueses no contexto das artes decorativas do barroco”, in *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p. 535-543.

Ferreira, Maria João Pacheco, “Os “Panos da Índia” em Portugal: integração e consumo dos artigos têxteis asiáticos na sociedade portuguesa dos séculos XVI e XVIII”, in Torras, Begoña Farré (coord.), *Actas do IV Congresso de história da arte portuguesa em homenagem a José-Augusto França*, Lisboa, Autores e Associação portuguesa de historiadores da arte, 2014, pp. 72-81.

Ferreira, Rui Manuel, “As procissões e a semana santa em Braga nas memórias da Misericórdia de Braga”, in *Misericórdia de Braga. Apontamentos Históricos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2015, pp. 52-61.

Ferreira, Rui Manuel, “O Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus e a Semana Santa em Braga”, in *Bracara Augusta*, vol. LX, nº 118 (131), 2015, pp. 391-448.

Ferro, Marc, *História Viglada*, São Paulo, Martins Fontes, 1989.

Foucault, Michel, *História da Loucura*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1999.

Fumega Piñero, Francisco Xosé; Romaní Barrientos, Ramón, “La fiesta y las relaciones espaciales”, in SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades, 1994, nº 6, pp. 311-324.

García Turza, Javier, “The Formulation, Development and Expansion of the *translatio* of St James”, in Pazos, Antón (ed.), *Translating relics of St. James: from Jerusalem to Compostela*, Nova Iorque/Londres, Routledge, 2017, pp. 88-122.

Geremek, Bronislaw, *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*, Lisboa, Terramar, 1995.

- Gil Calvo, Enrique, *Estado de Fiesta: feria, foro, corte y circo*, Madrid, Espasa-Calpe, 1991.
- Goff, Jacques Le, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Edições Estampa, 1995.
- Goffman, Erving, *Stigma: notes on the management of spoiled identity*, Nova Iorque, Simon and Schuster, 1986.
- Gomes, Maria Eugénia Reis, *Contribuição para o estudo da festa em Lisboa no Antigo Regime*, in *Colecção Temas de Cultura Portuguesa*, nº8, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1985.
- Gómez- Chacón, Diana Lucía, "San Pedro Mártir de Verona", in *Revista Digital de Iconografia Medieval*, vol. VI, nº 11, 2014, pp. 79-96.
- González Lopo, Domingo L., "El papel de las reliquias en las prácticas religiosas de los siglos XVII y XVIII", in *Actas de la II Reunión Científica de la Asociación Española de Historia Moderna*, vol. II, Moratalla, Universidad de Murcia, 1992, pp. 247-260.
- González Lopo, Domingo L., "Mentalidad religiosa y comportamientos sociales en la Galicia Atlántica (1550-1850)", in *Obradoiro de Historia Moderna*, nº 11, 2002, pp. 221-246.
- González Lopo, Domingo L., "Las cofradías en la formación religiosa y el control festivo en las parroquias de Galicia y el Norte de Portugal en Época Moderna", in *Obradoiro de Historia Moderna*, 2013, nº 22, pp. 63-92.
- Gouveia, António Camões, "Contra-reforma", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 15-19.
- Gouveia, António Camões, "O controlo do tempo", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 317-322.

Gouveia, António Camões, “As procissões”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 334-345.

Grout, Donald J.; Palisca, Claude V., *História da música ocidental*, Lisboa, Gradiva, 1994.

Guimarães, André Fernando Guimarães, *A destruição da muralha e do castelo de Braga no início do século XX – Elementos para a compreensão do castelo medieval*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2015, tese de Mestrado policopiada.

Heers, Jacques, *Fêtes, jeux et joutes dans les sociétés d’occident à la fin du moyen-âge*, Montreal, Institut d’Études Médiévales, 1982.

Heers, Jacques, *Fêtes des fous et carnivals*, Paris, Fayard, 1983.

Jones, Ann Rosalind; Stallybrass, Peter, *Renaissance clothing and the materials of memory*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

Laitinem, Riitta; Cohen, Thomas V., “Cultural history of early modern streets- an introduction”, in Laitinem, Riitta; Cohen, Thomas V. (ed.), *Cultural history of early modern European streets*, Leiden, Brill, 2009, p. 1-10.

Lebrun, François, “As reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal”, in Duby, Georges; Ariès, Philippe (org.), *História da Vida Privada: do Renascimento ao Século das Luzes*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 71-111.

Lopes, Maria Antónia, *Protecção social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

- Lopes, Maria Antónia, “Musealizar misericórdias conhecendo a sua história”, in Pedras, Rita Fernanda do Vale Pinto (coord.), *Jornadas de museologia nas Misericórdias. Atas*, Penafiel, Misericórdia de Penafiel, 2015, pp. 49-62.
- Lima, José da Silva, “A Religiosidade popular”, in Azevedo, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 107-119.
- Lima, José da Silva, “Festas”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 251-263.
- Lindemann, Mary, *Medicine and society in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- Litzenburger, Laurent, “Temps de fêtes, temps de prières: les pratiques culturelles liées au climat à Metz (vers 1400 – vers 1525)”, in *Annales de l’Est*, n° 1, 2014, pp. 187-203.
- Lousada, Maria Alexandra, “Espaço urbano, sociabilidade e confrarias. Lisboa nos finais do Antigo Regime” in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular, Sociabilidades, Representações e Espiritualidade*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 537-558.
- Louro, João Pedro Romão, *A iconografia musical da custódia de Belém*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2010, tese de Mestrado policopiada.
- Machado, Manuela, “Festividades e devoções na Misericórdia de Braga em torno do culto a S. João Marcos (século XVIII)”, in *Interconexões – Revista de Ciências Sociais*, vol. 1, n° 1, 2013, pp. 87-103.
- Machado, Manuela; Ferreira, Rui Manuel, “A Semana Santa de Braga nos arquivos da cidade”, in *Fórum*, n° 49-50, 2014/2015, pp. 123-148.

Machado, Manuela, “Alimentar o corpo e saciar o espírito no recolhimento de Santo António no século XVIII”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord.), *Hábitos Alimentares e práticas quotidianas nas instituições portuguesas da Idade Moderna ao Período Liberal*, Braga, Lab2PT, 2015, pp. 31-38.

Magalhães, António, “Dar de comer aos famintos e salário aos que trabalham: a dupla função dos géneros alimentares na actividade caritativa da Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII), in Araújo, Maria Marta Lobo de; Lázaro, António Clemente; Ramos, Anabela; Esteves, Alexandra (coord.), *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo*, Braga, CITCEM, 2012, pp. 91-111.

Maravall, José Antonio, *La cultura del Barroco*, Barcelona, Editorial Ariel, 1986.

Marques, João Francisco, “A palavra e o livro”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 337-432.

Marques, João Francisco, “A música religiosa e litúrgica: a longa persistência da polifonia”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 486-515.

Marques, João Francisco, “Rituais e manifestações de culto”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 517-601.

Marques, João Francisco, “A renovação das práticas devocionais”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 558-596.

Marques, João Francisco, “Oração e devoções,” in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 603-670.

- Marques, João Francisco, “O púlpito barroco português e os seus conteúdos doutrinários e sociológicos – a pregação seiscentista do *Domingo das Verdades*”, in *Via Spiritus*, nº 11, 2004, pp. 111-148.
- Meireles, Maria José; Moscovo, Patrícia, “Os paramentos da Santa Casa da Misericórdia de Braga: a história por entre linhas e pontos”, in *Misericórdia de Braga. Apontamentos Históricos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2015, pp. 42-51.
- Melo, Arnaldo Sousa; Ribeiro, Maria do Carmo, “Public festivities in Portuguese medieval towns”, in *Mirabilia*, nº 18, 2014, pp. 178-196.
- Meneses, Avelino de Freitas, “A circulação”, in Serrão, Joel; Marques, A. H., (Dir.), *Nova História de Portugal: Portugal da Paz da Restauração ao ouro do Brasil*, vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 302-348.
- Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga: A cidade e a festa no século XVIII*, Braga, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, 2003.
- Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*, Braga, Universidade do Minho, 2009, tese de Doutoramento policopiada.
- Muir, Edward, *Civic Ritual in Renaissance Venice*, Nova Jersey, Princeton University Press, 1981.
- Muir, Edward, *Ritual in early modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- Oliveira, Aurélio de, “Artista italiano no barroco bracarense: o pintor Carlos António Leoni”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, 1996, pp. 365-385.

- Oliveira, João Carlos, “Os divertimentos”, in Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal: Do Renascimento à crise dinástica*, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 665-675.
- Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 3, Lisboa, Centro de Estudos Religiosos; União das Misericórdias Portuguesas, 2004.
- Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 4, Lisboa, Centro de Estudos Religiosos; União das Misericórdias Portuguesas, 2005.
- Peñafiel Ramón, Antonio, “Espectáculo y celebración religiosa en la Murcia del siglo XVIII”, in *Contrastes. Revista de História Moderna*, nº12, Múrcia, Universidade de Múrcia, 2001-2003, pp. 248-250.
- Penteado, Pedro, “Confrarias”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, pp. 323-334.
- Pinto, Sara, *Santa Casa da Misericórdia de Caminha – 500 anos*, Caminha, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, 2015.
- Ribeiro, Maria do Carmo Franco, *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Braga, Universidade do Minho, 2008, tese de Doutoramento policopiada.
- Richards, Earl Jeffrey, “The prayer *Anima Christi* and Dominican popular devotion”, in Mews, Constant J.; Welch Anna (ed.), *Poverty and devotion in mendicant cultures, 1200-1450*, Londres, Routledge, 2016, pp. 105-127.
- Rocha, Manuel Joaquim Moreira, “Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade”, in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, vol. IX-XI, Porto, 2010-2012, pp. 331-373.

- Rodríguez- Becerra, Salvador, “Religiosidad y Semana Santa en Andalucía durante el barroco”, in Alonso Ponga, José Luis; Panero García, Pilar (coord.), *Gregorio Fernández: antropología, historia y estética en el Barroco*, Valladolid, Ayuntamiento de Valladolid, 2008, pp. 79-104.
- Romero Mensaque, Carlos José, “Sentimento religioso y actitudes conflictivas en las hermandades de penitencia de Sevilla durante el siglo XVIII, in *Revista de Humanidades*, nº 18, 2011, pp. 65-92.
- Rosen, George, *A history of public health*, Baltimore, John Hopkins University Press, 2015.
- Rosenthal, Margaret F.; Jones, Ann Rosalind (ed.), *The clothing of the Renaissance world: Europe, Asia, Africa, the Americas*, Londres, Thames & Hudson, 2008.
- Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- Sá, Isabel dos Guimarães, “Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas”, in *Oceanos*, 35, 1998, pp. 42-50.
- Sá, Isabel dos Guimarães, “Misericórdias,” in Azevedo, Carlos Moreira de (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 200-203.
- Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- Sá, Isabel dos Guimarães, “As Misericórdias da fundação à União Dinástica”, in Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1, Lisboa, Centro de Estudos Religiosos; União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 18-117.

- Sánchez Lora, José Luis, “Religiosidad popular: un concepto equívoco”, in Serrano Martín, Eliseo (ed.), *Muerte, Religiosidad y Cultura Popular – Siglos XIII-XVIII*, Zaragoza, Institución «Fernando el Católico», 1994, pp. 65-79.
- Santos, Eugénio dos, “Missões populares e festa barroca: Um aspecto da sensibilidade colectiva”, in *I Congresso Internacional do Barroco*, Actas, vol. II, Porto, Reitoria da Universidade do Porto, 1991, pp. 641-648.
- Schreiber, Herman, “El Otoño dorado de Venecia - desposorios barrocos con el mar”, in Schultz, Uwe (dir.), *La Fiesta: una historia desde la antigüedad hasta nuestros días*, Madrid, Alianza Editorial, 1993, pp. 212-224.
- Scholes, Percy A., *The concise Oxford dictionary of music*, Londres, Oxford University Press, 1964.
- Schultz, Uwe, “El ser que festeja”, in Schultz, Uwe (dir.), *La Fiesta: una historia desde la antigüedad hasta nuestros días*, Madrid, Alianza Editorial, 1993, pp. 11-16.
- Seay, Albert; Stevens Denis, “Medieval Music”, in Raeburn, Michael; Kendall, Alan (ed.), *Heritage of music: classical music and its origins*, vol. 1, Oxford, Oxford University Press, 1989, pp. 25-47.
- Silva, Elsa Liliana Antunes da, *As festas da confraria de Santa Cruz de Braga no século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2013, tese de Mestrado policopiada.
- Silva, Maria Beatriz Nizza, “A vida quotidiana”, in Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal: Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil*, vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 442-461.
- Silva, Ricardo, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2012, tese de Doutoramento policopiada.

- Silveira, Luís Espinha da, “A venda dos bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem”, in *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, pp. 87-110.
- Soares, Nair de Nazaré Castro, “O arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa “príncipe umanizzato” do renascimento e o seu projecto educativo moderno”, in *Humanitas*, nº63, 2011, pp. 527-561.
- Sousa, Ana Cristina, “The power of the Blessed Sacrament: the iconography of the hosts in the 15th and 16th centuries”, in *De arte*, 15, 2016, pp. 63-77.
- Soeiro, Teresa, “A propósito de um lagar de cera e da atividade dos cerieiros em Penafiel”, in *Portugália, Nova Série*, vol. 31-32, Porto, DCTP-FLUP, 2010-2011, pp. 119-158.
- Vasconcelos, José Leite de, *Etnografia Portuguesa*, vol. VIII e IX, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.
- Vaz, A. Luis, *Natal de Braga, Natal português: origens, história, significado*, Braga, Livraria Cruz, 1983.
- Vovelle, Michel *Ideologías y mentalidades*, Barcelona, Editorial Ariel, 1985.
- Woolf, Stuart, *The poor in Western Europe in the eighteenth and nineteenth centuries*, London, Methuen, 1986.
- Zika, Charles, “Hosts, processions and pilgrimages: controlling the sacred in fifteenth-century Germany”, in *Past & Present*, nº 18, 1988, pp. 25-64.

Sites consultados

Carvalho, Rosário, “A fachada principal do Hospital de São Marcos e a da respectiva Igreja”, in Direção Geral do Património Cultural, consultado a 15 de julho de 2017, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74657/>